



**Mariana Barbosa Carvalho da Costa**

**Entre o Lazer e a Luta: o associativismo  
recreativo entre os trabalhadores fabris do  
Jardim Botânico (1895-1917)**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do grau de Mestre pelo  
Programa de Pós- Graduação em História  
Social da Cultura do Departamento de História  
da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira

Rio de Janeiro  
Setembro de 2014



**Mariana Barbosa Carvalho da Costa**

**Entre o Lazer e a Luta:  
o associativismo recreativo entre os trabalhadores  
fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profº Leonardo Affonso de Miranda Pereira**  
Orientador  
Departamento de História - PUC-Rio

**Profº Cláudio Henrique de Moraes Batalha**  
Departamento de História - UNICAMP

**Profº Luís Reznik**  
Departamento de História - UERJ

**Profª Mônica Herz**  
Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais  
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2014

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

### **Mariana Barbosa Carvalho da Costa**

Graduou-se em Licenciatura em História, no Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro no ano de 2012.

#### Ficha Catalográfica

Costa, Mariana Barbosa Carvalho da

Entre o lazer e a luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917) / Mariana Barbosa Carvalho da Costa ; orientador: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – 2014.

158 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2014.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. Associações recreativas. 3. Primeira República. 4. Trabalhadores. 5. Jardim Botânico. 6. Greve. I. Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

## Agradecimentos

Agradeço a toda minha família que me apoiou ao longo dessa jornada. Especialmente, aos meus pais, Rosangela e Carlos e a tia Yolanda.

Ao meu orientador, o professor Leonardo Affonso de Miranda Pereira, agradeço pela sua paciência, generosidade e disponibilidade durante toda a minha trajetória acadêmica.

Integrei como voluntária o grupo de pesquisa coordenado pelo professor Leonardo, onde pude conviver com profissionais que contribuíram para esse estudo de diferentes formas. Lembro os nomes de Elaina Reiole e Juliana Pereira porque além de parceiras no trabalho, tornaram-se amigas.

Não posso deixar de agradecer a professora Eunícia Fernandes, que me ensinou a responsabilidade e o prazer da nossa profissão.

Foi fundamental também o incentivo das minhas amigas, Luana e Amanda, que estiveram sempre presentes durante a realização desse trabalho.

Aos professores Luiz Reznik e Romulo Mattos, que estiveram na banca de qualificação de mestrado, agradeço pelas críticas generosas. E também ao professor Claudio Batalha, que se dispôs a integrar a banca de exame da dissertação.

Por fim, ao Departamento de História da PUC-Rio, tanto os professores como os funcionários, que sempre me acolheram, e a CAPES que me proporcionou a bolsa que recebi ao longo do curso.

## Resumo

Costa, Mariana Barbosa Carvalho da; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. **Entre o Lazer e a Luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. Rio de Janeiro, 2014, 158p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em julho de 1917 os principais jornais do Distrito Federal noticiavam a paralisação de trabalhadores de diversas categorias na cidade, caracterizada pelos contemporâneos como uma Greve Geral. Para parte da historiografia, trata-se de mais uma das muitas manifestações operárias que, sob a orientação de militantes anarquistas do movimento operário, teria gerado naquele ano a irrupção de amplas manifestações grevistas. Problematizando tal perspectiva, este trabalho particulariza a análise na experiência dos trabalhadores do bairro operário do Jardim Botânico, atentando para outras dimensões da lógica de sua articulação identitária nas décadas anteriores que podem ter ajudado esses sujeitos a constituir seus laços de identidade naquela situação. Para isso, serão privilegiadas suas formas anteriores de organização e estabelecimento de solidariedades, expressas nas muitas associações recreativas formadas na localidade por aqueles trabalhadores.

## Palavras-chave

Associações recreativas; Primeira República; Trabalhadores; Jardim Botânico; Greve.

## Abstract

Costa, Mariana Barbosa Carvalho da; Pereira, Leonardo Affonso de Miranda (Advisor). **Between Leisure and Struggle: recreational associations among factory workers of the Botanical Garden (1895-1917)**. Rio de Janeiro, 2014, 158p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Universidade Católica do Rio de Janeiro.

In July 1917 the main newspaper of the Federal District were reporting the strike of workers of various categories in the city, characterized by contemporaries as a General Strike. For part of its history, it is only one of many workers' demonstrations which, under the guidance of anarchist militant labor movement, would have generated that year the eruption of large demonstrations strikers. Discussing this perspective, this work particularize the analysis of the experience of workers working-class neighborhood of the Botanical Garden, focusing on other aspects of their identity articulation logic in previous decades may have helped these individuals to constitute their identity ties in that situation. This involves an insider earlier forms of organization and establishment of solidarity, expressed in many recreational associations formed by those employees in the locality.

## Keywords

Recreational associations; First Republic; workers; Jardim Botânico; Strike.

## Sumário

Introdução	9
1. Nas malhas do paternalismo	26
1.1 Um bairro operário	35
1.2 Os domínios do lazer	51
1.3 Práticas paternalistas e a agência operária	63
2. Os salões da Gávea	76
2.1 A geografia da festa	80
2.2 Diferenças e conflitos	84
2.3 Embates, códigos sociais e negociação	104
3. Dos salões aos funerais	112
3.1 A dança dos mortos	117
3.2 De olho nos vivos	123
3.3 O dia de finados e os trabalhadores locais	127
3.4 De volta à greve	135
Epílogo	142
Referências Bibliográficas	151

## Lista de Figuras

Imagem 1-	Foto da Fábrica de Tecidos Carioca	38
Imagem 2-	Foto da vila operária Arthur Sauer	47
Imagem 3-	Fotos da fábrica de Tecidos Carioca	49
Imagem 4-	Foto do time do Carioca Foot- ball Club	70
Imagem 5-	Foto da arquibancada do Carioca Foot-ball Club	71
Imagem 6-	Foto do Clube C. R. Chuveiro de Ouro	89
Imagem 7-	Foto do Grupo Carnavalesco Flor das Morenas	101
Imagem 8-	Foto do presidente da S. C. Flor das Morenas	102
Imagem 9-	Foto dos operários da fábrica Carioca em greve	139



## Introdução

Alguns jornais da capital federal publicaram no dia 15 de julho de 1917 especulações sobre um possível movimento grevista a ser disseminado entre os trabalhadores da cidade.<sup>1</sup> Segundo tais relatos, as modestas paralisações que iniciaram o movimento, protagonizadas por marceneiros, seguidos por sapateiros, canteiros e trabalhadores em padarias, começavam a se generalizar após a adesão do “numeroso pessoal” que labutava no porto, e dos operários da expressiva indústria têxtil.<sup>2</sup> Destacava-se nesse momento a participação dos tecelões de empresas do ramo, como os “(...) operários das várias oficinas dessas duas grandes fábricas de tecidos [Carioca e Corcovado que se] mostraram solidários”<sup>3</sup>, localizadas no Jardim Botânico.

Após poucos dias de paralisação, 20.000 operários já se encontravam em greve, número que chegaria a 100.000 alguns dias depois – em um “movimento de classe quase completamente geral”, nas palavras de um articulista da *Gazeta de Notícias*.<sup>4</sup> Com cerca de quinze dias de duração, a parede patrocinada por diversas categorias de trabalhadores obteve significativa atenção da imprensa e autoridades policiais e políticas, que já a caracterizavam como uma “greve geral”.<sup>5</sup>

Para parte da imprensa, a mobilização dos trabalhadores da cidade explicava-se por motivos muito pontuais, ligados a atuação de sujeitos específicos – como sugeria uma descrição sobre a greve publicada na *Gazeta de Notícias*:

“Nas imediações da Federação, nos estabelecimentos próximos, que se conservavam abertos até tarde da noite, formavam-se diversos grupos de operários, que se entretinham a fazer a apreciação dos fatos que ora convulsionam a capital de São Paulo, cuja notícia repercutiu nessa capital, onde os eternos exploradores da boa fé do nosso operariado

<sup>1</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1917.

<sup>2</sup> “O movimento grevista toma grandes proporções”, *Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1917 e “A cidade em sobressalto”, *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1917.

<sup>3</sup> “A Greve”, *O Paiz*, 27 de julho de 1917.

<sup>4</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1917.

<sup>5</sup> “O movimento grevista toma grandes proporções”, *Gazeta de Notícias*, 24 de julho de 1917. Esta paralisação não é exatamente uma novidade entre os trabalhadores da capital federal. Marcela Goldmacher, argumentou que a greve de agosto de 1903, tida pelos contemporâneos como uma greve geral, reuniu diversas categorias de trabalhadores, especialmente os trabalhadores do ramo de tecelagem, representados por diferentes associações com funções sindicais e/ou mutualistas. GOLDMACHER, Marcela. “As associações operárias e a ‘Greve Geral’ de 1903”. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (org.). *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

começaram a agitar-se, no intuito de reproduzir aqui as ameaças da Paicéia.”<sup>6</sup>

Da perspectiva do jornalista, dois eram assim os fatores que haviam levado os trabalhadores cariocas à paralisação: a greve geral iniciada alguns dias antes em São Paulo, com os operários da fábrica Cotonifício Crespi, e a atuação de militantes anarquistas no sentido de tentar reproduzi-la entre os trabalhadores residentes no Rio de Janeiro. Aproveitando-se do agravamento “(...) da carestia da vida dos gêneros alimentícios”<sup>7</sup>, o movimento libertário seria, nessa visão, o elemento decisivo dessa conjuntura de articulação grevista aos olhos de parte da imprensa. O resto dos trabalhadores eram assim influenciados “por ideias subversivas e revolucionárias, pregadas por um rebotalho de anarquistas que se infiltraram em nosso meio (...)”, em sua maioria estrangeiros “que nada tem a perder com as desordens e distúrbios, pois que nada o prende a esta terra e nem tem família a defender”<sup>8</sup>.

Um ano após a greve geral, em meio a investigação então instaurada sobre as lideranças do movimento grevista de 1917, as autoridades policiais mostravam compartilhar dessa perspectiva defendida por parte da imprensa. Ao tratar da paralisação ocorrida nas fábricas localizadas no bairro operário do Jardim Botânico, por exemplo, afirmavam assim que esta contou com “ (...) muitos de nossos operários, estimulados, senão guiados, por anarquistas, em regra estrangeiros.”<sup>9</sup>. Tais paralisações seriam assim o fruto da própria manipulação que alguns militantes exerciam sob a maioria dos trabalhadores cariocas. Tanto a imprensa quanto as autoridades policiais republicanas mostravam assim compreender o cenário de mobilização operária em julho de 1917 como resultado direto da atuação dos militantes em associações sindicais, e da manipulação que eles faziam sobre a ingênua massa de trabalhadores - buscando legitimar assim os discursos que defendiam o controle e repressão ao movimento operário e a própria greve.

Em contraste a essa avaliação, no entanto, a própria imprensa reconhecia que o movimento não era apenas fruto da atuação de militantes de diferentes

---

<sup>6</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias* 15 de julho de 1917.

<sup>7</sup> “Notas e Notícias”, *Gazeta de Notícias*, 16 de julho de 1917.

<sup>8</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve”, *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1917.

<sup>9</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 658. Em meio aos documentos da Repartição Central de Polícia encontravam-se investigações, precedida pelo Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal, sobre militantes que teriam incitado a greve em julho de 1917.

tendências empenhados na propaganda de suas ideias. Por mais que estivessem engajados em uma propaganda constante e ativa, um articulista notava que era numa ação descoordenada entre os trabalhadores que o movimento alastrava-se. Nessa situação de organização precária, multiplicavam-se na imprensa notas sobre operários de diversos estabelecimentos que optaram por não aderir à paralisação. Era o caso, por exemplo, dos operários da fábrica de calçados Coelho que declararam a uma comissão de grevistas que estavam satisfeitos em seu trabalho.<sup>10</sup> Ainda que publicadas para demonstrar que os operários da cidade estariam sendo coagidos a participar, com o claro objetivo de deslegitimar o movimento, notícias como estas mostravam que ele estava longe de poder ser compreendido por uma lógica política imposta de cima para baixo. Além disso, sugere também como a atuação desses militantes entre grande parte do operariado carioca se dava a partir de um diálogo conflituoso.

Ao mostrar que as lideranças anarquistas e sindicalistas estavam longe de ter o poder a elas atribuído pela imprensa, casos como estes evidenciavam que sua atuação tinha limites muito claros entre os trabalhadores da cidade. Em uma das reuniões na Federação Operária durante a greve geral, um orador chegou a lamentar o fato de que, numa cidade com mais de 20.000 operários nas construções civis, fizessem parte da União Geral de Construções Civis apenas 500 operários.<sup>11</sup> Embora diferentes lideranças do movimento operário tenham tentado direcionar a greve geral, mostrando a importância de sua atuação na ocasião, os próprios militantes reconheciam como sua organização no decorrer do movimento poderia ter um alcance restrito entre o operariado na cidade.

De fato, as folhas sindicais, especialmente anarquistas, publicavam constantemente as queixas desses militantes, mostrando que não era nenhuma novidade esse tipo de constatação sobre a pouca inserção de propostas de organização política entre muitos trabalhadores da cidade. Era o que notava em 1911 um articulista do jornal operário *A Guerra Social*, ao noticiar a realização de uma conferência no Jardim Botânico:

“Embora a concorrência não fosse tão numerosa como era de esperar num lugar como aquele, onde há milhares de operários, foi um ato excelente

---

<sup>10</sup> “Generaliza-se o movimento operário”, *Gazeta de Notícias*, 22 de julho de 1917.

<sup>11</sup> “Generaliza-se o movimento operário”, *Gazeta de Notícias*, 22 de julho de 1917.

de propaganda revolucionária, reinando o maior entusiasmo entre os presentes.

(...)

Muitos dos operários dedicam-se mais aos jogos, especialmente ao *football*, para agradar aos patrões, do que instruir-se e lutar para defender os seus direitos.”<sup>12</sup>

Se a imprensa considerava os trabalhadores alvos fáceis da manipulação das lideranças sindicais, militantes operários como este, invertendo o sinal, mostravam ver os outros trabalhadores não associados a seu movimento como sujeitos manipulados por seus patrões. Ao praticarem um jogo valorizado pelo patronato, estes trabalhadores eram vistos como submissos e passivos por algumas lideranças sindicais. Os patrões conseguiam assim afastá-los do que realmente os interessava nessa perspectiva – a prática sindical – através de atividades recreativas incentivadas para aliená-los.

Ao observar que as atividades sindicais não despertavam o interesse de grande parte dos operários da região, no entanto, aquele militante constatava a significativa atenção que esses trabalhadores davam aquelas atividades voltadas para o lazer, como o futebol. Não se tratava de um acaso. Desde o final do século XIX começaram a proliferar na capital federal diversos tipos de associações recreativas, que se expandiram em grande velocidade ao longo de toda a Primeira República. A expressiva quantidade de pedidos de licenças apresentados anualmente por associações que tinham sua sede em diferentes regiões sugere a amplitude e força desse associativismo, que fazia desses grêmios uma das opções preferenciais de lazer dos trabalhadores cariocas no período.<sup>13</sup>

Era o que acontecia, de modo especial, na freguesia da Gávea – área que abrangia os bairros do Jardim Botânico e Gávea, e concentrava três grandes indústrias têxteis (fábricas Carioca, Corcovado e S. Felix), além de outras pequenas fábricas e oficinas.<sup>14</sup> Ainda no final do século XIX, mais precisamente em 1895, foi fundado ali o Clube Musical Recreativo Carioca. Uma pista sobre sua composição nos é dada, já em 1914, pelo investigador de polícia que, dando seu parecer sobre a possibilidade de concessão de licença ao clube, esclarecia que

<sup>12</sup> “Mundo operário: conferência no Jardim Botânico”, *A Guerra Social*, 20 de agosto de 1911.

<sup>13</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

<sup>14</sup> “Mensagem”, *Gazeta de Notícias*, 5 de junho de 1911.

os seus sócios eram “(...) operários da Fábrica de Tecidos Carioca (...)”<sup>15</sup>. Era o caso também da própria prática esportiva voltada para o futebol, que teve como pioneiro do bairro o Carioca F. C., formado por operários da mesma companhia em 1907.<sup>16</sup>

O Clube M. R. Carioca e o Carioca F. C. não eram casos isolados. Seu aparecimento se dava no bojo de um movimento mais amplo de proliferação de clubes recreativos formados por trabalhadores de baixa renda por toda a cidade<sup>17</sup>. Como parte deste processo, durante a última década do século XIX e duas primeiras décadas do século XX foram criados pelo menos outras 28 associações que tinham sua sede naquela freguesia, como mostra a expressiva quantidade de pedidos de licença à Repartição Central de Polícia e notas em diversos jornais. A constatação do militante do jornal *A Guerra Social* sobre o interesse dos operários daquela localidade pelo futebol seria, assim, um efeito da importância que atividades recreativas como aquelas passavam a assumir para tais sujeitos.

A grande quantidade de centros recreativos criados desde o final do século XIX e primeiras duas décadas do século XX sugere a relevância que as atividades desenvolvidas nesses espaços de lazer passavam a assumir no cotidiano dos operários da cidade, especialmente em regiões operárias como o Jardim Botânico. Ainda assim, poucas vezes essas formas de sociabilidade recreativas foram objeto de reflexão da historiografia que trata das questões referentes ao mundo do trabalho.<sup>18</sup>

Em artigo publicado na revista *Mundos do Trabalho* em 2010, Marco Pestana tratou exatamente de associações recreativas formadas por trabalhadores da freguesia da Gávea e também da zona portuária na Cidade Nova e subúrbio de Inhaúma nas duas primeiras décadas do século XX. O autor analisou a experiência dos operários da zona fabril da Gávea buscando demonstrar que, embora muitas sociedades sofressem interferência de seus patrões, isso não tornava os operários menos combatentes, como é possível perceber nas diversas greves realizadas no

<sup>15</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1- 6c-480.

<sup>16</sup> “O Carioca F. C. completa hoje 13 anos de existência”, *O Paiz*, 17 de março de 1920.

<sup>17</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>18</sup> É o que notou a historiadora Maria Clementina e Leonardo Pereira. (CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880- 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”In: *Terceira Margem*, n.14, Rio de Janeiro: 2006.)

período.<sup>19</sup> Não problematiza, porém, a lógica dessas paralisações grevistas considerando o papel das associações recreativas na experiência de organização e sociabilidade dos mesmos, que ele próprio analisa. Sendo assim, mesmo os poucos estudos que se propuseram a pensar os clubes recreativos formados por trabalhadores, o fizeram simplesmente para tentar buscar neles uma lógica de mobilização definida a priori.

Em contrapartida, é possível notar que a greve geral em 1917 foi objeto de muitas análises e discussões, a partir das quais se tentou refletir sobre o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Era o que fazia Sheldon Maram em 1979 no livro *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário no Brasil*, no qual buscou identificar o impacto e influência do anarquismo e dos imigrantes sobre o movimento operário brasileiro. Com foco no Rio de Janeiro, Santos e em São Paulo, cidades nas quais para ele teria se expressado de forma mais clara o movimento, ele se apoia em dados quantitativos e em jornais operários, que constituem suas fontes principais.<sup>20</sup> Ao caracterizar, aos olhos do autor, a “época de ouro do movimento operário” o período de intensos movimentos grevistas durante parte das duas primeiras décadas do século XX, esta era fruto de uma hegemonia anarquista que seria responsável direta pelas paralisações grevistas de maior vulto, como a própria greve geral de 1917. Ainda que sujeita as oscilações que se seguiram durante todo o período, evidenciava-se com isso a força de um movimento operário organizado primordialmente em associações sindicais, que teria no anarquismo sua ideologia de ação, e na greve sua maior demonstração de força.<sup>21</sup>

Atribuindo aos imigrantes de origem europeia, de maioria italiana, que constituía a maior parte da força de trabalho em São Paulo, o protagonismo no movimento operário, Maram mostrou-se pouco atento aos modos específicos pelos quais trabalhadores nacionais negros ou mestiços poderiam ter participado do processo - pois, para ele, suas formas de organização não correspondiam aos modelos de ação política baseados na organização e ação sindical que se esperava

---

<sup>19</sup> PESTANA, Marco Marques. *Da Zona Sul ao Subúrbio: o mapa da festa. Por uma reconstrução holística do cotidiano dos trabalhadores cariocas, 1900-1920. Revista Mundos do Trabalho*, 2010. v. 2 n.4.

<sup>20</sup> MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 11/12

<sup>21</sup> MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. , op.cit., pp.56-57

idealmente de classe. Como consequência, acaba por atribuir ao operariado paulista a liderança do processo grevista nacional, explicado a partir da força de sua influência. Desse modo, a greve de julho de 1917 na capital federal seria apenas a decorrência direta da influência do movimento encabeçado pelos militantes operários anarquistas de São Paulo, aos quais caberia o protagonismo naquele processo.

Retomando e aprofundando tal abordagem, Cristina Lopreato deteve-se, em *O Espírito da Revolta*, na análise da greve de julho de 1917 em São Paulo. Com o objetivo de acompanhar os seus acontecimentos e reconstruir a sua narrativa, analisou a paralisação como efeito da propaganda anarquista, ressaltando a importância dessa ideologia no movimento operário. Segundo Lopreato, a greve geral em julho de 1917 teria sido o auge do processo que teve início ainda no final do século XIX, colocando em prática a agitação promovida por militantes de diferentes tendências anarquista. Naquele momento a situação do operariado encontrava-se em péssimas condições, tanto em relação ao trabalho como de vida. A autora observou que, percebendo a insatisfação desses sujeitos, os militantes anarquistas intensificaram sua propaganda e agitação. Apoiando-se, principalmente, em jornais operários, a autora argumentou que o “espírito da revolta” formava-se assim a partir da atuação desses militantes, gerando a ação autônoma através da ação direta e solidariedade em defesa dos interesses de classe. Desse modo, para ela, a atuação dos militantes anarquistas seria exatamente a singularidade do movimento, que teria levado ao seu êxito.<sup>22</sup>

Uma perspectiva semelhante à de Maram e Lopreato aparece mais recentemente no artigo *Anarquismo e Movimento Operário nas três primeiras décadas da República*, de Carlos Addor. Como esses outros trabalhos, ele tratou de analisar o processo de formação da classe trabalhadora no Brasil a partir da força do ideário anarquista nos grandes centros urbanos da Primeira República, como São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.<sup>23</sup> Difere deles, no entanto, na explicação da força que essa ideologia teria assumido nas grandes cidades brasileiras do período. Mostra, nesse caminho, como a própria natureza do Estado brasileiro no período, excludente e oligárquico, inclinado a não intervir no

---

<sup>22</sup> LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

<sup>23</sup> ADDOR, Carlos. “Anarquismo e Movimento Operário nas três primeiras décadas da República” In: *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. P.13

mercado de trabalho e nas relações entre trabalhadores e patrões, e ainda oposto sistematicamente a toda forma de organização dos trabalhadores, teria ajudado o anarquismo a se disseminar ao longo do período, em meio a disputas entre diferentes correntes ideológicas. Por tais características, o Estado apareceria aos trabalhadores como um inimigo, criando campo fértil para a recepção do ideário anarquista. As propostas defendidas pelos anarquistas assumiam assim maior inserção popular e capacidade de mobilização entre os trabalhadores por se ligarem às suas experiências. A “greve generalizada de julho de 1917” no Distrito Federal se apresentaria assim, nesse contexto, como expressão acabada do antagonismo dos trabalhadores em relação ao Estado, alimentada pelo ideário anarquista que viria a moldar a ideologia da classe.<sup>24</sup>

Para além de suas diferenças, no entanto, as perspectivas de Maram, Lopreato e Addor não deixam de expressar uma compreensão semelhante sobre os fatores de sucesso da greve de 1917. Ao deslocar a compreensão do processo de formação das identidades de classe das condições econômicas para o próprio movimento de organização e mobilização dos trabalhadores, os autores respondiam a uma perspectiva até então hegemônica na historiografia brasileira, que entendia a atuação política desses indivíduos como fruto de determinações estruturais econômicas exteriores à sua própria experiência e práticas.<sup>25</sup> Em sentido inverso, aqueles autores tentaram entender tal processo a partir da organização dos trabalhadores em associações sindicais, principalmente, aquelas de orientação anarquista, e da capacidade do movimento de mobilizar os trabalhadores para o enfrentamento social através da lógica da ação política direta. Respondiam, com isso, a influência que teve no Brasil, a partir da década de 1970, a historiografia marxista inglesa, em que se destaca a obra de E. P. Thompson.<sup>26</sup> A partir de tal influência, alguns autores passaram a entender tais indivíduos como sujeitos históricos e políticos autônomos e ativos - o que implicava em uma

---

<sup>24</sup> ADDOR, Carlos. “Anarquismo e Movimento Operário nas três primeiras décadas da República” In: *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiame, 2009.

<sup>25</sup> CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009.

<sup>26</sup> LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania, e história do trabalho no Brasil” In: *Projeto História*, n. 16. Fevereiro de 1998, p. 25-38



abordagem do tema que enfatizasse suas próprias ações, experiências de organização e estratégias de enfrentamento social.<sup>27</sup>

Como já notaram vários autores, o modo pelo qual este esforço se realizou nessas análises acabou, no entanto, por definir uma clara divisão entre momentos históricos tratados como distintos na historiografia sobre o mundo do trabalho: o do trabalho escravo e do trabalho livre.<sup>28</sup> Ao voltarem-se para o pensamento político e ideológico trazido por muitos imigrantes europeus, definindo através dele um modelo de ação política e embate social tidos como propriamente de classe, tais estudos acabaram por desconsiderar as tradições e visões de mundo próprias de expressiva quantidade de trabalhadores negros e mestiços que compunham a classe trabalhadora brasileira, em especial no Rio de Janeiro.<sup>29</sup> Por mais que a historiografia sobre a escravidão tenha enfatizado, desde a década de 1980 a agência de tais indivíduos – investindo sobre suas visões de mundo, experiências cotidianas e formas peculiares de luta política – tais reflexões não foram levadas em conta pelas análises que buscaram, no mesmo período, compreender a experiência dos trabalhadores livres na Primeira República. Por isso, desde meados da década de 1990 tais questões passaram a caracterizar um

---

<sup>27</sup> O mesmo tipo de preocupação aparece na obra de Cláudio Batalha em *Movimento Operário na Primeira República*. O autor tem como objetivo nesse livro enfatizar a “multiplicidade de experiências e a pluralidade de expressão” da história da classe trabalhadora e do movimento operário na Primeira República. Argumenta, nesse sentido, que o ápice da mobilização operária ocorreu na conjuntura de 1917- 1919, quando houve a maior influência do sindicalismo revolucionário e da atuação anarquista no movimento sindical, momento também em que as paralisações grevistas tornavam-se mais acentuadas, destacando-se a que ocorreu em julho de 1917. Para o autor, apesar de não ser planejado, tais eventos não se constituíram num movimento espontâneo, pois decorreram da proliferação de organizações operárias de caráter combativo desde o começo do século XX.

Batalha reconhece ainda que existia um universo amplo de manifestações culturais realizadas pelos trabalhadores, como as de caráter dançante, esportiva, musical. Desse modo, considera que existia uma cultura operária, porém, a historiografia deu ênfase ao que ele chamou de cultura militante, formada especialmente por sociedades operárias, cujas celebrações e solenidades, como as comemorações do primeiro de maio, tornaram-se o elemento mais expressivo dessa cultura militante. Estas seriam o espaço privilegiado de construção diversas identidades entre os trabalhadores, já que tais associações recreativas propiciavam a formação de outras identidades, como a de bairro ou étnica, por exemplo, colocando em segundo plano os interesses de classe dos trabalhadores. Nessa visão, o autor mostra que, para ele, não teriam assim força de transformação social. (BATALHA, Cláudio. *Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.p.49- 63.)

<sup>28</sup> LARA, Sílvia Hulnold. “Escravidão, cidadania, e história do trabalho no Brasil” In: *Projeto História*, n. 16. Fevereiro de 1998, p. 25-38

<sup>29</sup> LARA, Sílvia Hulnold. “Escravidão, cidadania, e história do trabalho no Brasil” In: *Projeto História*, n. 16. Fevereiro de 1998, p. 25-38 CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.

grande desafio para os historiadores interessados em entender a experiência dos trabalhadores negros e mestiços cariocas na Primeira República.<sup>30</sup>

Foi como uma tentativa de responder a tal desafio que Marcelo Badaró publicou, em 2008, o livro *Escravidados e Livres*.<sup>31</sup> Ao tirar o anarquismo de seu foco, ele buscou nas formas anteriores de organização dos trabalhadores cariocas as pistas para entender a insurgência dos grandes movimentos de articulação de trabalhadores no início do século XX. Com isso, percebe nas associações formadas por trabalhadores livres e assalariados, desde meados do século XIX, a existência de práticas mutualistas capazes de expressar um sentimento classista, como a solidariedade para com seus companheiros e a defesa de ofício. Badaró argumenta que ocorreu certa convivência de experiências organizativas e de ação coletiva entre tais associações mutuais e as associações com funções de defesa de interesses de classe criadas na segunda metade do século XIX. O autor argumenta que, embora não tivessem desaparecido, com o desenvolvimento do movimento operário no século XX, as associações mutualistas não eram mais o centro do associativismo em relação a representação dos interesses de classe, nesse momento, os partidos e sindicatos passavam a ocupar esse lugar. Os grandes movimentos de trabalhadores na capital federal, como a própria greve geral de 1917, seriam assim fruto da atuação dos militantes que integravam tais organizações no período.<sup>32</sup>

Ao considerar as tradições de organização de trabalhadores escravizados, que se expressavam em associações de auxílio mútuo no final do século XIX, o autor mostra uma compreensão do processo com bases diferenciadas das análises que afirmaram o protagonismo de anarquistas imigrantes em detrimento da experiência de outros indivíduos, como os trabalhadores negros - incorporando assim tais sujeitos no processo. Contudo, ao estabelecer relação entre tais práticas mutualistas e a formação da classe trabalhadora, o autor compreende que as formas legítimas de construção de identidade e mobilização dos trabalhadores seriam aquelas definidas pelo movimento operário. Isso porque o espaço de organização desses sujeitos, em que o processo se efetivaria, eram as associações que representavam de fato seus interesses de classe, os sindicatos e partidos.

---

<sup>30</sup> NEGRO, Antonio Luigi. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*. vol. 18, n.1 São paulo, junho de 2006.

<sup>31</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

<sup>32</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

Enquanto isso, as práticas mutualistas, embora tivessem um papel importante num primeiro momento, frente ao desenvolvimento e crescimento do movimento operário passavam a não se constituir numa forma mais efetiva da afirmação de classe entre os trabalhadores. Ao tentar problematizar a historiografia que excluiu os trabalhadores negros do processo de formação da classe operária, o autor acaba reiterando a perspectiva que atribuiu ao modelo de ação política representado por práticas sindicais e partidárias como privilegiadas no processo de construção de identidade de classe, impondo-se assim frente a outras formas de enfrentamento social e práticas sociais que foram por décadas próprias aos trabalhadores escravizados.<sup>33</sup>

Ainda que sob perspectivas e formas diversas, tais análises têm em comum a tentativa de entender a paralisação dos trabalhadores através de suas formas e mecanismos de organização e mobilização sindicais e partidárias, voltando-se para o estudo do movimento operário como única forma de explicar o processo que levou a eclosão da greve. Em caminho diverso, outras análises tentam entender a experiência dos trabalhadores nos primeiros tempos da República a partir de novos elementos, que permitissem uma melhor compreensão sobre o modo pelo qual eles forjavam suas redes de identidade e solidariedade. Já no livro *Trabalho, Lar e Botequim*, de 1986, Sidney Chalhoub se voltava para o cotidiano dos trabalhadores no Distrito Federal durante os anos iniciais da Primeira República, para pensar como se forjaram entre eles laços de identidade e solidariedade. Analisa, para isso, temas como a moradia, as relações de trabalho e relações afetivas entre homens, mulheres e seus familiares.<sup>34</sup> Ainda que ele não tenha como objetivo refletir sobre a formação da classe trabalhadora em si, sua análise apontava para caminhos diferenciados de compreensão do universo dos trabalhadores, colocando a possibilidade de identificar outras formas de atuação política dos mesmos na sociedade.

Se Chalhoub não chegou a desenvolver tal perspectiva para tentar entender como ela ajudaria a pensar os processos de configuração de identidade mais ampla entre os trabalhadores, mais recentemente Leonardo Pereira buscou nos espaços de lazer formados por trabalhadores do Rio de Janeiro um caminho para

---

<sup>33</sup> LARA, Silvia Hulnold. “Escravidão, cidadania, e história do trabalho no Brasil” In: *Projeto História*, n. 16. Fevereiro de 1998, p. 25-38.

<sup>34</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

compreender a construção de identidade e solidariedade dos mesmos. Voltando-se para o associativismo dançante, em especial o da região fabril de Bangu, o autor investigou como os trabalhadores locais conseguiram afirmar seus laços de identidade através de práticas e costumes, investindo numa perspectiva distante do universo de preocupações da militância operária. Sendo este tipo de organização formada pela iniciativa dos próprios trabalhadores da Fábrica Bangu, Pereira mostra que as práticas recreativas tornavam-se um meio de fomentar as redes de solidariedade entre os trabalhadores – o que dava a eles uma linguagem comum através da construção de códigos compartilhados.<sup>35</sup>

É seguindo este caminho de investigação, identificando formas de articulação de identidade e solidariedade na sua própria vivência em tais espaços de lazer, que pretendo entender sob novas perspectivas o processo de mobilização dos trabalhadores da freguesia da Gávea expresso na greve de julho de 1917. Assim como Chalhoub e Pereira, a análise aqui proposta parte das perspectivas abertas, ainda em 1963, pela obra do historiador inglês Edward Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa*.<sup>36</sup> Embora trate de uma realidade de todo distinta do caso que se pretende analisar, a compreensão do conceito de classe por Thompson nos permite pensar o processo de construção de identidade mais ampla entre os operários no Rio de Janeiro da Primeira República. É assim através da análise do universo recreativo dos trabalhadores cariocas que se pretende, nesse trabalho, entender suas experiências e formas de sociabilidade cotidianas – de modo a tentar compreender uma dimensão pouco explorada do processo de articulação de identidade de classe no Rio de Janeiro do período. Para isso, cabe enfrentar o processo de construção de códigos comuns articulados por esses trabalhadores a partir de seus costumes compartilhamentos, que podiam servir de base em momentos de conflito para a afirmação de seus laços identitários.

Se as perspectivas de Thompson se constituem num caminho relevante de abordagem do problema, a possibilidade de investigá-lo, no entanto, depende de certa particularização do objeto. A greve geral na capital federal em 1917 se caracterizou como um fenômeno amplo, protagonizado por diversas categorias de trabalhadores de diferentes localidades da cidade, cujas motivações foram

---

<sup>35</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)” In: *Terceira Margem*, n.14, Rio de Janeiro: 2006.

<sup>36</sup> THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

certamente diversas. Dada tal diversidade de motivações e contextos, a possibilidade de apreender a lógica de mobilização de alguns desses sujeitos através de uma operação historiográfica de redução de escala de análise pode se constituir um bom meio de entender alguns dos mecanismos específicos que alimentaram tal processo no Rio de Janeiro do período. Por mais que a mobilização se fizesse presente por toda a cidade, analisá-la a partir da perspectiva dos trabalhadores do Jardim Botânico nos permite, assim, explorar os procedimentos de análise abertas pela micro-história, tal como proposto por Giovanni Levi e Jaques Revel.<sup>37</sup> Se um olhar sobre o modo pelo qual eram organizadas as associações recreativas pode se constituir em um caminho diferenciado de compreensão de uma dimensão da lógica de articulação identitária entre os trabalhadores da capital federal na greve geral de 1917, é a partir de uma perspectiva específica, circunscrita ao Jardim Botânico que pretendo investigar o problema.

A escolha não é casual: ao contrário da imagem elitista associada ao bairro nos dias de hoje, aquele espaço se caracterizava como um dos principais bairros operários do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, devido a presença maciça da força de trabalho que se instalava na região, atraída por investimentos fabris no final do século XIX. A partir das ações, estratégias e experiências desses operários, captadas nesta escala reduzida, podemos analisar como se dava a construção dos códigos e valores compartilhados que viabilizavam, em maior escala, o processo de articulação de identidades mais amplas entre os trabalhadores da cidade.

Busca-se nesse trabalho, desse modo, analisar a experiência de organização recreativa dos trabalhadores do Jardim Botânico nas décadas anteriores a greve de 1917 para tentar compreender as diferentes lógicas sociais que informaram a articulação dos laços identitários desses trabalhadores na paralisação de julho daquele ano. Reconstituir essa trama nos permite entender tal movimento como um processo que engendra múltiplas experiências e significados, de modo a compreender a importância de outros pontos de vista que não privilegiam apenas as perspectivas sindicais e políticas da militância operária.

---

<sup>37</sup> LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história” In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. (org.) BURKE, Peter. São Paulo: Editora UNESP, 1992. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: *Jogos de Escalas*. (org.) REVEL, Jacques. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Para dar conta de tal tarefa, no entanto, é preciso recorrer a fontes que nos permitam acompanhar as atividades e experiências dos membros desses clubes – em especial aquelas que dão a ver os embates, trocas e intercâmbios entre eles. Entre esses documentos são de grande importância os chamados jornais operários. Estes se constituíram em fontes recorrentes nos estudos sobre o mundo do trabalho, utilizadas por parte da historiografia como forma de acessar de forma direta a experiência operária na medida em que traduzia-se a história dos trabalhadores como espelho do próprio movimento operário. Em uma leitura a contrapelo, pretendo analisar esses periódicos como parte do processo de comunicação no qual se inseriam os trabalhadores do bairro, porque através de tais jornais os militantes lançavam sobre aqueles indivíduos suas propostas e pedagogia.

Junto a esses jornais propriamente operários, outra fonte de importância será a chamada grande imprensa. Mesmo que não tivessem a mesma preocupação com o universo do trabalho que caracterizava as folhas ligadas ao movimento operário, é possível notar nos jornais de maior circulação uma grande quantidade de notas e colunas a respeito de suas práticas recreativas. Tanta atenção aos grupos recreativos formados por trabalhadores não representa, porém, nenhum acaso. A *Gazeta de Notícias* era a precursora do novo modelo de imprensa, iniciado a partir do final do século XIX, marco no processo de diálogo entre diferentes grupos sociais que se intensificou na capital federal. Os novos meios de comunicação que surgiam, como os próprios jornais, acabavam por contribuir na circulação e notoriedade das atividades recreativas realizadas por trabalhadores de toda a cidade. Se até aquele momento, grande parte dos jornais tinha por objetivo construir discursos unívocos, mais próximos a temáticas ligadas a acontecimentos políticos, a partir do final do século XIX passavam a adotar procedimentos editoriais que dispensavam atenção a sujeitos e práticas diversas, na tentativa de aumentar o número de leitores e formar seu público. Assim como era de interesse do jornal chamar a atenção do público, para os membros desses pequenos clubes era também interessante alcançar maior visibilidade e prestígio para suas atividades. Desse modo, os grandes jornais se tornaram um dos canais

privilegiados de divulgação das atividades patrocinadas por essas pequenas associações recreativas.<sup>38</sup>

Por fim, a possibilidade de investigar as práticas e costumes nos clubes recreativos nos leva ainda a tentar acompanhar seu cotidiano através do controle sobre eles exercido pela polícia. De fato, a polícia passou a desempenhar um papel de crescente importância no cenário social da capital federal, na medida em que a ação repressiva através do controle cotidiano das ruas da cidade tornava-se mais efetiva. As atividades recreativas protagonizadas por trabalhadores eram, nesse processo, um dos alvos preferenciais dessas ações por representarem aos olhos dos agentes policiais e autoridades republicanas um perigo constante.<sup>39</sup> Como resultado, firmou-se sobre esses pequenos clubes recreativos um controle cujos registros se encontram guardados no Arquivo Nacional, em meio aos documentos da Repartição Central de Polícia do Distrito Federal. Trata-se de processos de pedidos de licenças e alvarás para o funcionamento anual dos clubes entregues ao chefe de polícia local. Para obterem o direito de associação deveriam solicitar uma licença anual, além de se submeterem a um processo de investigação feita pelo Chefe de Polícia. Ainda que os membros dessas associações buscassem se adequar às exigências legais, não deixavam de afirmar as atividades que lhes interessava e que pretendiam realizar, permitindo entender melhor as expectativas e experiências dos próprios trabalhadores que faziam parte delas. Tais processos nos deixam analisar dimensões cotidianas de sua vida social importantes para a compreensão de sua lógica.

Ao permitir que nos aproximemos das práticas cotidianas e costumes comuns desses trabalhadores, maneira como construíam suas redes de relações, esse conjunto de fontes permite pensar a formação cultural e histórica da identidade e solidariedade entre os trabalhadores naquela localidade ao longo da Primeira República de forma singular. É através das relações sociais testemunhadas nesses documentos que me proponho pensar em outra perspectiva o processo de construção de sua identidade e solidariedade de classe, como forma

---

<sup>38</sup> PEREIRA, Leonardo. “Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto” In *Projeto História*. N° 14. Ed. PUC – SP: São Paulo, 1997; e BARBOSA, Marialva. “A imprensa na Belle- Epoque tropical” In: *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

<sup>39</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.p. 81

de compreender uma dimensão de sua lógica própria de mobilização na greve geral de 1917.

O caminho percorrido neste trabalho tem início em um primeiro capítulo intitulado “Nas malhas do Paternalismo”, que se volta para a análise do crescimento e urbanização da região estudada: a freguesia da Gávea, que teve seu impulso a partir de instalações fabris e atuação patronal. A partir da análise da influência e ação de companhias têxteis busca-se mostrar como o processo de constituição do espaço urbano na região guardou fortes traços paternalistas. Ao tomarem para si a tarefa de promover a urbanização do bairro, os diretores da fábrica tentavam ali implantar um modelo de gestão urbana na qual caberia aos diretores da fábrica prover as necessidades dos trabalhadores locais – fossem aquelas de caráter físico ou recreativo. Sob tal perspectiva, analisei as associações dançantes e esportivas formadas por operários do Jardim Botânico ainda no final do século XIX, que foram criadas com o apoio e proteção dos diretores das fábricas têxteis ali instaladas. Ao mesmo tempo, no entanto, indiquei como aqueles sujeitos apropriaram-se destas supostas concessões – em um conflituoso diálogo com as visões de mundo patronais, conseguindo assim transformar essas associações recreativas financiadas pela fábrica em espaços de diversão e interação entre os próprios trabalhadores.

Seguindo esta trilha, o segundo capítulo, intitulado “Os salões da Gávea”, se foca em um tipo específico de associação recreativa que, nas duas primeiras décadas do século XX, se desenvolve em número muito maior que as demais no bairro: os clubes carnavalescos e dançantes. Por sua quantidade e variedade, tais sociedades se constituem em forma privilegiada de compreensão do processo de articulação das redes de identidades e diferenças entre os trabalhadores do bairro – que tanto expressavam em tais clubes suas divergências e desacordos quanto construía, através deles, um código comum de sociabilidade e identificação baseado em suas experiências compartilhadas. Isso implica em atentar para um processo de formação de identidade de classe que não se constituía de forma linear e homogênea, pois as redes de sociabilidade criadas nesses espaços de lazer também promoviam a ocorrência de possíveis conflitos entre os componentes dos clubes.

Já o terceiro capítulo, chamado “Dos salões aos funerais”, tem por objetivo compreender a lógica de mobilização que alimentou uma paralisação grevista



específica dos operários da fábrica Carioca em janeiro do emblemático ano de 1917. O caminho de investigação consiste em identificar uma dimensão da lógica associativa dos trabalhadores locais nos clubes dançantes através de práticas culturais que foram possíveis de serem articuladas simbolicamente por eles neste espaço: cantos e danças presentes nas atividades dos clubes, e também, as práticas fúnebres, em gestos ritualizados para homenagear os companheiros mortos. Veremos como tais espaços de lazer se constituíram num espaço de afirmação de códigos e práticas comuns, tornado-se um caminho para entender o processo de articulação de solidariedade e identidade de classe daqueles sujeitos.

Por fim, no “Epílogo” pretendo retomar a reflexão sobre a greve geral de 1917, de modo a ressaltar a conexão entre o associativismo recreativo no bairro e a força que o movimento assumiu no Jardim Botânico. Tem-se então por objetivo relacionar esse universo recreativo ao próprio processo de mobilização daqueles operários na greve geral – de modo a tentar evidenciar como a construção de códigos e valores comuns através dos clubes recreativos pode ter sido importante na organização e mobilização daqueles operários em diferentes momentos de enfrentamento com seus patrões, constituindo assim um elemento capaz de ajudar a viabilizar a articulação e mobilização entre os trabalhadores.

## Capítulo 1- Nas malhas do paternalismo

No dia 19 de março de 1895, o *Jornal do Brasil* noticiou a realização de um evento que comemorava a criação do Clube Musical Recreativo Carioca. Tratava-se de uma associação “instrutiva e musical” formada por “crescido número de operários” da fábrica de tecidos Carioca, instalada no Jardim Botânico. Aquele evento marcava a inauguração da primeira associação voltada para atividades musicais e recreativas formada por trabalhadores locais. Segundo o periódico, ao comparecerem e celebrarem a inauguração do clube os próprios empresários locais apoiavam a sua formação, fazendo com que na ocasião os sócios do clube, dentre eles o seu presidente Antonio José Duarte Junior, e os diretores da Companhia têxtil, trocassem brindes amistosos em comemoração a data.<sup>40</sup>

Era o caso também do time de futebol formado pelos empregados da fábrica de tecidos Carioca. Nos primeiros anos do século XX, o futebol passava a se constituir em uma das atividades prediletas dos trabalhadores da cidade. No Jardim Botânico, essa predileção logo se traduziu na formação, em 1907, do Clube Sportivo Vitorioso, formado por operários daquela Companhia. Pouco tempo após a sua fundação, no entanto, o clube mudaria de nome – passando a se chamar Carioca F. C., de modo a assegurar a proteção de seus patrões.<sup>41</sup> Alguns anos depois de sua fundação, o próprio secretário da associação reconhecia que o terreno do seu campo era uma doação dos diretores do estabelecimento fabril<sup>42</sup>, indicando como a clube surgia com o incentivo de seus patrões.

A fundação de clubes como estes com o apoio patronal não era, no entanto, uma peculiaridade da Fábrica Carioca. De fato, os dirigentes da fábrica apoiavam e incentivavam simbolicamente e/ou materialmente a criação dessas associações recreativas, dando início a uma prática que se difundiu entre outros empresários locais.

Nos anos que se seguiram, essa prática se mostraria generalizada entre patrões e empregados de outros estabelecimentos têxteis da região. Segundo *O*

---

<sup>40</sup> “Palcos e Salões”, *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1895.

<sup>41</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>42</sup> *Revista Careta*, 24 de agosto de 1912.

*Paiz*, os operários da companhia de fiação e tecidos Corcovado, localizada à rua Jardim Botânico, fundaram em 1902 “(...) uma associação geral recreativa, composta de grupo musical com orquestra e banda e grupo dramático”, de nome Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado. Na mesma matéria, o próprio diretor da fábrica, chamado José da Cruz, destacava que a sociedade recebia o apoio da companhia.<sup>43</sup> Alguns anos após a inauguração da fábrica em 1889, a sociedade já encontrava-se em funcionamento como é possível perceber identificando o seu pedido de licença entregue a Repartição de Polícia de 1900.<sup>44</sup> Já o grupo dramático formado pelos trabalhadores dessa fábrica de tecidos, criado em 1903 e anexo aquela sociedade, chamava-se Clube Dramático em Homenagem a José da Cruz - nome do então diretor do estabelecimento fabril.<sup>45</sup> E ainda, em 1909, os operários da fábrica Corcovado fundaram também o time esportivo que levava o nome da fábrica, chamado Corcovado F. C.<sup>46</sup>

Do mesmo modo, na Fábrica S. Felix, localizada à rua Marquês de S. Vicente foi inaugurada, em 1911, uma Banda de Música formado pelos operários da companhia que adotava o mesmo nome do estabelecimento industrial. Na ocasião seus fundadores realizaram um evento em que discursaram os diretores da fábrica, celebrando a sua fundação. Houve também a eleição da diretoria da banda e um lanche, seguido do baile embalado pela Banda de Música da Carioca, que atraiu “grande número de operários” do bairro. Ficava claro, mais uma vez, que os dirigentes da companhia incentivavam a formação de mais um espaço de lazer dos operários locais.<sup>47</sup>

As ações patronais não se restringiam apenas ao incentivo as associações de lazer formadas por seus empregados. Junto à elas, as companhias buscavam prover outros elementos da vida cotidiana dos mesmos.

Ainda no final do século XIX, portanto, poucos anos após a instalação da fábrica Carioca à rua D. Castorina no Jardim Botânico em 1886, a companhia tomou a iniciativa de construir uma escola para os filhos de seus empregados. A Escola, instalada à mesma rua e mantida pela Companhia Carioca, já encontrava-

<sup>43</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *O Paiz*, 27 de abril de 1902.

<sup>44</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 50.

<sup>45</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *O Paiz*, 27 de abril de 1902.

<sup>46</sup> “Sport”, *Correio da Manhã*, 2 de maio de 1909.

<sup>47</sup> “Festas”, *Gazeta de Notícias*, 14 de junho de 1911.

se em funcionamento em 1895, assim como é possível perceber através da inspeção de higiene realizada no prédio naquele ano.<sup>48</sup>

Já em 1901, foi criada a Cooperativa Operária Carioca, uma “sociedade anônima cooperativa de consumo (...)”. Segundo o estatuto aprovado no mesmo ano, a cooperativa tinha por fim:

“§ 1º Prover os sócios dos melhores gêneros alimentícios e outros convenientes à economia do lar doméstico, e bem assim de restaurante, tudo pelos menores preços possíveis.

§ 2º Fornecer a pessoas estranhas os mesmos gêneros e franquear-lhes o restaurante, mediante uma senha da diretoria.”<sup>49</sup>

A cooperativa pretendia então funcionar como um armazém, além de dispor de um restaurante, fornecendo alimento e outros produtos aos seus sócios e ainda comprometia-se a cobrar preços módicos. Porém, tais serviços não eram oferecidos apenas aos sócios já que “pessoas estranhas” também poderiam utilizá-los, embora não estivesse especificado no artigo que esses serviços seriam tão baratos quanto aos sócios. E o fato de que a diretoria tivesse que fornecer uma senha tornava clara a tentativa de controlar o acesso desses indivíduos ao armazém.

Quanta às vendas, deveriam ser destinadas “aos empregados da Fábrica de Fiação e Tecidos Carioca, a dinheiro à vista ou por meio de abono da mesma”.<sup>50</sup> Era então aos próprios empregados da Companhia que estavam destinados os serviços. Tal operação era viabilizada pela própria organização e composição administrativa da cooperativa. Os associados eram aqueles que “subscreverem ou vierem a adquirir uma ou mais ações”. Entretanto, só poderiam ser acionistas os empregados da fábrica ou da própria cooperativa. Se esses artigos que constavam no estatuto da cooperativa buscavam especificar que o armazém era destinado principalmente aos empregados da Companhia, já que eram eles que poderiam tornar-se sócios e assim terem acesso aos produtos com preços módicos, por outro lado, entre os nomes dos acionistas que constavam no documento estavam alguns dos diretores da própria fábrica Carioca, como “Alfred M. Oliver. Fred

<sup>48</sup> *Biblioteca Nacional*, Juízo dos feitos da fazenda municipal. Ano 1895 n. 70 caixa 2292 gal. A

<sup>49</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 97 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

<sup>50</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 97 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

Burrowes.- Geos Casey”, além de outros acionistas da Companhia.<sup>51</sup> Desse modo, eram esses indivíduos que controlavam o acesso dos operários da fábrica, ou melhor, as tais “pessoas estranhas” ao armazém através da senha que a diretoria da cooperativa concedia aos não associados e abono da própria companhia industrial aos que não conseguiam pagar à vista.

Buscando denunciar essa prática da fábrica Carioca, o militante de um jornal operário sugere que, de fato, era a empresa que controlava as transações entre os compradores e a cooperativa.

“Nessas casas deixam os artistas o produto de seu suor. Sem recursos para manter as suas famílias, são forçados a pedir à fábrica adiantamentos do dinheiro já ganho. A gerência lhes dá em vales para a primeira daquelas tavernas, pertencendo ao mais vil dos exploradores. O operário retira por mantimentos, pagos por exorbitantes preços, uma parte da importância do vale e recebe o troco em cartões, que só tem valor para a casa. Se, porém, carece de dinheiro em espécie para atender a outras necessidades, o feliz proprietário da cooperativa resgata os cartões com mais de 50% de abatimento! É [...] dizer que todos esses cartões são pagos integralmente pela fábrica.”<sup>52</sup>

A fábrica de tecidos Corcovado também havia realizado diversos tipos de serviços para seus empregados, como a creche criada em 1903 pela companhia. Quando da sua inauguração, o representante do jornal socialista *Gazeta Operária* publicou suas impressões positivas sobre a iniciativa:

“De tudo quanto vimos, foi o que melhor nos impressionou, pois cremos que em fábrica alguma existe semelhante melhoramento, que tem por objetivo único tratar a criança com todo o carinho, cuidado e conforto, enquanto a pobre mãe moureja nos teares.”<sup>53</sup>

A creche oferecia ainda atendimento médico e aleitamento para as crianças, que podiam ser visitadas duas vezes ao dia durante o horário de trabalho. Esse feito era enfatizado pelos articulistas como algo incomum entre os patrões do mesmo ramo naquele momento, indicando uma pista da importância de compreender o impacto que tais ações tiveram entre operários e patrões no Jardim Botânico. Um relatório da Companhia mostrava, em 1914, que frequentavam a

<sup>51</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882, Página 97 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

<sup>52</sup> “A Carioca”, *A Nação*, 16 de dezembro de 1903.

<sup>53</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *Gazeta Operária*, 11 de fevereiro de 1903.

creche 38 crianças, e que “a dependência da fábrica continua a prestar bons serviços aos filhos de operários, e a proporcionar a estes mais assiduamente aos trabalhos”.<sup>54</sup> Ficava clara a intenção dos seus diretores de promover o serviço visando uma frequência mais regular de seus empregados à fábrica, contemplando assim os seus próprios interesses. Faziam isso, porém, associando aquela ação aos tais “bons serviços” prestados aos operários, ou seja, estes enfatizavam assim a benfeitoria realizada para os mesmos.

Era o caso também da própria escola mantida pela empresa. Segundo o relatório anual da Companhia de 1914, a Escola Sotto Maior, que levava o nome do maior acionista- fundador da empresa, oferecia horário diurno e noturno, contando com 198 alunos.<sup>55</sup>

Junto aos diferentes serviços oferecidos pelas companhias têxteis aos seus empregados, a questão habitacional mostrava-se de suma importância para empresários e operários. Desde o final do século XIX, as próprias empresas construía diversas moradias, chamadas também de vilas operárias.<sup>56</sup> Em poucos anos, no entanto, a iniciativa daquelas empresas, que buscava assentar a mão-de-obra na região, já se mostraria insuficiente para dar conta da demanda – como indicava em 1907 o relatório da diretoria da fábrica Carioca, que propunha aos sócios da Companhia que fossem construídas ainda mais casas para acomodar os operários:

“A companhia atualmente acha-se embaraçada pela falta de casas, sendo que o mesmo pagando o máximo de salários existido em diversas fabricas não se tem, como devia ter, a escolha de pessoal, e pelo contrário tem se a mão de obra inferior, e, em consequência a presença de elementos desordeiros sempre existentes devido absolutamente à falta de acomodações para famílias que devem constituir a maioria de nossos operários.

Devido às exigências da Junta de Higiene as ocupações para moradias estão atualmente diminuídos, como muitas das casas estão sendo condenadas e fechadas como inabitáveis.

Se não houver alguma previsão para construção de outras casas as nossas dificuldades com mão de obra vão aumentar.”<sup>57</sup>

<sup>54</sup> *Biblioteca Nacional*, Relatório anual da Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado. Impressos, 1914.

<sup>55</sup> *Biblioteca Nacional*, Relatório anual da Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado. Impressos, 1914.

<sup>56</sup> Era o caso, por exemplo, dos núcleos habitacionais construídos pela Companhia de Fiação e Tecidos Carioca no Jardim Botânico. *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal, 4 de dezembro de 1907. P.87

<sup>57</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal, 4 de dezembro de 1907. P.87

O relatório indica que os procedimentos voltados para a questão das habitações e higiene realizados pelo Estado tinham impactos específicos em distritos recentemente formados como a freguesia da Gávea, que abrigava grandes indústrias e necessitava de significativo contingente de mão-de-obra. Por ser uma região ainda pouco urbanizada, colocava-se uma questão prática para as empresas, fazendo com que elas próprias tivessem que tomar a iniciativa de construir moradias para seus empregados. A construção de moradia por parte da Companhia era, desse modo, uma forma de atrair os operários, que se dispunham a trabalhar nesses estabelecimentos mediante tais condições. Expressava-se já naquele momento uma forma de negociação entre os próprios patrões e empregados.

Através do próprio relatório da Companhia Carioca é possível perceber, em outra direção, que as medidas tomadas pela diretoria ao construir tais habitações tinham um sentido bastante claro e interessado, que não se limitava apenas a uma simples questão prática. Para os diretores da fábrica Carioca, a escassez de moradia voltada para as famílias atraía supostos “elementos desordeiros” para a Companhia. Era, portanto, o controle da força de trabalho da empresa que estava em questão, mas também como esta deveria se comportar e proceder em relação à fábrica e aos seus patrões.

Como era padrão nesse tipo de modelo fabril, a estratégia patronal consistia em fixar a mão de obra em torno das fábricas, garantindo sua presença e permitindo a vigilância da mesma ao utilizar tais empreendimentos como mecanismo de dominação que visava controlá-los. O objetivo era incutir normas e códigos de conduta aos trabalhadores para moldar uma nova disciplina de trabalho, sob a justificativa de afastá-los da ignorância e imundice que prejudicava o seu desempenho no próprio processo de produção.<sup>58</sup> Tentando definir soluções para os problemas urbanos voltados para habitações, o discurso de médicos e higienistas passava a sustentar a valorização do modelo fábrica\vila operária que amparava a lógica de proteção dos diretores das companhias, como as que foram instaladas no Jardim Botânico. Viabilizado a partir das ideias de progresso,

---

<sup>58</sup> RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Paz e terra, 1985. P.32

modernização e racionalização científica, que apresentavam como imparciais e técnicas, esse projeto era legitimado e colocado em prática marcando a criação de um novo regime de disciplina e moralização.<sup>59</sup>

Era assim estendendo sua ação para além do espaço de trabalho, e atingindo diferentes esferas da vida cotidiana do trabalhador, ao lhe promover diferentes tipos de assistência capazes de atender algumas necessidades básicas, que os patrões buscavam realizar esses empreendimentos. Criavam um “sistema de serviços” que visava inculcar valores como disciplina, amor ao trabalho e moralidade.<sup>60</sup> Tais ações patronais constituíam a ideologia paternalista desses empresários, fazendo dessas ações um meio de tentar controlar as horas livres do trabalhador através da concessão de serviços e incentivo de diferentes atividades, inclusive voltadas para o seu lazer.<sup>61</sup> Era como um conjunto de procedimentos realizados pelas companhias, no mesmo contexto e com objetivos semelhantes, que identifica-se a atuação patronal nas associações de lazer formadas por seus empregados, como o próprio Clube M. R. Carioca.

Tratava-se, segundo Stein, de uma política de domínio e controle que não diferia muito daquela adotado por patriarcas das propriedades rurais.<sup>62</sup> Relacionando as políticas de domínio senhorial do período escravista no país às políticas de domínio dos donos de grandes indústrias durante a Primeira República, o autor reconhece uma linha de continuidade entre os períodos, que evidenciava o complexo sistema que visava controlar e subjugar os dependentes. Escrevendo no final da década de 70, Stein marcava a força dessas práticas de dominação que formavam a ideologia paternalista dos industriais no final do século XIX e início do século XX. Entretanto, se Stein enfatizou mais fortemente esse aspecto, nesse momento, a historiografia sofria a influência de trabalhos que buscavam dar ênfase a agência dos sujeitos que eram atingidos por tais políticas patronais, surgindo assim estudos que destacaram outras experiências vivenciadas por trabalhadores no Brasil.

---

<sup>59</sup>RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Paz e terra, 1985.

<sup>60</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 67-69.

<sup>61</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

<sup>62</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 63.



A relação entre práticas paternalistas e disciplina dos trabalhadores foi tratada no livro *Do Cabaré ao Lar* de Margareht Rago, publicado em 1985, que procurou pensar o tema a partir da então inovadora perspectiva de agência dos obreiros. A autora analisa diferentes práticas paternalistas, como a construção de vilas operárias, além de investimentos de associações voltadas para o lazer, escolas, igrejas e outros, mostrando como se constituía a política de controle patronal sobre os trabalhadores. Exemplar nesse sentido, segundo Rago, eram denúncias na imprensa anarquista de casos em que, os próprios estatutos das indústrias afirmavam que caso algum operário transgredisse as normas estabelecidas perderiam o privilégio de morar nessas habitações.<sup>63</sup> Tais formas de controle foram entendidas por muitos historiadores como a expressão acabada de falta de consciência de classe dos trabalhadores. Porém, buscando na ação autônoma dos mesmos o caminho para compreender o processo de formação de classe, a autora argumentou que tais estratégias de disciplinarização e moralização baseadas na lógica capitalista do trabalho imposta ao operariado foram sistematicamente e cotidianamente questionadas através de diferentes métodos de resistência. Mais uma vez, se valendo de jornais operários anarquistas, ela identifica algumas ações operárias como o ataque a propriedade privada, roubo de peças e destruição de máquinas, argumentando que não eram apenas as paralisações grevistas que se constituíam num meio de luta eficaz entre os operários, sendo também alvo da propaganda anarquista por se constituir numa forma de “ação direta” aqueles métodos de resistência.<sup>64</sup>

Entendendo as práticas paternalistas como uma imposição sobre os trabalhadores e desconsiderando que muitos desses indivíduos não necessariamente resistiram a tais projetos - ao contrário, chegaram mesmo a aderir aos mesmos, como ela própria observou ao se referir às atividades voltadas para o lazer - a autora acaba criando um antagonismo entre paternalismo e resistência, separando dois mundos analisados e entendidos como distintos de atuação operária. Para a autora, os métodos de enfrentamento social se legitimam no discurso anarquista, acabando assim por reiterar a imagem alienada que os próprios militantes construía daqueles que se entregavam as atividades

---

<sup>63</sup> RAGO, Margareht. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Paz e terra, 1985.

<sup>64</sup> RAGO, Margareht. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Paz e terra, 1985.

recreativas e se colocavam sob a proteção de seus patrões. Fazendo do discurso e projeto anarquista a descrição acabada do processo de formação da classe, Rago não problematizou as conflituosas relações entre patrões e trabalhadores e os diferentes sentidos que se desencadearam a partir dessa lógica paternalista.

Foi no rastro de posições como estas que trabalhos mais recentes tentaram analisar a experiência dos trabalhadores cariocas a partir da sua própria agência.<sup>65</sup> Frente a tal esforço, colocou-se a necessidade de repensar as formas tradicionais pelas quais havia sido compreendido o conceito de paternalismo, ao menos no que dizia respeito à experiência dos trabalhadores no período republicano.

Entretanto, como sugere Antonio L. Negro<sup>66</sup>, o termo paternalismo senhorial foi resignificado por parte da historiografia desde a década de 1980, quando surgiram estudos que se voltavam para a agência dos escravos. Tais perspectivas historiográficas demonstraram como esses escravizados eram sujeitos ativos da relação paternalista à qual estavam submetidos, conseguindo afrontar a lógica de domínio senhorial dentro de seus próprios termos - fosse minando cotidianamente suas bases ou realizando ações que confrontavam diretamente a autoridade dos senhores.<sup>67</sup>

Em tal perspectiva, podem ganhar novos sentidos as práticas recreativas próprias aos trabalhadores de um complexo fabril como o do Jardim Botânico. Para entender esses sentidos, cabe assim, analisar como tais práticas se relacionaram com a política de domínio implementada pelos diretores das fábricas têxteis ao fomentar clubes recreativos como aqueles criados ao redor da Fábrica Carioca, no Jardim Botânico. Ao mesmo tempo, devemos também tentar entender como esses indivíduos se colocavam dentro dessa lógica de domínio, de modo a percebermos como essa trama foi tecida pelos próprios sócios trabalhadores que frequentavam tais espaços de lazer na localidade. Financiados pelos patrões, frequentado por trabalhadores e administrado muitas vezes por ambos, os clubes recreativos da região aparecem assim como um meio de investigar as diferentes lógicas que alimentaram as relações paternalistas entre

---

<sup>65</sup> Ver, por exemplo: GOLDMARCHER, Marcela. *A Greve Geral de 1903: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910*. Niterói: UFF, 2009. (Tese de Doutorado)

<sup>66</sup> NEGRO, Antonio Luigi. "Paternalismo, Populismo e História Social" IN: Cad. AEL, v.11, n.20/21, 2004.

<sup>67</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade- Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

patrões e operários - que faziam do lazer uma arena de negociação e conflito cotidiano entre ambos.

### 1.1 Um bairro operário

Para entender o sentido dos laços associativos estabelecidos pelos operários do Jardim Botânico, cabe, antes de mais nada, refletir sobre as peculiaridades do espaço em que estavam inseridos - a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea, criada em 1874 como um dos desdobramentos da Freguesia de São João Batista da Lagoa. Seu território estendia-se desde a freguesia da Lagoa até os limites da freguesia de Jacarepaguá.<sup>68</sup> Até então a região era constituída por chácaras e fazendas. É possível identificar algumas importantes propriedades, como a fazenda de café de José Antônio Pimenta Bueno (o Marquês de São Vicente), loteada no século XIX, as propriedades do Conde de Santa Maria (onde hoje é o Parque da Cidade), Visconde de Valdetero (onde hoje se localiza o instituto Moreira Salles), Oswaldo Cruz (na Chácara da Floresta).<sup>69</sup> A área que ficaria conhecida como Jardim Botânico e parte do que hoje é a Gávea na freguesia constituía-se, desse modo, numa região com características predominantemente rurais já na segunda metade do século XIX.

O perfil da freguesia da Gávea começou a se transformar a partir da expansão das linhas de trem e bonde pela cidade, dada a possibilidade de melhor acesso a zonas que eram ocupadas por aqueles que já não conseguiam ou podiam habitar as zonas centrais. Com o crescimento desordenado e diferentes tipos de problemas urbanos vivenciados na área central da cidade, regiões mais afastadas, como a própria freguesia da Gávea, passaram a ser uma alternativa para dinamizar as atividades econômicas e ocupação do espaço citadino. Desse modo, a expansão das linhas de bonde para uma região até então pouco explorada da cidade constituiu-se num importante fator nesse processo de ampliação de seus limites.<sup>70</sup>

Impulsionada por políticas de Estado e capital estrangeiro que garantiam a infraestrutura necessária a tais investimentos, a expansão proporcionada pelas linhas de bonde ocorreu em 1870 em direção ao que hoje se conhece como a zona

---

<sup>68</sup> Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874 , Página 1212 Vol. 2 pt. I (Publicação Original).

<sup>69</sup> COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação Estado da Guanabara, 1950.

<sup>70</sup> O'DONNELL Julia. *A Invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2013.

sul da cidade.<sup>71</sup> De início, se voltou para localidades que estavam integradas à área central, como Botafogo e Glória, atraindo principalmente as famílias mais abastada da cidade.<sup>72</sup> Em meio a este processo, no entanto, a Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico construiu em 1872 uma linha que ligava o centro da cidade ao Largo das Três Vendas (atual praça Santos Dumont), na freguesia da Gávea - estendendo seu alcance para uma região até então pouco explorada, de características rurais.<sup>73</sup>

Foi a partir desse momento que ganhava corpo o processo de ocupação efetiva da área. Se em 1872 a então freguesia da Lagoa contava, segundo os dados do recenseamento realizado naquele ano, com apenas 13.447<sup>74</sup> habitantes, em 1890, quando já havia perdido a área da recém criada Freguesia da Gávea, esse número subiria para 28.741. A essa altura, a própria freguesia da Gávea, antes quase inexplorada, já contava com 4.696 habitantes.<sup>75</sup> Iniciava-se, assim, um processo de adensamento populacional ainda tímido da região da Gávea, que compreendia a área próxima ao Jardim Botânico.

A partir das possibilidades abertas pela expansão da linha de bonde - e talvez ligada à sua própria criação - que o perfil da região passaria, naqueles anos, por um rápido processo de transformação. Em meados da década de 1880, a região começou a receber alguns investimentos industriais que impulsionariam de modo muito mais intenso seu crescimento populacional.

Era exatamente a instalação de empresas voltadas para a produção têxtil naquele momento que mudaria a freguesia da Gávea, transformando suas características rurais. O fato de que se tratasse de uma região com abundância de recursos hídricos necessários a indústria têxtil, (compreendendo o rio Cabeça, o rio do Algodão, rio do Macaco), e próxima dos centros financeiros e do mercado

---

<sup>71</sup> Com a instalação das primeiras linhas de bonde de burro em 1868, realizadas pela Companhia de Ferro Carril Jardim Botânico, primeira empresa a obter concessão para o serviço, houve uma nova expansão, em direção às áreas suburbanas. (ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.)

<sup>72</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

<sup>73</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

<sup>74</sup> Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

<sup>75</sup> Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

consumidor, logo fez com que se voltassem para lá alguns dos principais investimentos industriais realizados no Rio de Janeiro.<sup>76</sup> Nesse processo, destacava-se a fundação da fábrica de tecelagem Carioca, empreendimento da firma Bandeira Steele & Cia, instalada à rua D. Castorina em 1886.<sup>77</sup> Em 1894, esta Companhia já havia incorporado aos seus bens algumas das grandes propriedades rurais existentes na localidade<sup>78</sup>, indicando que, assim como outras regiões, os próprios proprietários promoveram o loteamento de suas terras a medida em que se valorizavam<sup>79</sup>.

Com a instalação dessas fábricas de tecidos a partir do final do século XIX, a região mudaria seu perfil rural, assumindo uma clara marca fabril. Durante a primeira década do século XX a Companhia de Fiação e tecelagem Carioca foi uma das principais fábricas do ramo no Distrito Federal. Segundo o censo industrial de 1905, tratava-se já então da segunda empresa no país em produção, e da quarta do Distrito Federal em termos de capital.<sup>80</sup> Uma imagem da fábrica em 1901 nos dá algumas pistas sobre seu rápido desenvolvimento.

<sup>76</sup> FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

<sup>77</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal, 1884.

<sup>78</sup> Entre as suas dependências constava em 1894 “a chácara a estrada D. Castorina, número 24 e 28 com fundos até a rua Faro, hoje rua Lopes Quintas, número 33 compreendido o prédio número 15”, “a cachoeira para 40 animais e outros com [...] terrenos cedidos por Joaquim Soares da Costa Guimarães e sua mulher”. Além destes, “a chácara da mesma estrada D. Castorina [42] outrora numero 30 onde se acha a antiga fábrica [...]. Estes terrenos foram vendidos por Henry Whittobrer”, “a chácara da rua Faro, número 6 outrora número 10, com dois prédios, (...) tanques e reservatórios para água, alheios de outras construções”, terrenos cedidos por Isabel [...] campos. Próximo a esta, “a chácara contigua a que antes tinha o numero 30, na estrada d. Castorina, hoje com os números 44, 46, 47, 50 da mesma estrada” “e o edifício da nova fabrica adiante descrito”, “estes terrenos que constituem metade da antiga chácara do algodão, propriedade da fazenda nacional, foram dentre obtidas pela outorgante a titulo de foro perpetuo (...). Havia também, o “terreno e bem feitorias das chácaras denominada do algodão, na lagoa Rodrigo de Freitas, conforme o contrato que o outorgante fez na diretoria geral [] em 21 de agosto de 1889”, “o edificio da antiga fábrica, de dois andares no corpo principal, com paredes de tijolo coberto de telha [...] com 607 teares, casa de maquina, de caldeiras, de engomagem e tudo o mais que [...] se contem compreendidas as dependências, anexas e maquinismos sem [...], e por fim, “o edificio da nova fabrica 650 teares, em construção, de 2 andares, com paredes de tijolo, tendo já assentes ao caldeiras e ao lodo a chaminé, compreendidos todos os anexos e dependências do mesmo edificio e maquinismo que nele tem de ser colocado, todos os bens descritos sobre as letras a e acham-se situados na freguesia e n. S. Da conceição da Gávea, desta cidade”.<sup>78</sup> (*Biblioteca Nacional*, Companhia de Fiação e Tecidos Carioca. Escritura de mandato relativa a debenturas. Rio de Janeiro, 1894.)

<sup>79</sup> Caso de Inhaúma, como demonstra Miyasaka. MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

<sup>80</sup> WERD, Elizabeth Von; BASTOS, Ana Rodrigues. *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986. p. 102/103.

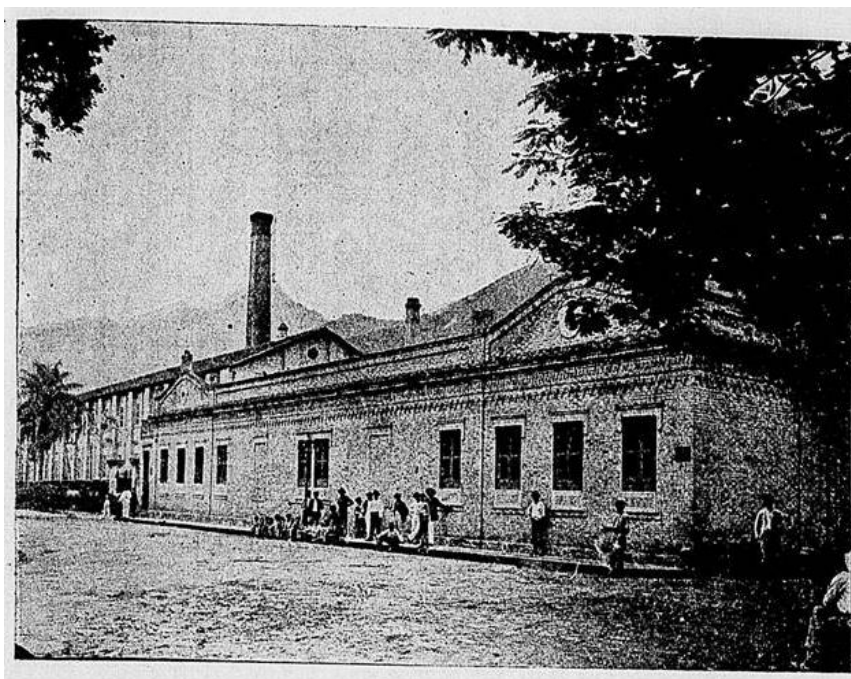


Imagem 1- (*Revista da Semana*, 4 de março de 1901- “Vista da parte mais antiga da Fábrica de Tecidos Carioca”)

É possível notar na foto dois prédios anexos: à frente uma construção mais antiga e ao fundo um prédio de feições mais recentes. De fato, alguns anos antes da publicação da foto na *Revista da Semana* a Companhia já havia construído o segundo prédio, sugerindo a expansão recente do empreendimento. Era o que atestava o conselho fiscal e os diretores da Companhia na ata de uma reunião alguns anos antes, em 1894, afirmando que “ (...) a segunda fábrica já bastante adiantada, é bem provável que até junho do corrente ano, começará a funcionar.”<sup>81</sup>

A fábrica Carioca não era a única, porém, a ajudar a mudar o perfil da região. No momento em que consolidava-se a indústria de tecidos no Rio de Janeiro houve a instalação de empresas do mesmo ramo na localidade. Cinco anos depois de seu surgimento, foi inaugurada próxima a ela outra reconhecida fábrica: a tecelagem Corcovado, empreendimento da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, fixada à rua Jardim Botânico. Entre seus fundadores estavam os srs. Visconde de Figueiredo e a firma Solto Maior & U., “importantes negociantes desta praça”.<sup>82</sup>

<sup>81</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal, 14 de março de 1894. P.13.

<sup>82</sup> “Fábrica Corcovado”, *Diário do Comércio*, 14 de outubro de 1889.

Seguindo tal tendência, em 1891 foi fundada à rua Marquês de S. Vicente a fábrica S. Felix, também do mesmo ramo, empreendimento da sociedade anônima Companhia de Fiação e Tecelagem São Felix.<sup>83</sup> Tão prestigiada quanto as duas fábricas de tecidos instaladas anteriormente, durante a Exposição Industrial no Rio de Janeiro em 1895 diversos jornais destacaram a capacidade e qualidade de produção da empresa, atestando o sucesso do empreendimento têxtil na região.<sup>84</sup>

Além das fábricas voltadas para a fabricação de tecidos, alguns anos depois da instalação desses empreendimentos é possível notar a presença da fábrica de Chapéus Braga e outras pequenas oficinas em funcionamento já na primeira década do século XX.<sup>85</sup> Indicando assim que a viabilização de outros investimentos se deu a reboque da consolidação da indústria têxtil na região e dos investimentos urbanos que decorreram desse processo.

Se no começo do século XX as companhias têxteis instaladas na Gávea encontrava-se em plena prosperidade, o mesmo não acontecia nos anos iniciais de sua instalação, assim como em outras empresas voltadas para esse ramo na cidade. Os primeiros investimentos privados durante esse período tiveram dificuldades em se consolidar. Diversas empresas tiveram que solicitar empréstimos afim de socorrer sua situação financeira nesse período.<sup>86</sup> A própria fábrica Carioca, vivenciou esse processo, como é possível notar através dos documentos da empresa. Em reunião do Conselho da Companhia Carioca em 1886, o diretor Pedro Bandeira Steele anunciava a convocação da assembleia para aprovar o pedido de um empréstimo devido às condições adversas em que se encontrava a Companhia.<sup>87</sup>

A situação começou a se alterar a partir da década de 1890. As fábricas acabaram se voltando para a tecelagem de algodão, produzido em larga escala no Brasil, que impulsionou a indústria têxtil naquele momento. Este produto

---

<sup>83</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

<sup>84</sup> Uma articulista assinalava na ocasião que “Não há razão de queixa contra os fabricantes nacionais, senão motivos para elogia-los. Neste grupo compreendemos: a Fábrica S. Felix da Gávea, cujo os operários sabem confeccionar o fio, e tecer a malha de algodão.” (“Exposição industrial”, *Gazeta da Tarde*, 28 de novembro de 1895.)

<sup>85</sup> “Mensagem”, *Gazeta de Notícias*, 5 de junho de 1911.

<sup>86</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P. 48

<sup>87</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, 15 de fevereiro de 1886.

necessitava de mecanismos de produção mais rudimentares e custos menos elevados, passando então a se difundir rapidamente no Brasil.<sup>88</sup> Era o caso, mais uma vez, da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, que tinha como produto principal o algodão, como constava nos seus estatutos: “Os fins que se propunha eram o “fabrico de tecidos de algodão e a exploração de qualquer outro material têxtil, no estabelecimento sito na Estrada de D. Castorina de propriedade da sociedade.”<sup>89</sup> Beneficiada com a abundância de algodão e preços baixos, este ramo de produção estava em plena expansão, contando para isso com amplos apoios governamentais durante as primeiras décadas do século XIX.<sup>90</sup>

Foi em meio a tal processo que se operou a redefinição do perfil da freguesia da Gávea, tornando-se um bairro operário no começo do século XX. A vocação industrial da região teve, como consequência, um rápido aumento de sua densidade populacional. Se comparados os dados dos censos, entre 1890, quando já encontrava-se instalada a fábrica Carioca e apenas um ano após a instalação da fábrica Corcovado, e 1906, período posterior às reformas urbanas implementadas na região central da cidade sob o governo municipal de Pereira Passos que provocaram o êxodo da população pobre para áreas mais afastadas, nota-se um sensível aumento demográfico da região, de 171%.<sup>91</sup> Entre os distritos da zona urbana, a freguesia da Gávea era a localidade com o maior acréscimo de habitantes, e entre os distritos suburbanos só não ultrapassava a freguesia de Inhaúma. Contudo a freguesia da Gávea ainda era o quinto distrito com menor população dentre os 25 distritos da cidade, atrás apenas da Candelária, Tijuca,

---

<sup>88</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P.57-61.

<sup>89</sup> *Arquivo Nacional*, Junta Comercial. Companhia de Fiação e Tecidos Carioca. Ano 1886, Livro 25, reg. 557, gal. 3 Até esse momento, as importadoras locais relutavam em comprar tecidos nacionais e ampliar sua distribuição no país. A partir de 1885 as fábricas começam a diversificar e aperfeiçoar a produção, caracterizando-se numa fase de transformação importante na indústria brasileira. Como resultado, ocorre uma queda de importações de tecidos ingleses. Na década de 90, os comerciantes passam a vender os tecidos produzidos no Brasil, atingindo o mercado interno com maior força. As firmas inglesas perderam o domínio no mercado brasileiro, e os negociantes portugueses passam a entrar em cena, começando a distribuir os produtos fabricados no Brasil em diferentes regiões, ainda que com algumas dificuldade devido a concorrência interna. (STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P.82.)

<sup>90</sup> STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. P.91-104.

<sup>91</sup> MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.



Santa Tereza e Ilhas de Paquetá e Governador.<sup>92</sup> Ou seja, a região se constituía, àquela altura, numa localidade de pequeno porte em relação às demais já que o seu aumento populacional era significativamente menor que a maioria das freguesias. Porém, se compararmos o crescimento da região em relação a si mesma, vivenciou nesse período um expressivo crescimento demográfico, indicando a influência dos estabelecimentos fabris no seu processo de desenvolvimento.

Cabe então buscar caracterizar através dos mesmos dados censitários o perfil da população que se fixava na freguesia da Gávea durante o período.<sup>93</sup> A concentração industrial da região fazia, em 1890, com que os trabalhadores têxteis aparecessem em maior número na freguesia, com 856 trabalhadores, enquanto os trabalhadores do serviço doméstico, não muito distantes, contavam 742 pessoas.<sup>94</sup> Já em 1906, os trabalhadores da indústria contavam ainda o maior número, com um total de 3.305 trabalhadores. Se o censo de 1890 indica que, embora não fosse predominante, as fábricas e oficinas instaladas na localidade durante o período representavam um importante percentual de trabalhadores no bairro, se comparado ao censo de 1906, esse número seria ainda mais significativa, com um crescimento de exatamente 2.448 pessoas.

Segundo o censo de 1890, constava entre as profissões de menor quantidade de pessoas, em quarto lugar, as atividades de criação e caça com 74 pessoas, e sexto lugar, de agricultura com 43 indivíduos. Tais dados indicam que a

---

<sup>92</sup> Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal): Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

<sup>93</sup> Porém, é preciso destacar alguns problemas enfrentados para tratar tais fontes, pois os critérios de realização dos recenseamentos de 1890 e 1906 foram distintos. Segundo Miyasaka, em primeiro lugar, deve-se considerar que as categorias profissionais são diferentes em ambos os censos. O censo de 1906 tem uma categoria que não tem equivalência no censo de 1890. Esta categoria refere-se aos “trabalhadores braçais, jornaleiros e trabalhadores com profissões que não puderam ser classificadas”. Além disso, o censo de 1890 contabilizou mais de uma profissão para cada indivíduo, contudo, afirmou-se no documento que poucas pessoas disseram ter mais de um emprego, enquanto o recenseamento de 1906 contou apenas uma profissão por pessoa. Seguindo o caminho de investigação apontado Cristiana Miasaky ao tratar do caso de Inhaúma, irei utilizar as categorias profissionais do censo de 1906 como referencial, buscando equivalências possíveis com o censo de 1890. Além disso, os dados serão analisados separadamente para tentar estabelecer a relação entre ambos. (MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.)

<sup>94</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

freguesia transformava rapidamente o seu perfil rural.<sup>95</sup> Contudo, o censo de 1906 mostra que a freguesia teve o terceiro maior crescimento dessas atividades, se comparado com o censo de 1890.<sup>96</sup> Isso indica que embora as atividades industriais tivessem representado parte importante do crescimento urbano do bairro, este não se deu de forma homogênea naquele espaço, possibilitando assim que algumas regiões ainda mantivessem atividades agrícolas.

Somando os trabalhadores em indústrias, em serviços domésticos, jornaleiros, trabalhadores braçais e em profissões mal definidas ou desconhecidas do censo de 1906, temos 6.070 em termos absolutos da população economicamente ativa da freguesia da Gávea, num total de 12.750. Ou seja, quase metade da população da localidade em 1906. Se comparado com o distrito da Candelária, por exemplo, somadas essas categorias constavam aproximadamente 1.000 trabalhadores, dentre as 3.500 pessoas existentes. O crescimento populacional da freguesia da Gávea no período transformou a própria composição social daquele local, como é possível observar através do expressivo número da sua população economicamente ativa.

Em relação à instrução da população local, que somava um total de 4.696 em 1890, entre os analfabetos constava 2.238 pessoas e entre aqueles que sabiam ler e escrever o número era de 2.458 sujeitos.<sup>97</sup> Em 1906, dentre os 12.570 habitantes da freguesia, havia um total de 6.772 analfabetos, enquanto 5.342 pessoas sabiam ler e escrever.<sup>98</sup> No final do século XIX, predominavam aqueles que tinham algum domínio das letras, porém, nas primeiras décadas do século XX, os analfabetos haviam aumentado consideravelmente. É possível notar então que entre 1890 e 1906 o quadro de indivíduos que sabiam ler e escrever ou não, se alterou bruscamente. O número expressivo de analfabetos na região, que inclusive havia crescido significativamente em dezesseis anos, indica que grande parte desses trabalhadores não eram qualificados. A própria indústria de tecidos não

---

<sup>95</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

<sup>96</sup> Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal): Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

<sup>97</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

<sup>98</sup> Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal): Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

necessitava, em sua maioria, de operários qualificados, indicando que boa parte da força de trabalho instalada na região era atraída pelas fábricas desse ramo.

A grande quantidade de trabalhadores de baixa renda que começava a se estabelecer na região passou a transformar a composição social da localidade e as suas relações sociais, como é possível observar através das próprias linhas de bonde que impulsionaram o processo. Em 1900, a Companhia de Ferro Carril do Jardim Botânico anunciou que iria inaugurar uma linha de luxo que atendia localidades como Botafogo, Largo do Machado, Flamengo e Gávea.

“No intuito de atender às solicitações de distintas famílias e cavalheiros que habitam os bairros servidos pelos carros desta companhia, secundados pela imprensa desta capital, resolver esta companhia estabelecer por experiência um serviço de bonde de luxo, além dos carros de horário ordinário”.<sup>99</sup>

Alguns sujeitos haviam reclamado junto à imprensa a sua necessidade de desfrutar de um transporte que atendesse aqueles que pudessem pagar pelo serviço. É possível reconhecer então a existência de remanescentes famílias aristocráticas fixadas desde o Império na freguesia da Gávea, ou mesmo alguns indivíduos de camadas médias atraídos pelo desenvolvimento da região. O fato destes se empenharem em fazer com que a companhia de ferro carril destinasse carros exclusivos que atendessem suas demandas indica que essa população se transformava rapidamente já no início do século XX, atraindo significativo número de trabalhadores de baixa renda. É interessante notar que a atitude de tais indivíduos ainda no final do século XIX mostrava a própria tensão social que passava a se estabelecer naquele espaço através da convivência de diferentes grupos sociais nessas regiões.

Alguns anos depois, o distrito da Gávea parecia sofrer ainda o rápido aumento de seus habitantes. É o que deixa entrever um operário que, em 1912, reclamou no *Jornal do Brasil* a falta de bondes que dessem conta da crescente população trabalhadora na localidade.

“Sr. Redator do Jornal do Brasil- A deficiência de carros de 2ª classe, vulgo ‘cara duras’, para a linha do bairro da Gávea é motivo de constantes reclamações por parte dos operários das fábricas de tecidos Carioca, Corcovado e de muitas outras indústrias, contra a Companhia

<sup>99</sup> “Companhia de ferro do Jardim Botânico”, *O Paiz*, 28 de julho de 1900.

Ferro Carril Jardim Botânico, visto os poucos carros dessa categoria não serem suficientes para transportar o grande número de operários às horas de entrada ou saída do trabalho.”<sup>100</sup>

Com o rápido crescimento da população nos anos que se seguiram aos censos de 1890 e 1906, os bondes que haviam viabilizado os investimentos industriais no bairro durante o final do século XIX mostravam-se bastante precários, não atendendo de forma eficaz a maioria de seus habitantes que eram trabalhadores de baixa renda já na segunda década do século XX.<sup>101</sup>

A transformação do espaço se deu também na medida em que essa população pobre passou a atrair novos investimentos comerciais destinados a atender a grande demanda de mão de obra ali fixada, transformando o local em um espaço que passava a obter condições de moradia para a recente população instalada. Não é difícil encontrar no período anúncios em jornais que ofertavam casas comerciais com esse objetivo, como a nota publicada no *Jornal do Brasil*, em 1896:

“Aluga-se duas lojas, juntas ou separadas, próprias para um grande bazar ou outro qualquer negócio, podendo comunicar-se uma com a outra, lugar de muita concorrência, entre as duas grandes fábricas de tecidos das Companhias Corcovado e Carioca, no pitoresco e futuroso arrabalde do Jardim Botânico, ao pé da rua Lopes Quintas...”<sup>102</sup>

Ao destacar que as lojas anunciadas eram exatamente entre as duas fábricas que empregavam a maior quantidade de trabalhadores do bairro, sendo por isso “lugar de muita concorrência”, o locatário sugeria que eram bem

<sup>100</sup> “Pró- Gávea”, *Jornal do Brasil*, 12 de outubro de 1912.

<sup>101</sup> Não é de se estranhar, desse modo, que houvesse diversas notas de operários que reclamavam a melhoria desses bondes nos jornais. Interessante, nesse sentido, é a carta de Honorio de Figueiredo, operário da fábrica Corcovado, e conhecido amador do grupo dramático da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado, que inclusive foi secretário da associação em 1907. Dirigia ao *Jornal do Brasil* em maio de 1913 uma reclamação sobre a demora do projeto da Companhia de Ferro Carril Jardim Botânico que deveria fazer uma linha ligando a Gávea à Ipanema e Leblon. Buscando justificar a efetivação do projeto dizia ele que a companhia iria repor rapidamente os seus gastos já que haveria grande concorrência nessa linha. Isso porque aquele “seria o local escolhido de todos os turistas”, para desfrutar de banhos e outros atrativos. Além disso, iria promover o desenvolvimento comercial e industrial da região. É interessante notar que o operário marca a presença de “muitas famílias de humildes operários” na região. Buscava assim justificar a criação das tais linhas de bonde que atendessem as demandas da população pobre da região, tanto as tais famílias humildes quanto os operários do Jardim Botânico que queriam desfrutar dos banhos de mar e outros atrativos na região praiana. (“Pró- Gávea”, *Jornal do Brasil*, 19 de maio de 1913.)

<sup>102</sup> “Casa para negócio”, *Jornal do Brasil*, 1 de setembro de 1896.

localizadas, sendo também um bom negócio. A expressiva quantidade de possíveis consumidores do estabelecimento comercial mostra que, ainda no final do século XIX, portanto, poucos anos após a instalação das fábricas de tecidos, os empregados em tais indústrias recentemente fixados ali passavam a influenciar o crescimento do bairro, atraindo novos investimentos.

A presença das companhias voltadas para a produção de tecidos influenciava também na própria urbanização da região. O *Jornal do Brasil* noticiou em 1899 que os serviços de esgoto para a população local seriam expandidos por iniciativa de alguns investimentos de empresas privadas, como a própria Companhia de Tecidos Carioca e a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, que era voltada para construção de habitações, junto à contribuição financeira da Prefeitura carioca.<sup>103</sup>

É possível destacar também outro anúncio que sugeria a importância da força de trabalho no crescimento urbano da região. Em nota, o *Correio da Manhã* afirmava que “Aluga-se uma casa; na Rua Lopes Quintas n.88, própria para famílias de operários, perto da fábrica Corcovado e Carioca”<sup>104</sup>. A nota deixava claro que a habitação era destinada a pessoas de baixa renda, que eram os próprios trabalhadores do bairro, em especial, das fábricas ali instaladas. As constantes ofertas de casas modestas na região noticiadas em diferentes jornais, sugere a necessidade de demanda de habitações para operários no momento em que a população crescia, apontando para outra questão relevante para compreendermos em que condições se deu a ocupação do local.

O censo de 1890 mostrava que, entre os distritos municipais urbanos, a freguesia da Gávea era a de menor quantidade de domicílios, com apenas 599 e nenhum tipo de estalagem. Em contraste, no Engenho Novo, por exemplo, constava 3.415 domicílios e 84 estalagens. Entre todos os distritos da cidade, a freguesia da Gávea só não tinha número menor que as Ilhas de Paquetá e Governador. A precariedade das moradias, como indica o censo de 1890, mostrava-se um problema para aqueles que passavam a se estabelecer no bairro atraídos pelas oportunidades de trabalho.

Embora esses dados indiquem que aquela altura a ocupação da região não se dava de forma tão intensa se comparado a outros distritos da capital federal,

---

<sup>103</sup> “Prefeitura”, *Jornal do Brasil*, 15 de março de 1899.

<sup>104</sup> “Anúncios”, *Correio da Manhã*, 10 de fevereiro de 1910.

exatamente a partir da última década do século XIX eram construídas diversas habitações por empresas que buscavam assentar os trabalhadores no local. Tais empreendimentos tornavam-se assim a principal forma de habitação para os empregados dos estabelecimentos têxteis instalados no Jardim Botânico, impulsionando a ocupação do espaço nos anos que seguiram ao censo de 1890.

Com o processo de industrialização que se intensificou nesse período em toda a cidade, começaram os debates sobre o problema da questão habitacional, especialmente para assentar a mão de obra. O Rio de Janeiro era o principal centro comercial e financeiro do país no final do século XIX, o que resultou na concentração de atividades econômicas e força de trabalho nas áreas centrais da cidade. A pequena oferta de moradia e os baixos salários contribuíam para que as condições de habitação desses indivíduos fossem as piores possíveis, aglomerando grande quantidade de pessoas em pequenos e insalubres espaços, como os cortiços, estalagens, etc. As discussões em torno da questão sanitária e habitações coletivas da população pobre já começavam a surgir nesse período como um problema a ser enfrentado pelas autoridades públicas. A solução apresentada passava a ser a eliminação dessas habitações, e a construção de moradias mais higiênicas que deveriam ser financiadas pelo Estado e empresas privadas. É nesse contexto que começam a ser construídas as chamadas vilas operários, moradias coletivas para a força de trabalho de empresas industriais que passavam a se estabelecer na cidade.<sup>105</sup>

A construção de habitações voltadas para a força de trabalho, realizadas por companhias fabris ou empresas privadas, passava assim a se disseminar em todo o Distrito Federal, especialmente, em bairros afastados do centro da cidade. Na freguesia da Gávea esse empreendimento se mostrou especialmente importante devido as condições recentes de ocupação e desenvolvimento urbano da localidade. A viabilização da ocupação da força de trabalho na região se deu nesse período a partir do empreendimento de algumas companhias voltadas para a construção de moradia para operários, formando-se nas proximidades das fábricas alguns núcleos de habitação para esses novos moradores. Em 1889, a Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro, uma empresa de capital privado, construiu a Vila Bocayuva à rua D. Castorina, mesma rua em que encontrava-se a fábrica

---

<sup>105</sup>LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989. P.17-24

Carioca, e destinada a 800 operários. Por iniciativa da mesma companhia, que contou também com subsídios públicos,<sup>106</sup> a Vila Sauer começou a ser construída em 1891, nos domínios da antiga chácara do algodão também à rua D. Castorina, em empreendimento finalizado somente no começo do século XX. Esta contava com 89 casas para famílias operárias, e 22 cômodos para solteiros.<sup>107</sup> Segundo Eulália Lobo, o padrão de habitações desse tipo eram conjuntos de casas de alvenaria, com banheiros, lavanderias, “cômodos arejados e higiênicos”, localizados em ruas pavimentadas, calçadas e iluminadas, com infra-estrutura e sistema de abastecimento, de modo a criar condições de habitação para os operários.<sup>108</sup>



Imagem 2- (Revista da Semana, 4 de março de 1901)

<sup>106</sup> “Casas de Operários”, *Diário de Notícias*, 23 de fevereiro de 1893.

<sup>107</sup> LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989. p.46.

<sup>108</sup> LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989.p. 12

A foto, que retrata a vila operária construída pela empresa privada Companhia de Saneamento do Rio de Janeiro<sup>109</sup>, permite observar que tais habitações eram grandes construções, que aglomerava significativa quantidade de operários, mas que eram capazes de abrigar famílias em casas separadas. A Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado, também começou a construir ali a partir de 1894 habitações para seus empregados.<sup>110</sup> O mesmo fez, no período, a própria Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca, ao construir uma Vila Operária destinada à moradia de seus empregados, instalada à rua D. Castorina.<sup>111</sup> Esta havia construído também alguns pequenos núcleos de habitações para seus empregados. Na chácara à Estrada D. Castorina com os fundos até a rua Lopes Quintas havia sete casinhas para operários, em um barracão. Em outra chácara à rua Lopes Quintas havia também 22 casinhas para operários, e a chácara que sucedia a esta tinha mais 24 casinhas para operários e 20 em via de construção.<sup>112</sup>

Desde o final do século XIX é possível identificar uma constante atuação do Estado no bairro quanto a questão habitacional. Desse modo, as transformações vivenciadas na localidade acompanhavam a intervenção das autoridades públicas. O jornal *O Paiz* noticiava que o dr. Lassance Cunha havia realizado em janeiro de 1900 “cerca de quinhentas e tantas visitas sanitárias na Gávea”, fazendo “repetidas visitas às habitações coletivas, fiscalizando sua lotação e obrigando os moradores a observarem os preceitos higiênicos em seus aposentos”.<sup>113</sup> O fato, porém, é que empreendimentos voltados para a construção de habitações para operários locais eram realizados em larga escala, na maior parte dos casos por companhias têxteis da localidade, onde começava a se estabelecer grande contingente de força de trabalho. A construção de vilas operárias no Jardim Botânico era assim parte do processo de ordenação do espaço físico da localidade que se formava na maior parte dos casos a partir da lógica de atuação dos diretores industriais, e que também moldava a força de trabalho local.

<sup>109</sup> A construção da vila operária ainda encontra-se no bairro que hoje é chamado de Horto, habitada por descendentes de trabalhadores das fábricas instaladas nesse período.

<sup>110</sup> LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989. p.39.

<sup>111</sup> LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989.

<sup>112</sup> *Biblioteca Nacional*, Companhia de Fiação e Tecidos Carioca. Escritura de mandato relativa a debenturas. Rio de Janeiro, 1894.

<sup>113</sup> “Onze dias sem um caso de peste bubonica?”, *O Paiz*, 15 de fevereiro de 1900.



Uma pista da disposição espacial desse complexo é possível de ser observada nas fotos da fábrica Carioca, que foram publicadas por um periódico inglês.

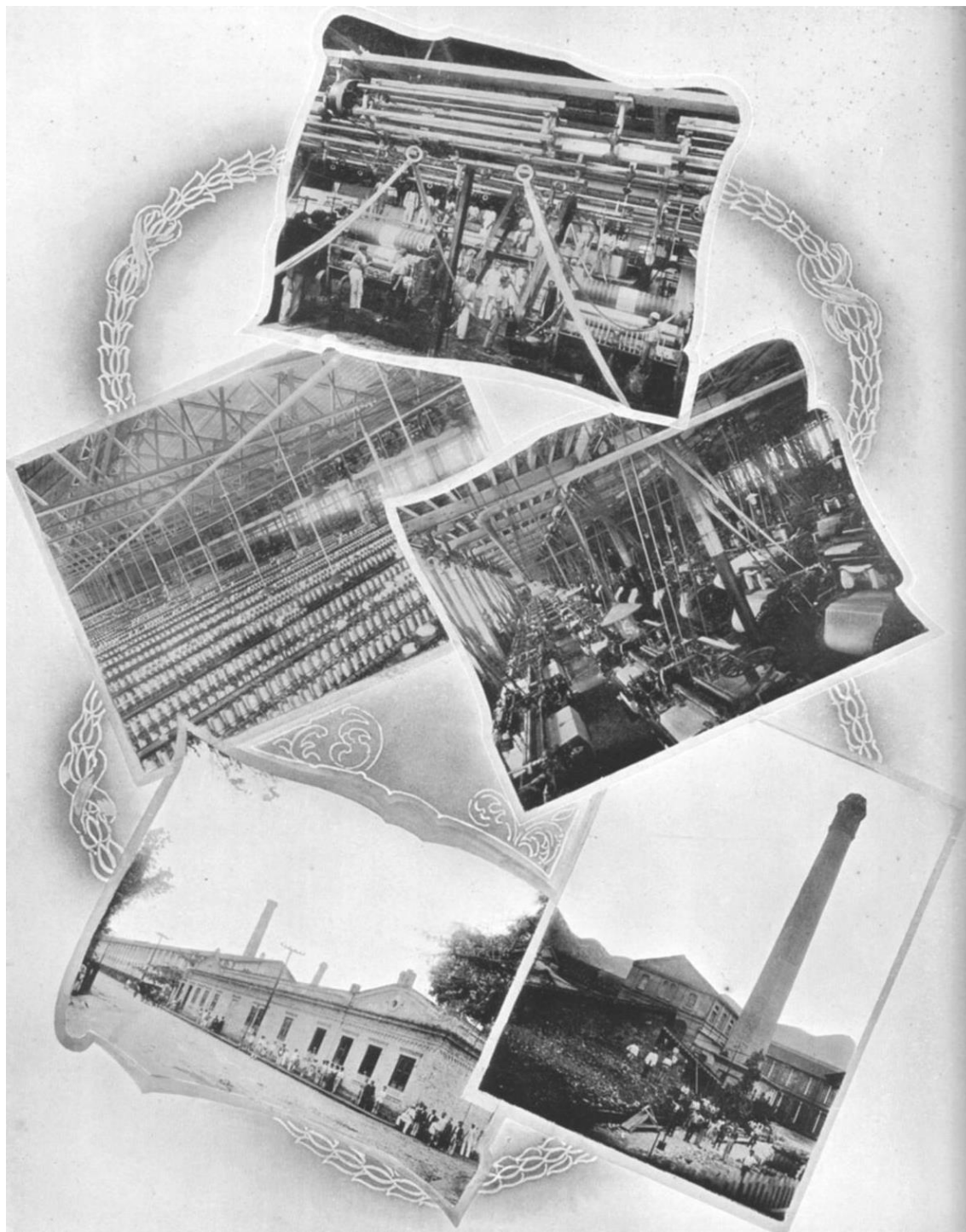


Imagem 3- (“Impressões do Brasil no século XX”, London, Lloyd's Greater Britain Publishing Company. Ltd, 1913)

A Companhia de Tecidos e Fiação Carioca aparecia no periódico como um exemplo positivo do desenvolvimento industrial do Brasil. Junto ao moderno

maquinário instalado na fábrica, a última foto, à esquerda, mostrava as habitações operárias. Vistas como parte destacada do complexo fabril, tais habitações, mostradas orgulhosamente, evidenciavam a marca paternalista das relações da companhia com seus empregados.

Como resultado desse processo, era em torno das instalações fabris e habitações para operários que um perímetro específico da freguesia da Gávea passava a concentrar grande parte da mão de obra da localidade. Embora a freguesia da Gávea dispusesse de um extenso território, a ocupação da área não se deu de maneira uniforme, articulando-se às necessidades das fábricas ali instaladas. Os dados censitários referentes a 1906 destacam que a rua Jardim Botânico, uma das principais vias junto às fábricas e onde se encontrava a fábrica de tecidos Corcovado, era também a mais populosa, com 2.471 habitantes. Já a Rua Lopes Quintas, onde havia algumas casas para operários construídas pela companhia de fiação e tecidos Carioca e uma vila operária, era a de população mais concentrada com 14 prédios e 251 habitantes.<sup>114</sup> A distribuição populacional na freguesia organizava-se assim em função dos interesses das companhias fabris ali instaladas - às quais se colocavam (e eram colocadas pelas iniciativa do poder público) como centro organizador da própria ocupação do bairro.

A partir dessa lógica, não era apenas a proximidade entre as moradias e as fábricas que marcava a influência das companhias na ordenação espacial do bairro. Nas memórias do italiano Luiz Natálio Schiavo, operário da fábrica Carioca, registradas pela sua neta Cleia Schiavo, os moradores locais

“estavam distribuídos nos espaços segundo o seu grau de nobreza, entre as vilas operárias construídas pela fábrica e a Vila Sauer (Cia. De Saneamento). Na região urbanizada do Saneamento morava a elite da fábrica e alguns poucos amigos da família; nas áreas em torno, o restante da população operária. Na área denominada Floresta (pelas bandas da Rua Lopes Quintas) morava o parentesco mulato da família.”<sup>115</sup>

O italiano Schiavo sugeria assim que havia diferenças na forma como os operários eram distribuídos naquele espaço, numa lógica que expressava na

<sup>114</sup> Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal): Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

<sup>115</sup> WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Notas para a construção de uma crônica familiar na cidade do Rio de Janeiro*. Revista Logos. Ano7, n. 13. 2 de setembro de 2000. P.67

própria configuração espacial as distinções e hierarquias decorrentes do trabalho nas fábricas.

Ao redor da fábrica Carioca, configurava-se assim um bairro operário edificado como a própria extensão dos interesses da Companhia que a controlava. Era a expressão física, no próprio traçado urbano da região, da lógica de subordinação que se tentava marcar com aquele empreendimento. Do esforço de configuração física das relações de subordinação, os trabalhadores e patrões construía, por lógicas diversas, as relações sociais e associativas que viriam a dar alma aquele território.

## 1.2 Os domínios do lazer

Como parte dos diferentes empreendimentos realizados pelos diretores fabris, os espaços voltados para o lazer dos operários ganham a atenção de seus patrões. Não seria nenhum acaso, nesse sentido, o fato de que as primeiras associações recreativas fossem criadas com o apoio patronal, e que este se constituísse num meio pelo qual estes indivíduos expressavam claramente suas intenções e interesses.

Criado em 1895, o Clube Musical Recreativa Carioca, com sede à rua D. Castorina, era “composto de operários da Fábrica de Tecidos Carioca,”<sup>116</sup> estabelecimento industrial localizado à mesma rua. O *Jornal do Brasil* noticiava que os próprios operários da fábrica sob a presidência de Alfredo Tavares fundaram a associação, sugerindo que não era uma iniciativa da companhia a criação do espaço de lazer.<sup>117</sup> Quando fundada, formou a banda de música composta por operários da fábrica, e contava com uma organização administrativa de um presidente, dois secretários e um procurador.<sup>118</sup> A experiência de trabalho na localidade era assim um elemento que reunia os operários da fábrica naquele espaço de lazer, até mesmo como um fator explícito de identificação dos sócios do clube ao adotarem o nome da fábrica. O resultado é que, na prática, o clube era organizado através de laços de sociabilidade constituídos no universo de trabalho, agrupando trabalhadores do mesmo ofício e articulando em torno de onde trabalhavam um dos seus sentidos de associação.

---

<sup>116</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1- 6c- 367.

<sup>117</sup> “Club Musical Recreativo Carioca”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1895.

<sup>118</sup> “Palcos e salões”, *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1895.

A estreita relação entre tais associações e o local de trabalho de seus membros constituía-se de forma mais definida através dos seus próprios mecanismos de organização, como é possível perceber no estatuto da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado entregue a Repartição de Polícia em 1913.<sup>119</sup> Aquele que desejasse fazer parte da associação deveria ser proposto por um sócio e ser operário da fábrica Corcovado. E o sócio que não pertencesse mais aos quadros da companhia receberiam a pena de destituição da associação. Porém, “em casos especiais” poderiam ser aceitos fora dessas condições. A possibilidade de flexibilizar esses critérios sugere que não eram apenas os seus operários que faziam parte da mesma. Acontece que poderia haver certa mobilidade da força de trabalho na região entre os próprios estabelecimentos fabris, fazendo com que um antigo associado continuasse a frequentar o clube. O fato, porém, é que o seu quadro social era constituído majoritariamente por empregados da fábrica e que o próprio clube criava mecanismos para garantir isso com o objetivo de realizar suas atividades recreativas.

Mais do que um simples critério de admissão de membros em tais associações, que resultava na composição dos seus quadros sociais predominantemente de operários de uma determinada fábrica, esta era uma relação caracterizada pela dependência dos seus sócios frente à companhia. Em 1902, quando o Clube M. R. Carioca contava já com alguns anos de existência, a *Gazeta Operaria* noticiou a realização de um “imponente baile em seu salão”,

“A diretoria da Fábrica Carioca fez ao Clube os seguintes donativos que bem mostram que ali, os patrões sabem partilhar dar dignos dos que lhes dão o rendimento de que vivem, e para isso também se associam e contribuem: A diretoria 100\$; o Sr. Frederick Burowar, diretor, 50\$; do Sr. George Casev, gerente, 50\$ do mestre dos teares, Sr. Willian Porighton”.<sup>120</sup>

O jornal socialista *Gazeta Operária*, um dos jornais de propaganda do Centro das Classes Operárias<sup>121</sup>, noticiava com grande interesse a doação da diretoria e dos diretores da fábrica Carioca ao clube formado por seus empregados. Criado em 1902, o CCO tinha a finalidade de tomar para si a tarefa

<sup>119</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 466.

<sup>120</sup> “Festas Operárias”, *Gazeta Operária*, 28 de setembro de 1902.

<sup>121</sup> “República e Socialismo na virada do século”. In: *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

de mobilizar os trabalhadores cariocas. Sua proposta consistia na afirmação e luta do proletariado em face da República e do patronato, tendo como periódicos de propagando a própria *Gazeta Operária* e o jornal *A Nação*. Sem restringir-se a propaganda socialista, o centro tratava de estimular agremiações de trabalhadores de diversas categorias.<sup>122</sup> Era o que fazia um militante e operário tecelão ao propor a criação de uma federação que filiasse e organizasse as diferentes associações:

“ (...) no nosso meio felizmente, temos também homens de valor intelectual, como Luiz Barbosa, Izaias do Amaral, etc., que são por demais capazes para reger os destinos de uma associação, sem precisarmos que nos venham reger, indivíduos que nada conhecem das nossas aguras.”<sup>123</sup>

O sr. Luiz Barbosa, citado na matéria, era escriturário da secção de panos da fábrica Carioca, localizada no Jardim Botânico. Lembrado como uma das pessoas capacitadas para gerir a tal federação, o operário parecia manter estreita relação com os militantes ligados ao jornal e o Centro das Classes Operárias. De fato, apenas alguns meses antes de ser saudado na matéria da folha, o sr. Luiz Barbosa havia recebido o seu diretor, de nome Mariano Garcia, para um passeio no Jardim Botânico.<sup>124</sup> Além de militante socialista, o sr. Luiz Barbosa era também orador oficial do Clube M. R. Carioca. Mantendo relações amistosas com algumas figuras importantes da folha, e atuando como um dos sócios mais destacados do clube recreativo, o sr. Luiz Barbosa poderia ter ajudado na divulgação do evento em que os diretores das fábricas locais faziam doações à associação. O fato é que o jornal via com simpatia aquela prática patronal por representar melhores condições de vida para os operários e por promover meios de subsidiar algumas atividades que despertavam o interesse dos mesmos. As doações eram assim noticiadas com certo apreço pelos seus colunistas.

É interessante notar que houve dois tipos de doações: uma em nome da diretoria da fábrica e outra em nome de cada diretor. Através do apoio da própria companhia e da contribuição dos diretores individualmente, ambos concediam

<sup>122</sup> GOMES, Ângela de Castro. “República e Socialismo na virada do século”. In: *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

<sup>123</sup> “Aos tecelões”, *Gazeta Operária*, 2 de dezembro de 1902.

<sup>124</sup> “Jardim Botânico”, *Gazeta Operária*, 19 de outubro de 1902.

uma importante assistência ao clube. Tendo a chance de se somar ao patrimônio do clube o financiamento da fábrica, melhoravam suas condições para além do que seria possível com as mensalidades. Sendo assim, a participação dos diretores da fábrica tornavam-se uma contribuição importante para manutenção dos clubes. Em média, a mensalidade que deveria ser paga pelos seus sócios variava entre 1\$000 à 3\$000 e a joia para ingresso na associação de 3\$000 à 5\$000.<sup>125</sup> Se comparado com os salários recebidos por esses indivíduos, nota-se a dificuldade que muitos de seus sócios poderiam ter para pagar os módicos valores cobrados para fazer parte de tais associações. Embora os valores de seus salários variassem de acordo com as funções realizadas, idade e gênero, recebiam entre \$500 e 3\$500 em 1903<sup>126</sup>. Os valores doados pelos diretores da fábrica e a sua diretoria no evento, de 50\$000 e 100\$000, eram assim parte expressiva do caixa da associação.

Firmando-se como um modelo de relação entre os operários e as companhias, a lógica paternalista que ajudou a dar forma a tais associações impulsionou, de início, a formação de novos grêmios recreativos pelos trabalhadores do bairro. Evidentemente, não era apenas no Jardim Botânico que essas associações faziam-se presentes. Ao se referir à fábrica Bangu, o articulista do jornal operário *A Voz do Trabalhador* destacava a existência de bandas do mesmo tipo em diversos estabelecimentos industriais têxteis na cidade: “Como em quase todas as fábricas de tecidos, há aqui uma banda de música”.<sup>127</sup> Indicava assim que alguns anos após a criação da banda de música na própria fábrica Bangu em 1892, já era possível identificar a generalização da prática na cidade. E o empreendimento das fábricas localizadas no próprio Jardim Botânico se mostrava pioneiro na capital federal, sendo criada a banda de música e o clube recreativo da fábrica Carioca apenas três anos depois ao da fábrica Bangu. Não seria nenhum acaso o fato de que fossem um dos pioneiros, já que esse empreendimento era parte dos projetos patronais desde que as fábricas foram instaladas no bairro que atraía cada vez mais operários.

---

<sup>125</sup> Era o caso da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado que registrava no seu estatuto em 1913 que deveria ser pago 3\$000 reis mensais para fazer parte da associação. *Arquivo Nacional*, GIF-6c-466.

<sup>126</sup> “A greve”, *O Paiz*, 20 de agosto de 1903.

<sup>127</sup> “A Exploração em Bangu”, *A Voz do Trabalhador*, 9 de dezembro de 1909.

Francisco Foot Hardman observou que bandas de música formadas por operários eram elos importantes na vida social de algumas localidades, especialmente, as que encontravam-se afastadas do centro.<sup>128</sup> Era o caso da própria banda de música formada pelos operários da fábrica de tecidos Carioca.

De fato, desde o final do século XIX e primeiros anos do século XX, as bandas de música formadas pelos operários das fábricas do Jardim Botânico estiveram presentes em eventos públicos, fossem no bairro ou na região central. Era o caso das frequentes festas religiosas que ocorriam na localidade. No dia 27 de dezembro de 1896 houve uma festa em comemoração a padroeira da freguesia, Nossa Senhora da Conceição. Em meio as homenagens, missas e procissões, a *Gazeta de Notícias* divulgou que tocara “ (...) em frente à Igreja a excelente banda de música Clube Musical Recreativo Carioca (...).”<sup>129</sup> Alguns anos depois, os operários do mesmo estabelecimento teriam destaque nas páginas da imprensa novamente junto aos companheiros da fábrica de tecidos Corcovado e outros trabalhadores da cidade. Em comemoração ao aniversário do Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca houve um prestigiado evento, tendo sido realizada uma “grande manifestação operária”. Esteve presente os operários da “Fábrica de Tecidos Carioca, com estandarte, banda de música e mais de duzentos operários e Fábrica de Tecidos Corcovado, com estandarte e elevado número de operários.”<sup>130</sup> Representando a própria fábrica em que trabalhavam e também os interesses de seus patrões, a banda apresentava-se no evento público para homenagear o presidente.

Tais bandas de música com seus estandartes, reuniam parte dos operários da empresa, participando ativamente dos concorridos eventos. Ao se disporem a participar desses eventos, obtendo autorização e até mesmo incentivados pelos diretores das fábricas, fosse financeiramente ou não, os clubes acabavam representando os operários e a própria companhia. Tornando-se pública a suposta bondade e generosidade dos diretores das fábricas, que se expressava através da prosperidade das próprias bandas de música e associações, construía-se uma imagem fraterna entre diretores e operários.

Se, por um lado, essas representações sociais buscavam expressar uma

---

<sup>128</sup> HARDMAN, Francisco Foot. “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor” In: *Libertários e Militantes: Arte, Memória e Cultura Anarquista*. Revista Remate de Males. V. 5. 1985.

<sup>129</sup> “Gávea”, *Gazeta de Notícias*, 27 de dezembro de 1896.

<sup>130</sup> “O sr. Presidente da República”, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1911.

imagem fraterna e harmoniosa, por outro, traduziam as hierarquias ali presentes, às quais os próprios patrões faziam questão de afirmar em eventos festivos e cotidianamente. Era o caso da fábrica de tecidos Corcovado. Ao destinar uma coluna para noticiar os festejos natalinos no Jardim Botânico, a *Gazeta Operária* destacava que:

“O Sr, José da Cruz ilustre diretor dessa fábrica, costuma fazer grande distribuição de brinquedos e roupas às crianças pobres, no dia de Natal. Para o natal desse ano, sabemos que se preparam as crianças para assistir a brilhante festa que aquele inteligente industrial pretende fazer, onde todos vão receber em grande profusão, brinquedos e roupinhas. Na próxima quinta- feira a *Gazeta Operária* fará representar naquela festa de filantropia, pouco comum nos tempos que correm, pelo seu diretor [...]”<sup>131</sup>

Noticiado como um evento costumeiro promovido pelo diretor da fábrica Corcovado e incomum em outros estabelecimentos, o articulista enaltecia a atitude do mesmo. Sob a forma de um alegre evento, com a presença da banda de música da fábrica Carioca, o industrial fazia doações de brinquedos e roupas para as crianças pobres da região. Nota-se que grande parte da força de trabalho das fábricas de tecidos era composta por crianças<sup>132</sup>, sugerindo que o alcance dessa ação poderia obter objetivos bastante direcionados. As diversas doações empreendidas pelos diretores das fábricas ou mesmo as eventuais participações destes em seus eventos, se constituíam em rituais de afirmação dos lugares sociais de seus diferentes protagonistas. Os próprios patrões forjavam signos de distinção social dissimulando suas ações como forma de doação através de suas práticas generosas, representando o mundo hierarquizado e desigual em que pretendiam continuar vivendo.

Desse modo, longe de restringir-se ao apoio dado pela fábrica aos espaços associativos dos seus empregados, tal lógica marcava o próprio estabelecimento de relações sociais no bairro. Um episódio significativo, nesse sentido, foi o casamento de um operário da fábrica Corcovado, chamado João da Costa com Belmira Velloso, filha de Francisco Velloso, que era mestre da oficina de

<sup>131</sup>“Fábrica de Tecidos Corcovado”, *Gazeta Operária*, 21 de dezembro de 1902.

<sup>132</sup> PIMENTA, Ricardo. *Retalhos de memória*. Dissertação de mestrado. UNIRIO, 2006.



carpintaria da mesma. No evento, o diretor da fábrica Corcovado, Sr. José da Cruz, fora o padrinho do noivo.<sup>133</sup>

O próprio empresário José da Cruz, então diretor da fábrica de tecidos Corcovado, tentou caracterizar tais ações buscando atribuir um sentido muito claro, como mostrava o seu testemunho ao articulista do jornal operário *Brasil Operário* que o entrevistou: “Quando lhe apertei a mão, S.S. disse-me estas palavras, que me ficaram gravadas na mente: “ ‘Estes operários, eu os considero tendo como se eles fossem meus filhos’ ”.<sup>134</sup> O diretor da fábrica Corcovado buscava assim efetuar ações que apresentavam para seus empregados como dádivas concedidas para incentivar suas atividades preferidas, mas também como um “pai” que estava presente na sua vida cotidiana, tentando representar a ideia de que diretores e empregados formavam uma família, cujo “pai” era o elemento de ordenação dessas relações a partir de uma administração paternal. Colocando-se como um pai protetor, os diretores das fábricas viam assim no lazer de seus “filhos” algo a ser apoiado.

Entretanto, nas palavras do diretor da fábrica Corcovado tais práticas tinham uma dimensão importante para os seus próprios interesses. O jornal *O Paiz* noticiou que ao realizar uma visita à fábrica Corcovado, alguns representantes do Centro das Classes Operárias ouviram do Sr. José da Cruz que foi implementado “um hábil mecanismo administrativo (...)”, “(...) [que] prove o bem estar dos administrados, proporcionando-lhes todas as comodidades de modo a suavizar-lhes as agruras da vida [...], até ali estendendo a ação de sua autoridade quase paternal”. Exemplificavam essas benfeitorias afirmando que a fábrica mantinha uma associação recreativa, que era a própria Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado, com banda musical e grupo dramático. O diretor evidenciava sua motivação ao realizar tais empreendimentos, constatando que “as vantagens que a companhia tira desse sistema administrativo reflete-se no desenvolvimento constante da fábrica, nos seus lucros e disciplina e na moralidade do seu pessoal”.<sup>135</sup>

A suposta generosidade e bondade que se expressava em diferentes ações patronais construía assim a lógica de controle e subordinação que caracteriza a sua

---

<sup>133</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *Gazeta Operária*, 19 de outubro de 1902.

<sup>134</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *Brasil Operário*, 16 de julho de 1903.

<sup>135</sup> “Fábrica de Tecidos Corcovado”, *O Paiz*, 27 de abril de 1902.

política de domínio no contexto fabril. Nessa perspectiva, a harmonia entre operários e patronato resultaria na completa impossibilidade de articulação desses sujeitos a partir de uma mobilização autônoma que não tivesse como intermediário os últimos. A possibilidade de identificação mais ampla entre os trabalhadores e a própria companhia poderia se dar apenas junto a seus tutores e benfeitores através de valores e sentidos impostos por seus patrões. Acreditando que suas políticas de controle e subordinação se convertiam em infalíveis estratégias de neutralização dos seus empregados, ao dissimularem como concessões ou doações, os diretores das fábricas locais idealizavam um mundo em que as hierarquias estabelecidas não seriam assim contestadas.

Em visita à fábrica Carioca, o jornalista da *Gazeta de Notícias* dava um parecer que reiterava essa imagem. “Todos aqueles a quem falamos se mostravam satisfeitos: nada tinham de que se queixar, apenas da crise- a negra megera que atormenta a todos nós neste momento”<sup>136</sup>, escrevia o articulista. Enfatizava com essas palavras a mesma imagem de fraternidade entre patrões e empregados que os diretores fabris buscavam forjar, afirmando que ambos pertenciam a um universo de interesses comuns – já que a crise afetava indiscriminadamente “a todos nós”. Pareciam assim dissolver as contradições que os distinguiam. Mais do que reforçar a imagem fraterna que os diretores buscavam forjar, parte da imprensa participava ativamente na sua construção.<sup>137</sup> Resulta da construção dessa imagem harmoniosa entre patrões e empregados a idealização de um mundo que tanto esses articulistas como os próprios diretores buscavam representar e realizar.

À primeira vista, os próprios operários que compunham esses clubes pareciam corroborar tal lógica, nas palavras do articulista da *Gazeta de Notícias*, mostrando- se “satisfeitos”, ou até mesmo prestando diferentes tipos de homenagens aos seus patrões. Era o caso em que a diretoria teria apresentado ao articulista da *Gazeta de Notícias* o “líder” dos operários, o sr. Domingos Herculano do Amaral, “um moço simpático e bem posto”,<sup>138</sup> para mostrar a fábrica e suas diversas instalações. O operário já havia desempenhado, àquela

---

<sup>136</sup> “A ‘Gazeta’ na intimidade dos operários”, *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1915.

<sup>137</sup> BARBOSA, Marialva. “A imprensa na Belle Epoque tropical” In: *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

<sup>138</sup> “A ‘Gazeta’ na intimidade dos operários”, *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1915.

altura, a função de presidente do Clube M. R. Carioca em 1914<sup>139</sup> – o que pode explicar, em parte, o papel de liderança sobre os operários a ele atribuído pelos seus diretores. Afirmava na ocasião o sr. Domingos do Amaral que “Estamos muito bem com os nossos diretores”.<sup>140</sup> Ele próprio fazia questão de enaltecer a imagem benevolente dos diretores da fábrica, que o articulista se empenhava em reforçar publicando tais notas. Desse modo, os próprios operários (ou ao menos alguns deles) pareciam corroborar a lógica dessa política paternalista.

O sentido do apoio de Domingos à diretoria da fábrica ganhou contornos mais nítidos quando ele levou o repórter ao salão do Clube Musical Recreativo Carioca - associação que, segundo ele tinha por fim “(...) proporcionar diversões aos seus associados e velar pelos interesses da classe”. Ao informar sobre a função do clube, o próprio operário formulava uma compreensão que associava “diversões” e “interesses” comuns aos operários, apontando para a importância que as atividades tinham para seus sócios. E complementava ainda afirmando que este “é o testemunho fiel de nossas lutas e a afirmação de nossa disciplina e amor ao trabalho.”<sup>141</sup> Em contrapartida, ao se referir a “disciplina e amor ao trabalho” identificava a lógica que construía o discurso de legitimação dessa política de controle. O sr. Domingos do Amaral parecia articular no seu discurso aquilo que os diretores esperavam dos seus empregados ao concederem apoio e proteção à associação recreativa, ou seja, “disciplina e amor ao trabalho” à benevolência dos patrões ao mostrar as instalações do clube e os interesses dos próprios operários. Reiterando a visão de mundo dos diretores no seu discurso a imprensa, o operário Domingos do Amaral conseguia fazer com que os mesmos se mantivessem motivados a empreender tais ações e assim contemplar os próprios interesses coletivos de seus companheiros de folia que buscavam continuar realizando as atividades cotidianas do clube.

Seguindo tal lógica, outros trabalhadores prestigiavam também os diretores das fábricas em diversas ocasiões festivas, nas quais buscavam demonstrar seu apreço pelos mesmos. Em comemoração ao aniversário de um diretor da fábrica Carioca chamado Frederick Burrows, os sócios do Clube M. R.

---

<sup>139</sup> “Sociedades Recreativas”, *Jornal do Brasil*, 5 de janeiro de 1914. Alguns anos depois Domingos do Amaral assumiria ainda a presidência do clube. “Sociedades Recreativas”, *Jornal do Brasil*, 21 de fevereiro de 1916.

<sup>140</sup> “A ‘Gazeta’ na intimidade dos operários”, *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1915.

<sup>141</sup> “A ‘Gazeta’ na intimidade dos operários”, *Gazeta de Notícias*, 7 de maio de 1915.

Carioca realizaram um “imponente sarau”. Foi a casa do diretor em Botafogo uma comissão de quatro mulheres e dois homens, assim como outros operários em três bondes e a banda de música do mesmo clube. Todos cumprimentaram o diretor, “sendo o mesmo convidado, após diversas saudações, para assistir ao sarau” nos salões daquela associação. Enquanto regressavam à sede do Clube Carioca, foi o diretor “durante o trajeto, alvo de vivas entusiásticos”. Em homenagem ao aniversariante foi tocado o hino nacional inglês, por ser o mesmo natural desse país, e as amadoras do clube ofereceram a esposa de Burrows uma cesta de flores. Durante o sarau foi inaugurado um retrato do diretor Burrows nos salões do Clube Carioca e o orador oficial, sr. Luiz Barbosa, “enalteceu os baluartes da regeneração social, citou os exemplos de alguns industriais em relação à família operária, destacando dentre eles os srs. José da Cruz e o aniversariante – e recitou duas poesias, “Avante e Salve Frederick”. Correspondendo ao código comum de gentilezas, o “sr. Frederick Burrowes agradeceu as provas de apreço que lhe dispensava o clube, e prometeu tudo proporcionar para o engrandecimento dos fatores do progresso social”.<sup>142</sup>

Em um evento que durou boa parte do dia, diferentes tipos de homenagens foram realizadas para o diretor da fábrica Carioca por seus empregados. Ao visitarem a casa do diretor, alguns empregados da Companhia buscavam demonstrar um sentimento de apreço publicamente, ganhando notoriedade entre os próprios homenageados e tornando-se visível para outros indivíduos da localidade. Desse modo, os operários da fábrica Carioca pareciam corresponder às expectativas de seus patrões ao reforçarem publicamente a imagem fraterna que os mesmos e parte da imprensa construía para as relações de trabalho na fábrica. Além disso, boa parte desses operários eram os próprios sócios do Clube M. R. Carioca, sendo o salão da associação o principal palco das homenagens ao diretor e, a banda de música da fábrica, uma das principais atrações. Sendo assim, a lógica dessas homenagens ligava-se claramente ao fato dos diretores da empresa apoiarem a criação e manutenção do clube.

Luiz Barbosa, o escriturário da sala de pano que era também militante socialista e orador oficial do Clube M. R. Carioca, destacou o Sr. José da Cruz como um dos industriais que, para ele, merecia a reverência dos operários.

---

<sup>142</sup> “Palcos e salões”, *Jornal do Brasil*, 17 de junho de 1915.

Tratava-se do diretor da fábrica de tecidos Corcovado, localizada à rua Jardim Botânico – próxima, portanto, a fábrica Carioca, situada à rua D. Castorina. Mais uma vez, o sr. Luiz Barbosa parecia cumprir uma função importante entre os trabalhadores locais, nesse momento, intermediando o diálogo entre estes e seus patrões ao reverenciar os diretores das fábricas. É interessante notar também que os empregados das fábricas localizadas na freguesia mantinham uma mesma atitude com relação aos seus patrões, inclusive realizando eventos que reuniam operários de diversos estabelecimentos locais com o mesmo objetivo de reverenciá-los. Festejando o início do ano de 1903, por exemplo, vários grupos recreativos da região reuniram-se no salão da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado. Em passeata, percorreram as ruas para visitar a residência dos diretores e mestres das fábricas Carioca e Corcovado.<sup>143</sup> Ou seja, construíam e expressavam padrões de relacionamento com os diretores de diferentes estabelecimentos fabris, apontando para importância da configuração espacial que fazia de parte da localidade um bairro tipicamente operário.

O apoio patronal poderia resultar, em contrapartida, na interferência da Companhia em tais espaços de lazer. Era o caso do próprio controle da composição do quadro de sócios e diretores dos clubes. No caso da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado, constava no seu estatuto o seguinte artigo: “Presidente de Honra- Enquanto a Sociedade estiver em dependência da Companhia de Fiação e Tecidos o seu Presidente de Honra será o Diretor Gerente da mesma e compete-lhe a nomeação de sócios para ocupar os cargos de Presidente- Secretário e Tesoureiro.” Uma das funções especificadas do Presidente de Honra no estatuto afirmava que ele poderia destituir “qualquer diretor quando este não cumpra com os seus deveres”.<sup>144</sup> Ao menos burocraticamente, o diretor da fábrica poderia interferir diretamente na escolha do quadro administrativo da associação, na medida em que tinha o poder de vetar certos operários para alguns cargos - já que a ideia de “deveres” a serem cumpridos era bastante vaga e suscetível a arbitrariedades.

A caracterização da aparente subordinação expressa nessas atitudes dos operários em relação aos seus patrões não deixou de incomodar a outros operários, que viam em tal posição a expressão de sua subordinação e passividade

---

<sup>143</sup> “Festas Operárias”, *Gazeta Operária*, 4 de janeiro de 1903.

<sup>144</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 466.

diante das políticas de domínio que eram constantemente denunciadas nas páginas dos jornais operários. Em 1911, um militante afirmou no periódico anarquista *Guerra Social* que “enquanto os trabalhadores permanecem no mais criminoso indiferentismo, os burgueses não descansam um instante, sendo poucos todos os momentos para estudar novas bases e impor novos regulamentos, a fim de explorar e escravizar com melhores resultados”.<sup>145</sup> Condenavam então as atividades promovidas naquelas associações, por serem a representação acabada “do dinheiro dos capitalistas, [que] tem por distinta obrigação, de procurar a conservação da ignorância, atirando-nos terra nos olhos, sempre que lhes seja possível”, como sustentava um militante do jornal *A Voz do Trabalhador*.<sup>146</sup> Do ponto de vista de grande parte de militantes adeptos das doutrinas anarquistas, a dedicação dos trabalhadores locais às atividades recreativas seria assim simples meio de “agradar aos patrões, do que instruir-se e lutar para defender os seus direitos”.<sup>147</sup>

Desse modo, para esses militantes anarquistas as tentativas de controle dos patrões sobre os operários seriam efetivas, impossibilitando qualquer reação dos trabalhadores contra as péssimas condições de existência às quais eram submetidos. Nessa perspectiva, os patrões tinham êxito em conseguir desviar sua atenção das precárias condições de trabalho e vida que os próprios militantes denunciavam constantemente nas suas folhas. Um militante avaliava que nas fábricas de tecidos “não se trabalha como homens, trabalha-se como bestas de carga, sem descanso, mal instalados e mal alimentados, pois até nisso são roubados, são explorados miseravelmente”.<sup>148</sup> Para um militante anarquista, parecia ser o caso dos tecelões da fábrica Carioca que inclusive tiveram seu salário diminuído pelos seus diretores em 1913.<sup>149</sup> Os responsáveis por isso seriam, desse ponto de vista, os próprios operários que se entregavam a essa lógica de domínio – como afirmava outro militante anarquista no jornal *Guerra Social*, ao argumentar que “enquanto o operariado não se convença de que a força

<sup>145</sup> “Pelas fábricas de tecidos”, *Guerra Social*, 29 de junho de 1911.

<sup>146</sup> “Abaixo o carnaval!”, *Voz do Trabalhador*, 15 de fevereiro de 1914.

<sup>147</sup> “Mundo operário: conferência no Jardim Botânico”, *Guerra Social*, 20 de agosto de 1911.

<sup>148</sup> “Dos ergastulos industriais”, *A Voz do Trabalhador*, 1 de julho de 1908.

<sup>149</sup> “Pelas fábricas”, *A Voz do Trabalhador*, 13 de maio de 1909 e 15 de abril de 1913.

reside em si próprios e que nada tem a esperar de ninguém se não de sua própria união em sindicato de classe, as coisas continuarão de mau a pior”<sup>150</sup> .

Nessa perspectiva militante, as atividades recreativas teriam o efeito de neutralizar a mobilização dos operários, que acabavam através delas distraídos de seus reais interesses – aceitando passivamente, por isso, medidas patronais que potencializavam sua exploração. A denúncia de militantes anarquistas que entendiam tais práticas como uma forma de alienar os trabalhadores, os afastando das práticas e associações que realmente lhes interessava, era no fundo, para esses militantes, uma crítica aos próprios operários que aceitavam passivamente essa tentativa de dominação. Desse modo, a atitude dos operários que aderiam aos projetos patronais, criando associações de lazer com o nome de seus locais de trabalho e recebendo apoio e proteção dos mesmos, comprovariam o controle a que estavam submetidos e a alienação em que se encontravam os trabalhadores da cidade.

Ainda que por lógicas e objetivos distintos, patrões e militantes anarquistas concordavam assim com o sentido disciplinador dessas sociedades recreativas. Resta ver como os seus próprios sócios, alvos supostamente passivos, construiriam a seu modo possibilidades e alternativas de praticar atividades que lhes interessavam, conquistar melhores condições de trabalho e vida, e até mesmo ascender socialmente e economicamente.

### **1.3 Práticas paternalistas e a agência operária**

Ao denunciarem as práticas de controle patronais e a passividade dos operários, muitos militantes anarquistas constatavam a significativa atenção que esses trabalhadores davam as atividades voltadas para o lazer, evidenciando a relevância que essas práticas tinham entre aqueles indivíduos. Esta é uma pista para tentarmos compreender para além da visão alienada que alguns contemporâneos projetavam sobre os operários associados em clubes como o Clube M. R. Carioca, quais os sentidos próprios que estes sujeitos atribuíam ao seu associativismo e como se apropriavam de tais espaços de lazer.

Conseguindo que seus patrões reconhecessem e apoiassem suas atividades, o Clube M. R. Carioca e tantas outras associações formadas a partir da mesma

---

<sup>150</sup> “Pelas fábricas de tecidos”, *Guerra Social*, 29 de junho de 1911.

lógica, forjavam um meio de conseguir condições para a sua criação e funcionamento. Não se tratava de um acaso. Do ponto de vista dos que se associavam a esses grêmios recreativos, a conquista de proteção por parte da direção das fábricas se constituía numa estratégia importante para garantir a manutenção desses clubes. É o que pode ser constatado através dos pedidos de licença à Repartição de Polícia. Em 1914, o comissário Paulino Bastos enviou o parecer de investigação afirmando que “(...) a quem cabe a direção do Clube Musical e Recreativo Carioca, com sede à rua D. Castorina, n.100, são pessoas de responsabilidades e em sua quase totalidade operários da Fábrica de Tecidos Carioca, sendo frequentado somente por famílias”<sup>151</sup>. Associando os membros do clube ao seu local de trabalho, o comissário caracterizava os mesmos como “pessoas de responsabilidades” e ainda afirmava que era frequentado “somente por famílias”, acabando por criar uma imagem ordeira e moral do clube e de seus sócios através de tais caracterizações. Os seus componentes conseguiam assim legitimidade para manter seus espaços de lazer e realizar suas práticas. O resultado é que, diferente de outras associações, os sócios do clube não tinham problemas em conseguir a licença, que inclusive naquele ano havia sido aprovada.

A proteção dos diretores das fábricas locais convertia-se também em contribuições financeiras dadas às tais associações recreativas. Como vimos de início, em 1902, a *Gazeta Operaria* noticiou a realização de um “imponente baile em seu salão”, em que a diretoria da Fábrica Carioca fez importantes e vultuosas doações em dinheiro ao C. M. R. Carioca.<sup>152</sup> O fato é que, contando com os investimentos financeiros de seus patrões, os operários associados ao clube, criado a partir da sua relação com a fábrica, conseguiam realizar suas atividades cotidianas – o que não os eximia de contribuir também com recursos próprios para a sobrevivência de cada associação do gênero.

Ao assegurarem a legalidade do clube e de suas práticas, assim como algumas condições financeiras necessárias a sua continuidade, os sócios operários tinham a possibilidade de conseguir contemplar seus próprios interesses, organizando diferentes eventos festivos cotidianos que não contavam com a presença de elementos externos de controle ou fiscalização patronais. O Clube Musical Recreativo Carioca, por exemplo, comemorou a passagem do ano de

---

<sup>151</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1- 6c- 480.

<sup>152</sup> *Gazeta Operária*, “Festas Operárias”, 28 de setembro de 1902.



1903 oferecendo “animadíssimo baile”. Os salões haviam sido enfeitados com serpentinas, folhagens pelas paredes e “profusa iluminação elétrica” para receber seus membros e representantes da imprensa. O baile que havia começado às 22 horas, interrompido apenas para tocar o hino nacional e oferecer o lanche, teve a sua última “contra-dança” as 5 horas da manhã.<sup>153</sup> Esse padrão festivo marcava a vigência de certa autonomia em tais espaços, transbordando as relações de controle impostas por seus patrões. Faziam assim daquele espaço uma forma de realizar atividades que lhes interessavam, como os próprios bailes, com suas músicas e danças. Convertia-se até mesmo num espaço em que algumas práticas condenadas pelos próprios patrões eram realizadas. Era o caso, por exemplo, do consumo dos tais “líquidos amarelinhos”, como referia-se o articulista de uma folha a cerveja. Assim, os operários ordeiros que supostamente eram moldados através da lógica paternalista dos diretores das industriais têxteis locais tornavam-se potenciais “elementos desordeiros” nessas situações.

Havia também a possibilidade de que os próprios músicos das bandas de tais associações tivessem uma formação musical que alimentava seus bailes. No estatuto de 1913 da Sociedade Pessoal da Fábrica Corcovado constava um artigo que especificava que a associação mantinha “aulas de música”.<sup>154</sup> Ao oferecer tais aulas, forjavam uma maneira de organizar a banda do clube, tentando refinar a sua qualidade musical através da própria preparação dos seus músicos. Esta formação musical proporcionada pelo apoio patronal poderia lhes render alguns benefícios. De fato, alguns operários tinham até mesmo a oportunidade de se destacar como respeitados músicos, não sendo porém uma especificidade daquela localidade.

Anacleto de Medeiros, que atuou em diversas bandas de música na capital federal no final do século XIX e início do século XX, era maestro, negro e pobre. Estudou na Escola de Aprendizes de Arsenal de Guerra, que visava preparar seus alunos para exercerem um ofício. Entretanto, ele começou a se interessar pelas aulas de música oferecidas na escola, passando a se dedicar à atividade. Exercendo a função de mestre, Anacleto conseguiu vender suas partituras num incipiente mercado fonográfico, comandar bandas em teatros, cinemas, festas populares, até mesmo as bandas das fábricas Confiança e Bangu e a celebrada

---

<sup>153</sup> “Palcos e salões”, *Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1903.

<sup>154</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 466.

banda dos Bombeiros. Fazendo desses espaços uma forma de formar-se como músico e divulgar o seu trabalho, Anacleto de Medeiros construía uma alternativa de melhorar sua condição social e até econômica, aproximando-se de diferentes tipos de pessoas com prestígio e condições financeiras favorecidas. Ganhando reconhecimento e visibilidade em toda a cidade, passava a mobilizar redes de relações, transformando-se num verdadeiro profissional da música.<sup>155</sup>

Apesar da trajetória vitoriosa de Anacleto não ser necessariamente vivenciada pelos tantos músicos que compunham bandas formadas por operários de uma determinada fábrica, a possibilidade de que essa prática representasse uma forma de ascender socialmente e economicamente tornavam esses espaços de lazer importantes meios de transformação dos seus supostos destinos.

Embora com um alcance muito restrito se comparado a Anacleto, o mestre da banda de música do próprio Clube M. R. Carioca, chamado Joviniano de Paula Bohemia, que atuou pelo menos desde 1902,<sup>156</sup> parece ter conseguido trilhar um caminho que lhe rendeu algumas benesses nas três primeiras décadas do século XX. O operário da fábrica Carioca era sergipano e naquele ano contava 28 anos<sup>157</sup>. Há também alguns indícios de que ele era mestiço ou negro. No dia 1 de julho de 1901, o *Jornal do Brasil* noticiou que o filho de Joviniano, chamado Antonio, de cor parda, havia falecido.<sup>158</sup> Algumas décadas depois, a filha do operário apareceria numa matéria sobre o Horto publicada pelo jornal *O Globo*.<sup>159</sup> Na foto é possível perceber que ela era mestiça. Embora não seja possível precisar, tais indícios podem ser uma pista para traçar o perfil de Joviniano.

Além de comandar a banda, Joviniano, mostrou-se atuante em questões políticas, como na ocasião da campanha em oposição a vacina obrigatória em 1904, subscrevendo a representação que seria enviada ao Congresso.<sup>160</sup> E ainda foi primeiro secretário do Carioca F. C. durante parte da década de 20 e 30, e chegou a ocupar o cargo de vice-presidente da mesma associação esportiva.<sup>161</sup>

<sup>155</sup> DINIZ, André. *O Rio Musical de Anacleto de Medeiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

<sup>156</sup> “Dia Social”, *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1902.

<sup>157</sup> *Arquivo Nacional*, registros civis. Habilitação de casamento, EQ 7º Pretoria ano 1903 n. 1902 caixa 362 Gal A (Joviniano de Paula Bohemia).

<sup>158</sup> “Obituário”, *Jornal do Brasil*, 1 de julho de 1901.

<sup>159</sup> Disponível em:

[http://www.museudohorto.org.br/Revista\\_de\\_Domingo\\_\(Jornal\\_o\\_Globo\)\\_sobre\\_a\\_Ch%C3%A1c\\_ara\\_do\\_Algod%C3%A3o?acervold=0](http://www.museudohorto.org.br/Revista_de_Domingo_(Jornal_o_Globo)_sobre_a_Ch%C3%A1c_ara_do_Algod%C3%A3o?acervold=0). Consultado no dia 7 de abril de 2014.

<sup>160</sup> “Vacinação Obrigatória”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1904.

<sup>161</sup> “Foot- ball”, *Jornal do Brasil*, 19 de junho de 1915 e “Foot- ball”, *Jornal do Brasil*, 17 de março de 1916.

Mas era como mestre de banda do Clube M. R. Carioca que ele se destacaria entre seus companheiros, obtendo certo reconhecimento e prestígio. Comandando a banda do clube, o operário tocou em festivais esportivos promovidos pelo Carioca F. C., festas religiosas do bairro e homenagens a autoridades políticas que visitaram o bairro, entre outros eventos – além, é claro, dos bailes periodicamente oferecidos pelo Clube M. R. Carioca. No sarau realizado no dia 13 de maio de 1902, o *Correio da Manhã* noticiava que dançavam em seus salões mais de 200 pares, e que o “baile correu animadíssimo até ao amanhecer”. Na ocasião, “além de agradecer a presença dos que compareceram, o sr. Luiz Barbosa fez em breves palavras a apologia ao mestre Juvenciano de Paula, a quem muito deve o Clube Carioca pela sua constante cooperação no ensino da música (...)”.<sup>162</sup> Era assim exercendo funções de reconhecida importância e prestígio no clube, fosse comandando a banda ou ensinando a prática aos músicos do clube, que o mestre se destacava entre seus companheiros de recreação, merecendo até mesmo que o orador oficial do clube, o sr. Luiz Barbosa, figura marcante nos eventos de lazer do bairro, prestasse a homenagem a ele.

Mas não era apenas exercendo funções importantes no clube que Jovenciano era prestigiado por seus companheiros. A estreita relação que o mestre mantinha com o Clube M. R. Carioca e com os seus sócios, expressava-se através de uma nota publicada no *Jornal do Brasil* em 1901, quando Jovenciano de Paula agradeceu aos seus companheiros e amigos por acompanharem o enterro da sua esposa Corina de Paula, e também ao Clube M. R. Carioca que esteve representado no evento.<sup>163</sup> Além de lhe render homenagens, o mestre de banda também recebia solidariedade de seus companheiros de trabalho e lazer num momento difícil de sua vida. E o fato de que o clube estivesse representado no enterro de sua esposa demonstra também que o mestre tinha reconhecimento e visibilidade na associação, merecendo que os seus sócios se mobilizassem para prestar sua solidariedade.

Além de homenagens, reconhecimento, visibilidade, demonstrações de solidariedade, fazer parte do Clube M. R. Carioca como mestre de banda, e desempenhar diversas funções junto aos seus companheiros, poderia contribuir

---

<sup>162</sup> “Dia Social”, *Correio da Manhã*, 13 de maio de 1902.

<sup>163</sup> “Corina de Paula”, *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1901.

para que o operário desfrutasse de condições materiais melhores que muitos dos operários da localidade. Na habilitação de casamento de Joviniano com Edwirges Gomes da Silva documentada em cartório no ano de 1903, encontrava-se a cópia do registro de óbito de sua primeira esposa, a própria Corina de Paula. A operária “parda” e carioca, de apenas 21 anos, havia falecido dois anos antes no dia 15 de outubro “ (...) na Rua da Floresta, número 24, casas dependentes da fábrica Carioca, Rua D. Castorina, onde residia (...)”.<sup>164</sup> Sendo assim, Jovianiano e Corina moravam numa casa cedida pela companhia que trabalhavam. Como vimos de início, tais construções eram mais higiênicas e tinham melhores condições de moradia que outras formas de habitação que trabalhadores de baixa renda podiam custear. Observei também que a escassez de habitações se constituía num problema prático na localidade, fazendo com que os diretores das fábricas tivessem que construir moradias para seus empregados e assim atrair mão de obra. Não é exagero então afirmar que residir em casas de propriedade da companhia poderia ser um privilégio, mesmo que seus moradores tivessem que pagar o aluguel exigido pela Companhia. Assim como outros músicos operários,<sup>165</sup> o fato de que Joviniano estivesse morando em uma casa como essa, poderia estar relacionado às funções que o operário desempenhava no próprio Clube M. R. Carioca, fazendo assim com que seus patrões tivessem que reconhecer a sua importância para além de gestos simbólicos.

Se Joviniano de Paula havia exercido diferentes tipos de funções de significativa relevância na localidade, era como mestre da banda do Clube M. R. Carioca que ficaria marcada a sua presença na memória do bairro - cristalizada no nome a uma das ruas no Horto, chamada rua Mestre Joviniano. Inclusive, era como mestre de banda que décadas depois os moradores e descendentes de operários que trabalharam em fábricas ali instaladas nesse período lembrariam de Joviniano em uma matéria sobre o bairro publicada no jornal *O Globo*. Na mesma matéria, a própria filha de Joviniano reforçou a imagem de mestre de banda ao

---

<sup>164</sup> *Arquivo Nacional*, registros civis. Habilitação de casamento, EQ 7º Pretoria ano 1903 n. 1902 caixa 362 Gal A (Joviniano de Paula Bohemia).

<sup>165</sup> DINIZ, André. *O Rio Musical de Anacleto de Medeiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

mostrar uma foto que parecia um evento dançante em que seu pai estava presente.<sup>166</sup>

Mas não eram apenas as atividades dançantes, no entanto, que despertavam o interesse do operariado local - como mostra a própria trajetória de Joviniano, que depois de se destacar como músico no Clube Recreativo Carioca exerceu cargos administrativos no clube esportivo criado por operários locais, recebendo apoio dos diretores da companhia têxtil.

No final do século XIX e início do século XX, a prática futebolística no país mostrava-se uma atividade restrita a jovens com condições financeiras e status social privilegiado. Estes começavam a formar seus clubes de futebol, surgindo no período muitas associações, enquanto outras começavam a praticar o esporte em suas sedes.<sup>167</sup> Esses sujeitos passavam a criar formas de exclusão do esporte, através da implementação de medidas que, claramente, buscavam afastar a população pobre e negra de tais associações. Era o caso da obrigatoriedade de mensalidades altas, a criação de ligas e campeonatos que proibiam “pessoas de cor” ou que realizassem atividades braçais. Tais medidas eram tomadas porque no início do século XX houve um processo de difusão do futebol entre trabalhadores da baixa renda da cidade. O seu marco aconteceu em 1904, quando foi criado o Bangu F. C. por alguns empregados especializados de origem inglesa da fábrica, e que logo admitiram operários mais humildes. Já surgia com o apoio dos diretores que cederam um espaço para o campo e sede do clube, além de panos para o uniforme. Através da criação de associações esportivas com o incentivo dos seus patrões que viam nos seus benefícios físicos e morais uma forma de prepará-los para a produção, faziam do apoio da companhia um meio de legitimar a prática de um esporte que os excluía em outros espaços. Os operários pobres e negros da fábrica conseguiam, desse modo, uma forma de praticar as atividades que passavam a lhes interessar.<sup>168</sup>

Era em meio a esse processo que surgia o Carioca F. C., formado por empregados da fábrica de tecidos Carioca. Apenas dois anos depois da criação do

<sup>166</sup>

Disponível

em:

[http://www.museudohorto.org.br/Revista\\_de\\_Domingo\\_\(Jornal\\_o\\_Globo\)\\_sobre\\_a\\_Ch%C3%A1c ara\\_do\\_Algod%C3%A3o?acervoId=0](http://www.museudohorto.org.br/Revista_de_Domingo_(Jornal_o_Globo)_sobre_a_Ch%C3%A1c ara_do_Algod%C3%A3o?acervoId=0). Consultado no dia 7 de abril de 2014.

<sup>167</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>168</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Bangu F. C., a associação esportiva era criada a partir de uma lógica de funcionamento e manutenção semelhante. Através dos investimentos patronais, os operários da companhia conquistavam assim um espaço para realizar um esporte que até então tinha um acesso restrito e caro. Era o que faziam os sócios do Carioca F. C. em 1907. Através dele, os operários da fábrica Carioca, fossem negros, mestiços ou imigrantes europeus, passavam assim a ter acesso a prática do esporte. Não era de se estranhar, desse modo, que o próprio Carioca F. C. tivesse jogadores de diferentes aspectos, como é possível notar na foto do time de 1917.



Imagem 4- (*Biblioteca Nacional*, Manuscritos. “Carioca F. C.”, 4 de novembro de 1917)

Embora o aspecto de alguns dos jogadores do time pudesse se assemelhar aquele dos jogadores dos principais clubes elegantes da cidade, a maior parte dos demais apresentava traços negros ou mestiços, que certamente bastariam para excluí-los de clubes elegantes como o Fluminense e o Botafogo. O apoio dos diretores da fábrica Carioca para seus empregados proporcionava assim a eles a abertura de espaços e prática esportiva para indivíduos que tinham sua entrada restringida em associações esportivas formadas por sujeitos abastados da cidade.

Ao conseguirem que seus patrões investissem em tais associações, não conquistavam somente a possibilidade de que operários de diferentes origens

étnicas pudessem praticar o esporte. Havia também a possibilidade de que conseguissem condições melhores de praticá-lo do que outros trabalhadores de baixa renda da cidade que não tinham suas atividades subsidiadas. De fato, o secretário do clube reconhecia que a própria diretoria da fábrica Carioca havia cedido o terreno para que fosse construído o campo e a sede do clube. A foto publicada pela Revista *Careta* mostrava a dimensão desse feito, retratando a grande arquibancada montada no campo:



*As archibancadas no Campo do Carioca*

Imagem 5- (Revista *Careta*, 24 de agosto de 1912)

Através do auxílio da companhia, o Carioca F. C. obtinha “uma praça de *sports* modesta, mas provida de todos os requisitos indispensáveis aos fins a que se destina”<sup>169</sup>, noticiava o jornal *O Paiz*. Se o apoio dos diretores da fábrica se ligava a crença de que o investimento beneficiaria a empresa, os sócios do clube conquistavam de seus patrões as condições necessárias a sua prática através da

<sup>169</sup> “O Carioca F. C. completa hoje 13 anos de existência”, *O Paiz*, 17 de março de 1920 e “Sport”, *Jornal do Brasil*, 6 de agosto de 1911.

doação da área em que estava fixado o campo, obtendo assim um importante auxílio.<sup>170</sup>

As relações entre patrões e operários proporcionavam ainda que os últimos se valessem da influência construída com os diretores fabris para garantir o funcionamento da associação. No mesmo ano em que o secretário reconhecia a doação do campo ao clube, o Carioca F. C. teve sua licença anual negada por ter, entre sua diretoria, um empregado do comércio acusado de vender o jogo do bicho. Para conseguir de volta a licença, o primeiro secretário do clube afirmou à polícia que assumiu “compromissos” com a diretoria da Fábrica Carioca que consistiam em limitar os cargos de diretoria aos sócios que fossem somente “operários ou empregados da fábrica de tecidos” - regra que passou então a valer nos seus estatutos.<sup>171</sup> Os trabalhadores que compunham o clube mostravam assim capacidade de mobilizar a influente e poderosa rede de proteção de seus patrões, com os quais negociavam as condições de funcionamento da associação para garantir seu funcionamento.

Mais do que congregar os sócios do próprio clube, a prática futebolística no Carioca F.C. aos poucos passou a despertar o interesse de outros operários locais, dando margem a interação entre diferentes companheiros de trabalho locais. No dia 5 de março de 1911, por exemplo, era realizado um “(...) valente team do Carioca Football Club, com o do Corcovado Foot-ball Club (...)”<sup>172</sup>.

Interessa destacar, assim, que os próprios operários que se submetiam aos projetos dos diretores industriais conseguiam se desvencilhar do seu rígido controle e se apropriavam dos espaços de lazer de forma diversa. Ao fazerem das associações recreativas campos de disputas de diferentes significados no seu dia-a-dia, ainda que a partir de relações de força desiguais, conseguiam conquistar benefícios para si mesmos de acordo com seus próprios objetivos e possibilidades que lhes pareciam mais viáveis. Dessa forma, as conquistas materiais como, por exemplo, a obtenção das sedes sociais ou assistência financeira de seus patrões eram tão importantes para esses operários quanto a oportunidade de realizar suas

<sup>170</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

<sup>171</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. P. 262.

<sup>172</sup> “Gazeta dos Sports”, *Gazeta de Notícias*, 5 de março de 1911.



atividades recreativas que tinham apenas um caráter lúdico, como suas danças e músicas ou a prática do futebol.

Revela-se assim a ambiguidade dessas relações e como esse diálogo se dava de forma bastante conflituosa, ainda que não necessariamente ocorresse através de um enfrentamento declarado. Acontece que aqueles sujeitos criavam mecanismos indiretos de embates sociais, ao atuarem por dentro da própria lógica de controle de seus patrões.<sup>173</sup> Tais clubes recreativos localizados no Jardim Botânico se valiam dessa lógica de enfrentamento social ao fazerem com que seus patrões investissem nas suas associações de lazer, através de um conflituoso diálogo com as suas visões de mundo e redes de significados.

Entretanto, não era em todas as circunstâncias que os trabalhadores locais buscavam atingir seus objetivos através do diálogo com as visões de mundo daqueles que buscavam submetê-los. Estes mesmos indivíduos, criticados por muitos contemporâneos que entendiam tais ações como expressão acabada de sujeição e controle, também se mobilizavam em paralisações grevistas como a que ocorreu na fábrica Carioca em março de 1901 - portanto, apenas alguns anos após a criação do Clube Musical Recreativo Carioca em 1895.

No dia 5 de março de 1901, o *Jornal do Brasil* noticiou que alguns operários da fábrica Carioca paralisaram os trabalhos protestando contra a diminuição de salários e os procedimentos de um mestre geral. Em represália, a diretoria despediu seis operários e ameaçou punir aqueles que faltassem ao trabalho. As medidas deixaram os operários ainda mais “exaltados”, fazendo com que “quase a totalidade” dos operários da fábrica aderissem à paralisação. Após uma tentativa de negociação de uma comissão de operários com a diretoria, que não quis recebê-los, houve uma cena de grande violência entre os grevistas e praças policiais que protegiam a fábrica. Os grevistas dominaram os policiais, e ainda apedrejaram e tentaram invadir a fábrica. Em contrapartida, os diretores mandaram estender a mangueira de água quente contra os seus empregados. Diante da gravidade da situação, os diretores mandaram fechar a fábrica, armazéns e depósitos. Embora não fosse o primeiro movimento grevista, aquele tinha sido o mais violento até aquele momento, fazendo com que os diretores da

---

<sup>173</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

companhia declarassem que iriam “lançar mão de medidas enérgicas para que fatos dessa natureza jamais se reproduzam.”<sup>174</sup>

Desse momento em diante os operários mantiveram-se em greve reivindicando, entre outras coisas, a readmissão de alguns companheiros. Após aproximadamente sete dias de paralisação, os diretores deliberaram a demissão do mestre geral e ainda decidiram readmitir os operários que foram acusados de iniciar a confusão – com exceção do operário Antonio José Duarte Junior, que também havia participado da comissão que tentou negociar com os diretores da fábrica.<sup>175</sup> Tratava-se justamente do primeiro Presidente do Clube M. R. Carioca fundado em 1895, que na ocasião da sua inauguração trocou amistosos brindes com os próprios diretores da companhia fabril.<sup>176</sup> Diferente do que imaginavam os diretores e até mesmo os militantes anarquistas, a experiência nos clubes recreativos não desmobilizava os operários no enfrentamento com seus patrões, inclusive dispendo-se a usar os métodos de luta que aqueles militantes defendiam quando avaliavam a sua necessidade. Se, como diretor da associação recreativa, Duarte Junior era tido como um operário ordeiro e passivo por seus patrões e alguns militantes do movimento operário, no contexto da greve a sua imagem era associada exatamente ao oposto disso, tido como um “elemento desordeiro” nas palavras dos próprios diretores da fábrica.<sup>177</sup> Embora Duarte Junior tivesse sido demitido, representando uma derrota pessoal e coletiva, já que umas das principais reivindicações dos grevistas era a readmissão de seus companheiros, o movimento capitaneado por ele renderia aos demais operários algumas conquistas. Ao fim da paralisação no dia 13 de março, segundo o *Jornal do Brasil*, a diretoria demitiu o mestre geral e aumentou o valor de pagamento de alguns panos, atendendo assim algumas das principais reivindicações dos operários, que acabaram obtendo importantes conquistas a partir de sua mobilização.<sup>178</sup>

A lógica de atuação política dos operários locais constituía-se, desse modo, a partir de referências próprias de organização e mobilização. Sem reproduzir a lógica de enfrentamento de classe própria a diferentes correntes de militância política, como o anarquismo e o socialismo, tratavam de se pautar por suas

<sup>174</sup> “Greve no Jardim Botânico”, *Jornal do Brasil*, 5 de março de 1901.

<sup>175</sup> “Greve no Jardim Botânico”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1901.

<sup>176</sup> “Palcos e Salões”, *Jornal do Brasil*, 19 de março de 1895.

<sup>177</sup> *Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal, 4 de dezembro de 1907. P.87

<sup>178</sup> “Greve no Jardim Botânico”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1901.

próprias tradições de luta, tecidas por dentro das redes paternalistas. Nem por isso, no entanto, deixava de ocorrer no bairro a possibilidade de enfrentamento direto com seus patrões. Mostravam, com isso, que as possibilidades de lazer propiciadas por essa lógica de proteção estava longe de se constituir na camisa de força alienante imaginada tanto por militantes anarquistas quanto por patrões.<sup>179</sup> Para além destas visões, o associativismo recreativo podia ser uma forma de conquistar direitos, abrir possibilidades melhores de vida e trabalho e articular identidades entre os trabalhadores. Como resultado, as diversas apropriações desses sujeitos nesses espaços de lazer viabilizavam a construção de códigos compartilhados que, no momento de evidente enfrentamento de classe, como a paralisação dos trabalhos em março de 1901 na fábrica Carioca, eram acionados em defesa de seus interesses e valores comuns. Embora tais associações se constituíssem num espaço de diálogo entre diferentes grupos sociais, era com seus companheiros de lazer que afirmavam cotidianamente seus laços identitários.

---

<sup>179</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Jogo dos sentidos” IN: *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

## Capítulo 2- Os salões da Gávea

No dia 14 de novembro de 1904, a *Gazeta de Notícias* publicou uma nota sobre um violento conflito entre o Clube Carnavalesco Chuveiro de Ouro e o Clube Carnavalesco Flor da Primavera. O primeiro, com sede à rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico (bairro da freguesia da Gávea), era composto, segundo o parecer do investigador de polícia encarregado de fornecer informações para conceder a licença do clube em 1914, por empregados em comércio e operários das fábricas de tecidos Carioca e Corcovado, instaladas na localidade.<sup>180</sup> Do mesmo modo, o segundo clube, localizado em Laranjeiras, bairro que abrigava também grande quantidade de tecelões, era composto por operários da fábrica de tecidos Aliança.<sup>181</sup> A nota sobre o conflito especificava que os sócios do Flor da Primavera teriam invadido a sede do Chuveiro de Ouro, dando início a um conflito no qual saiu ferido um operário da fábrica Carioca que integrava aquela associação. Sem motivo aparente, expressava-se assim de modo violento um forte embate entre os sócios de dois grêmios formados por trabalhadores têxteis.

Justamente por se tratarem de clubes formados por trabalhadores, o confronto parecia não constituir uma surpresa para o autor da notícia, que afirmava serem “notáveis as façanhas policiais em que se tem envolvido os recomendáveis membros dessas duas sociedades carnavalescas.”<sup>182</sup> Ao sugerir a recorrência desse tipo de acontecimento, o repórter policial da *Gazeta de Notícias* forjava uma imagem sobre o evento que fazia dos sócios de clubes como aqueles simples desordeiros. Não por acaso, dois anos após o ocorrido outra nota publicada no mesmo jornal sugeria uma explicação mais ampla para acontecimentos como aquele. O problema seria, segundo seu autor, a existência de “carnavalescos” cujo foco estaria não na diversão, mas “com outras predileções, a começar pelos violentos”. “Certamente, o carnaval representa um combate feroz à mágoa e às preocupações da vida e essa mágoa e essas preocupações são, às vezes, tão tenazes, tão difíceis de extirpar, que só mesmo à força se consegue bom êxito”, explicava o jornalista. O resultado, para ele, era que o “sentimento de rivalidade” seria “patente em muitos títulos de cordões”<sup>183</sup>. Formados por

<sup>180</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 480.

<sup>181</sup> “Desordem a bordo”, *Gazeta de Notícias*, 14 de fevereiro de 1902.

<sup>182</sup> “Ocorrências”, *Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904.

<sup>183</sup> “Os nossos grupos carnavalescos”, *Gazeta de Notícias*, 7 de fevereiro de 1906.

trabalhadores de baixa renda, essas sociedades carnavalescas eram assim associadas nessa leitura à violência e ao perigo, impedindo que seus membros conseguissem conviver entre si.

Àquela altura, já eram muitas as pequenas associações voltadas para o carnaval e a dança por toda a cidade. Não por acaso, em 1906 a *Gazeta de Notícias* publicou durante o carnaval uma série de matérias intituladas “A psicologia dos cordões”, que tinha justamente a finalidade de entender e caracterizar a força de tal fenômeno associativo entre a população pobre da capital federal – expresso de forma tão diversa das elegantes sociedades carnavalescas formadas por indivíduos abastados.<sup>184</sup> O próprio periódico inaugurou, no mesmo ano, uma coluna que tinha por objetivo visitar as sedes e eventos de tais clubes, atribuindo mais uma vez visibilidade e importância diferenciada a esses espaços de lazer. A abertura de espaço em sua folha a essa altura ampliava o empreendimento que a própria *Gazeta de Notícias* iniciou no final do século XIX, buscando incorporar assuntos que interessava diferentes grupos sociais para atrair potenciais leitores.<sup>185</sup> Desde então, a formação de grupos voltados para atividades de lazer haviam se multiplicado em grande velocidade na cidade, e o associativismo dançante teria se transformado em uma verdadeira “febre”<sup>186</sup>. Era como uma tentativa de compreender o fenômeno e tentar dele se aproveitar que a *Gazeta de Notícias* passou assim a dar mais atenção a esses grupos.

Um articulista da *Gazeta de Notícias* chegou a intitular a folha como defensora dos grupos carnavalescos na coluna intitulada “A festa dos Cordões”, em 1907, ultrapassando muito a simples função de noticiar o carnaval. Afirmava que era a “(...) *Gazeta de Notícias*, o único jornal que, o primeiro entre todos, se lembrou de acolher, de incitar e de aplaudir a passeata curiosa e verdadeiramente nacional dos cordões e dos grupos.”<sup>187</sup> Desse modo, os clubes dançantes passaram a aparecer nas grandes folhas sob diferentes formas e espaços, que iam das colunas carnavalescas às policiais. Os jornais se constituíam assim em testemunhos polifônicos, que oscilavam entre incentivar e condenar certas práticas

<sup>184</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>185</sup> BARBOSA, Marialva. “A imprensa na Belle Epoque tropical” In: *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

<sup>186</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas(1912-1922)”. In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

dos foliões. Por um lado, podiam fazer do espaço que davam a esses clubes meio de atrair o interesse de parte do público, como os próprios trabalhadores cariocas. Por outro lado, condenavam seu suposto barbarismo, se aproximando de parcelas do público leitor distantes do fenômeno dançante vivenciado por trabalhadores de baixa renda da cidade.

Quando o tema eram as recorrentes confusões entre diversas associações, sem compreender a experiência e as motivações particulares daqueles sujeitos, alguns articulistas e cronistas lançavam seus discursos discriminatórios, criando imagens estigmatizadas e generalizadas sobre os foliões, e alimentando o controle policial sobre elas. Nos próprios jornais que divulgavam as atividades desses clubes forjava-se, assim, uma imagem violenta e irracional de seus praticantes, cujos instintos agressivos e falta de civilidade resultariam em violentos conflitos no decorrer das atividades dessas associações.

O olhar distante e preconceituoso das colunas policiais não ajudam, no entanto, a explicar conflitos como aquele ocorrido em 1904 no Jardim Botânico, opondo o Chuveiro de Ouro e o Flor da Primavera. Ao analisar a experiência dos trabalhadores de Bangu associados em clubes dançantes nas duas primeiras décadas do século XX, Leonardo Pereira demonstrou como as representações letradas sobre o fenômeno associativo eram distantes do modo pelo qual os trabalhadores vivenciavam e atribuíam significados diversos ao seu associativismo. Desse modo, Pereira buscou entender como esses sujeitos forjavam sentidos próprios àquela experiência, tornando-se uma forma privilegiada de construção de seus laços de identidade. Entendendo tais associações como um espaço que reunia operários locais em torno de suas atividades de lazer que articulava suas redes de sociabilidade, Pereira identifica, nesse sentido, práticas simbólicas realizadas nesses espaços, como, por exemplo, as homenagens carnavalescas destinadas aos seus sócios. O autor demonstra assim como aquele espaço e as atividades realizadas por seus componentes constituíam-se num meio de articulação de solidariedades mais amplas entre os trabalhadores locais, baseadas em visões de mundo e costumes compartilhados. Por mais que atente para o fato de que isso não significava a anulação de conflitos internos entre os próprios sócios ou com outras co-irmãs, reforça assim o papel aglutinador

desempenhado pelo associativismo dançante em Bangu nos primeiros anos do século XX.<sup>188</sup>

Em sentido semelhante, Uassyr Siqueira parte das perspectivas abertas por Pereira para analisar os clubes recreativos formados por trabalhadores dos bairros do Brás, Bexiga e Bom Retiro, localizados em São Paulo, no início do século XX. O autor marca a importância desses espaços ao proporcionar o convívio social entre os trabalhadores locais, que acabava possibilitando a construção de conflitos e identidades entre os mesmos. Siqueira identifica, nesse sentido, diferentes práticas realizadas em tais associações, como de lazer, instrução e beneficência, que poderiam expressar solidariedade e identidade de classe entre os mesmos em certos contextos.

Pereira e Siqueira demonstraram assim como tais espaços de sociabilidade recreativa ajudavam a articular as diferenças e proximidades desses sujeitos no processo de construção de sua identidade de classe. Ao investirem na análise desses objetos buscando mostrar como as associações recreativas foram capazes de forjar uma forma de identificação mais ampla entre os trabalhadores, os autores enfatizaram as experiências desses sujeitos que construía a lógica de sua solidariedade de classe – apontando com isso para o caráter parcial das imagens para eles construídas pela imprensa do período, que não chegava a entender sua lógica.

A briga entre os componentes do Chuveiro de Ouro e do Flor da Primavera em 1904 demonstrava, porém, que nem só de solidariedade era feita a relação entre esses clubes. O próprio Siqueira observa, através de certos critérios de admissão de sócios nos estatutos (como a proibição de pessoas de cor), que aquele era um espaço em que se articulavam também conflitos étnicos, caracterizando um processo de formação de diferentes identidades em diálogo. Do mesmo modo, Pereira defende a existência de marcantes distinções no universo dos próprios clubes dançantes de Bangu, capazes de separar os trabalhadores locais em diferentes associações. Se o foco dos dois autores estava no processo de articulação de identidades, estes sugerem assim como ele se dá a partir de uma explicitação de diferenças localmente constituídas.

---

<sup>188</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in “Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933)”, *Journal of Social History* (Fall 2012) 46 (1): 154-169.

A partir de conflitos como aquele gerado em 1904 pelo enfrentamento entre os sócios do Chuveiro de Ouro e do Flor da Primavera, é preciso assim atentar, com mais cuidado, para outra dimensão do processo de fortalecimento dos laços associativos nos entornos das fábricas do Jardim Botânico: a construção dos antagonismos e rivalidades entre os trabalhadores locais. A partir da tentativa de compreensão do ponto de vista dos seus próprios protagonistas, os membros das associações localizadas no Jardim Botânico, cabe tentar explicar como se constituiu este processo de construção de diferenças através do associativismo recreativo na região durante os primeiros anos do século XX. Para isso, esse capítulo tem por objetivo analisar as formas diversas pelas quais expressaram essas diferenças em clubes destinados a dança, maior febre entre os trabalhadores cariocas no período. Para entender a força então assumida pelo associativismo dançante entre os moradores do Jardim Botânico, capaz de explicar embates como aquele noticiado pela *Gazeta de Notícias* em 1904, cabe assim entender alguns critérios que explicavam a formação das diversas sociedades dedicadas a dança no bairro, assim como a lógica que organizava suas diferenças e rivalidades.

## 2.1 A geografia da festa

A formação de clubes recreativos no Jardim Botânico entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX estava relacionada com as transformações que ocorriam no local durante o período. Em um bairro de formação recente, trabalhadores de diferentes procedências que passavam a se estabelecer ali buscavam tecer novas redes de relações. Era o caso de um certo Deenoholu, trabalhador de origem alemã, acusado em 1901 pela polícia de realizar reuniões com alguns companheiros para fazer propaganda do anarquismo. Segundo o *Jornal do Brasil*, ele teria declarado, em sua defesa, que quando foi admitido na fábrica Carioca “conseguiu captar amizades, de modo que, gozando de grandes simpatias, combinou com seus companheiros a organização de um clube recreativo”.<sup>189</sup> Do ponto de vista da polícia e de parte da imprensa, no entanto, tratava-se de simples desculpa do trabalhador alemão.

A *Gazeta da Tarde* que, em setembro de 1901, foi o primeiro jornal a denunciar a presença dos libertários na cidade sob matérias que tinham o título de

---

<sup>189</sup> “Anarquistas no Brasil?”, *Jornal do Brasil*, 20 de setembro de 1901.



“Anarquistas entre nos”. O periódico associava a suposta presença de anarquistas às próprias paralisações nas fábricas existentes na localidade naquele momento:

“A polícia já lhes está no encaço e vigia todos os seus atos. A eles já são atribuídos uns começos de greve que por ai tem aparecido, já entre operários de algumas pedreiras nossas, já entre operários de algumas das nossas mais importantes fábricas.”<sup>190</sup>

De fato, alguns meses antes do imigrante alemão e outros operários do bairro serem acusados de anarquistas, houve um violento conflito na fábrica Carioca entre operários em greve e alguns mestres de sessões.<sup>191</sup> Tal acontecimento gerou a reação da Companhia, demitindo cinco operários que passaram a responder a um inquérito policial, dentre eles o próprio Deenoholu. Para as autoridades policiais os desdobramentos da greve ocorrida em março de 1901 eram fruto das supostas reuniões de operários locais que estariam propagandeando as ideias anarquistas, enquanto as formas próprias pelas quais eles organizavam sua sociabilidade através do lazer se constituíam numa forma menos perigosa de construção de solidariedade e mobilização.

Independente da explicação do alemão ser apenas uma forma de se desvencilhar das perseguições policiais, o fato é que ao apontar o associativismo recreativo em seu depoimento ele se amparava em uma experiência ampla compartilhada pelos trabalhadores da localidade, cuja sua força e importância poderia ser reconhecida pelos contemporâneos. Tentando formar ali novos laços de sociabilidade que proporcionava a interação entre trabalhadores locais de origens diversas, estes sujeitos faziam do associativismo recreativo um meio de criar espaços comuns de convivência entre eles, transformando suas atividades cotidianos em um elemento de sociabilidade entre os mesmos.

O fenômeno dançante não era, evidentemente, restrito ao bairro. Por toda a cidade formavam-se, naqueles anos, clubes, sociedades e grupos com finalidade semelhante – constituindo um movimento mais amplo e se tornando um dos principais espaços de lazer da população no Rio de Janeiro.<sup>192</sup> A expressiva

<sup>190</sup> “Anarquistas entre nos”, *Gazeta da Tarde*, 16 de setembro de 1901.

<sup>191</sup> “Greve no Jardim Botânico”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1901.

<sup>192</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas(1912-1922)”. In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

quantidade de notas publicadas na imprensa e pedidos de licenças apresentados à Repartição Central de Polícia anualmente por associações que tinham sua sede em diferentes regiões, sugere a amplitude e força desse associativismo, que fazia desses grêmios uma das opções preferenciais de lazer dos cariocas.<sup>193</sup> A proliferação dos clubes no Jardim Botânico se insere assim num processo mais amplo, que ganhava força durante as primeiras décadas do século XX, cuja intensidade entre os trabalhadores de baixa renda mostrava-se marcante. Desse modo, durante as duas primeiras décadas do século XX esse modelo de sociedade já se encontrava generalizado no bairro com o surgimento de diversas associações do mesmo tipo, atestando a centralidade que suas atividades passavam a assumir na experiência dos trabalhadores da localidade.

É possível então identificar um número significativo de associações voltadas para o lazer dançante e carnavalesco nesse período através das próprias notas na imprensa e pedidos de licença à Repartição Central de Polícia. Durante toda a primeira década do século XX, houve a criação de diversas associações desse tipo. No período anterior ao conflito protagonizado pelo Chuveiro de Ouro surgiram os seguintes clubes no Jardim Botânico: em 1896, era fundado o próprio Clube Carnavalesco Chuveiro de Ouro, primeira associação carnavalesca do bairro, com sede à rua Lopes Quintas.<sup>194</sup> Dois anos depois surgia a Sociedade Carnavalesca Flor da Gávea, com sede na rua Marquês de S. Vicente.<sup>195</sup> Embora não tenha sido possível identificar com exatidão o ano de criação da Sociedade Dançante Familiar Flor da Mocidade e do Clube Dançante Carnavalesco Diamantinos da Gávea, estes já se encontravam em atividade no ano de 1901 – com a sede localizada, respectivamente, à rua D. Castorina e Marquês de S. Vicente.<sup>196</sup> Em 1903 eram ainda fundadas a Sociedade Carnavalesca Flor da Carioca, com sede na rua Jardim Botânico; a Sociedade Carnavalesca Canoinha de Ouro, localizada na rua da Escola; a Sociedade Carnavalesca Estrela da Gávea,

---

<sup>193</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas(1912-1922)”. In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

<sup>194</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 250.

<sup>195</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 213.

<sup>196</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 63 e “C. D. G. Club Diamantino da Gávea”, *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1901, respectivamente.

na rua D. Laura; Sociedade Carnavalesca Flor das Morenas, na rua Emma; Grêmio das Violetas filiado ao Flor das Morenas.<sup>197</sup>

A partir do ano em que ocorreu a briga na sede do Chuveiro de Ouro, houve uma profusão ainda maior de associações dançantes e carnavalescas no bairro. Era o caso do grupo Flor da Café que festejava o carnaval em 1904.<sup>198</sup> Em 1906 surgia ainda a Sociedade Carnavalesca Vulcanos da Gávea, com sede à rua Dias Ferreira; Sociedade Carnavalesca Lira Brasiliense, à rua D. Laura; Sociedade Carnavalesca Flor dos Amantes da Gávea, com sede à Praia do Pinto; Sociedade Carnavalesca Carrocinha de Ouro, com sede à rua Jardim Botânico.<sup>199</sup> Em 1907, a Sociedade Carnavalesca Filhos da Chuveiro de Ouro era criada, mantendo sua sede à rua Lopes Quintas.<sup>200</sup> Em 1908, estava em atividade o Grêmio das Benfeitoras, filiado ao Flor da Gávea, com sede à rua Marquês de S. Vicente.<sup>201</sup> Alguns anos depois, precisamente em 1916, eram criados os grupos Bloco Rumo ao Mar, cuja a sede não foi identificada; Boêmios da Gávea com sede à rua Jardim Botânico; Grupo dos Pavorosos com sede à rua Jardim Botânico; Bloco dos Gravatas com sede à rua da Escola.<sup>202</sup> E ainda surgia em 1917 o Bloco dos Esponjas, com sede ignorada.<sup>203</sup>

A partir de um amplo panorama das associações locais nota-se que dos 28 espaços recreativos identificados no bairro durante o período compreendido entre 1895 e 1920, 21 eram voltadas para atividades dançantes e carnavalescas. Devido a quantidade expressiva de sociedades dançantes e carnavalescas e, conseqüentemente, a importância que estas tinham para parte significativa dos trabalhadores locais, torna-se relevante centrar a atenção da análise nesse objeto.

É possível observar que os clubes dançantes da região surgiram, em sua maioria, em torno das fábricas de tecidos ali instaladas, na rua D. Castorina (Carioca), rua Jardim Botânico (Corcovado), rua Marquês de S. Vicente (S. Felix), e das habitações operárias construídas pelas companhias para seus

<sup>197</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 68; *Arquivo Nacional*, GIF 6c 68; *Arquivo Nacional*, GIF 6c 102; “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 18 de fevereiro de 1903; “Grêmio das Violetas”, *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1903.

<sup>198</sup> “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 3 de fevereiro de 1904.

<sup>199</sup> Respectivamente: *Arquivo Nacional*, GIF 6c 170; GIF 6c 171; idem; GIF 6c 170.

<sup>200</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>201</sup> “Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1908.

<sup>202</sup> Respectivamente: “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 10 de março de 1916; “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 17 de janeiro de 1916; “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro de 1916.

<sup>203</sup> “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 4 de fevereiro de 1917.

empregados – como mostra a própria disposição e distribuição das sedes dos clubes recreativos na localidade. Não era nenhum acaso o fato de que grande parte das sedes de tais associações de lazer localizadas no bairro estivessem especialmente concentradas num perímetro específico da região. Das 21 associações carnavalescas e dançantes foi possível identificar a sede de 18 delas. Se considerarmos o fato de que alguns clubes apresentavam mais de um endereço no período, vemos que 3 estavam à rua Lopes Quintas, 1 à rua D. Castorina, 4 à rua Jardim Botânico, 3 à rua Marquês de S. Vicente, 3 à rua Dias Ferreira, 1 à Praia do Pinto e 3 à rua D. Laura.

Embora a freguesia dispusesse de um extenso território, era em torno das fábricas e habitações operárias que os trabalhadores locais buscavam fixar suas sedes sociais, demonstrando que as condições em que se deu o movimento associativo se ligavam ao recente crescimento da região a partir das transformações ocorridas no final do século XIX. A localização dessas sedes indica assim que as diferentes configurações desse espaço de convivência influenciava a construção das redes de relações em tais espaços de lazer. E as diferenças entre os mesmos construíam-se na própria tensão de um espaço comum de convivência, cuja multiplicidade de experiências dos territórios que o compõe expressavam-se na formação dos próprios clubes dançantes e carnavalescos.

## **2.2 Diferenças e conflitos**

Ao constatar a força do associativismo dançante e carnavalesco no Jardim Botânico durante a última década do século XIX e duas primeiras décadas do século XX, é preciso então entender qual o sentido da multiplicidade desse fenômeno. Para tanto, optei por analisar três associações: Chuveiro de Ouro (1896); Flor da Gávea (1898); Flor das Morenas (1903). Esse procedimento viabiliza uma investigação mais densa sobre a experiência vivenciada pelos trabalhadores locais em tais associações. Além disso, o fato de que esses espaços de lazer fossem os pioneiros na localidade possibilita acompanhar o processo histórico dessa dinâmica.

O impulso associativo no Jardim Botânico se deu de modo particular ainda em 1896 com a formação do Clube Carnavalesco Chuveiro de Ouro, cuja sede ficava na rua Lopes Quintas. Tratava-se da primeira associação voltada para atividades propriamente carnavalescas do Jardim Botânico. Segundo um cronista

da *Gazeta de Notícias*, “entre os muitos grupos carnavalescos existentes no Rio de Janeiro, é talvez o Chuveiro de Ouro o mais antigo.” Embora um tanto exageradas, as palavras do articulista mostravam que não era apenas no Jardim Botânico que o Chuveiro de Ouro destacava-se pela longevidade de sua existência. Além de apontar o clube da localidade como um dos “mais antigos” da cidade, afirmava que não havia “nenhum carnavalesco que desconheça os turunas” entre os bairros da Zona Sul e, até mesmo, no “centro da cidade” e “subúrbios”.<sup>204</sup>

Mas quem eram os veteranos do Chuveiro de Ouro? Um bom meio de identificarmos a composição do clube é analisar o seu estatuto, reformado no dia 30 de janeiro de 1906 em assembleia geral extraordinária e posteriormente apresentados à polícia para conseguir a licença anual, conseguindo a sua aprovação no ano seguinte.<sup>205</sup>

O motivo de reformarem o seu estatuto era que junto às atividades voltadas para o carnaval o clube passaria a realizar “diversões familiares e recreativas”, adotando então o nome de Clube Carnavalesco Recreativo Chuveiro de Ouro. Sendo assim, especificava que realizariam as seguintes “diversões sociais”:

“§1º Mensalmente um Ensaio com Damas, e aos domingos, Ensaio de passos.  
 §2º Bailes, passeatas e outras diversões, no caso que a caixa permita.  
 §3º Leilões de prendas, em favor da caixa do clube.  
 §4º Saídas durante o carnaval, sendo possível com carros alegóricos. Bailes a Fantasia de caráter familiar.”<sup>206</sup>

Ao transformarem o grupo carnavalesco numa associação recreativa, passavam a oferecer uma variedade maior de atividades aos seus sócios, proporcionando uma interação dançante e recreativa mais regular entre os mesmos, que era, no entanto, limitada pelas dificuldades de caixa da associação.

Segundo o mesmo documento, seria “condição imprescindível” para desfrutar de tais atividades ser maior de 15 anos. Definiam ainda que os menores deveriam ingressar sob a responsabilidade de um maior. Em uma formulação bastante inclusiva, que dizia aceitar “qualquer indivíduo” sob aquelas condições, o

<sup>204</sup> “Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 6 de janeiro de 1909.

<sup>205</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>206</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

artigo registrado no estatuto tratava de marcar a ampla aceitação de diferentes sócios em seus quadros sociais.

Para além dessas disposições formais, no entanto, a análise de aspectos específicos da vida social do clube dava a ver a rede de relações e experiências específicas a partir da qual ele se constituía – o que resultava em uma composição de menor amplitude que a anunciada em seus estatutos.

No mesmo ano em que reformava o estatuto, a diretoria da associação solicitou ao Chefe de Polícia do Distrito Federal a licença para sair no carnaval, especificando os nomes e residências de alguns sócios. Fornecia assim uma pista uma das lógicas de formação dos seus quadros sociais. Entre os dez integrantes do clube que constavam no documento, nove moravam à rua Jardim Botânico, em numerações próximas, e um à rua Lopes Quintas, que era perpendicular à rua anterior.<sup>207</sup> É possível notar a predominância dos integrantes do clube que residiam num espaço bastante circunscrito e próximo. Ainda que no estatuto reformado em 1906 pelo Chuveiro de Ouro não constasse nenhum tipo de especificação geográfica para seus sócios, na prática, todos os diretores do clube concentravam seus locais de moradia em apenas duas ruas bastante próximas - indicando que o critério de vizinhança mostrava-se fundamental na articulação de sua rede de relações. Talvez por esse motivo a sede social do clube tenha sido fixada à rua Lopes Quintas, durante o tempo em que funcionou o clube, ainda que o seu número tenha variado. Além disso, a sede do clube estava bastante próxima à fábrica Carioca localizada na rua D. Castorina e à fábrica Corcovado instalada na rua Jardim Botânico. O que apontava para a possibilidade de seus membros morarem próximos de seus locais de trabalho, podendo dispor assim de condições melhores do que outros operários que residiam em áreas distantes.

De fato, segundo o comissário encarregado de investigar a procedência dos sócios do Chuveiro de Ouro em 1912, este era composto por empregados no comércio e operários da Fábrica Corcovado – esta situada na rua Jardim Botânico.<sup>208</sup> Ficava claro assim que a composição social do clube estava relacionada às condições de desenvolvimento do bairro, que resultou do seu processo de ocupação e crescimento urbano viabilizado pela força de trabalho fabril e empreendimentos comerciais que surgiam nesse momento, aglomerando

---

<sup>207</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 171.

<sup>208</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 365.

assim trabalhadores de baixa renda no clube. Dois anos depois, o parecer do investigador de polícia especificava melhor quem seriam os membros do clube. Segundo o comissário de polícia encarregado da investigação, em 1914 havia entre os sócios “(...) negociantes, empregados no comércio e operários das fábricas Carioca e Corcovado por consequência pessoas de responsabilidades (...)”.<sup>209</sup> Entre os operários das fábricas locais e empregados no comércio, a associação incorporava alguns negociantes nos seus quadros, aglomerando diferentes grupos sociais. Muitos desses negociantes poderiam ser pequenos proprietários de armazéns, açougues, padarias e outros estabelecimentos comerciais da localidade. Os membros do clube buscavam, desse modo, construir suas redes de proteção e apoio através da concessão desses sujeitos na associação. A lógica paternalista que estava presente nas primeiras associações, como o Clube M. R. Carioca, ainda se fazia notar nesses outros espaços de lazer, embora fizessem a partir de um critério que não se baseava nas relações patronais.<sup>210</sup> Sendo assim, não era somente a atuação dos diretores das fábricas que foram importantes na proliferação dessas associações. Valendo-se da mesma lógica, ao captarem apoio e construírem suas redes de proteção, os operários da localidade buscavam em outros benfeitores importantes aliados na manutenção de seus espaços de lazer.

Claro que não era apenas nos temas recreativos que se estabeleciam relações de caráter paternalista entre os operários e os negociantes locais. Durante a primeira Guerra Mundial em 1915, quando a crise econômica que se abateu sobre o Brasil, a fábrica Carioca acabou reduzindo os dias de trabalho de seus funcionários durante quase dois meses. A situação gerou dificuldades para os cerca de 2.000 empregados, como testemunha um redator do jornal *A Rua*:

“O estado de penúria dessa gente laboriosa e honesta era tal que os comerciantes do lugar reuniram-se e, sob a iniciativa dos Srs. Canalini & Irmão, deliberaram distribuir gêneros de primeira necessidade para livrar esses pobres homens de fome. Estão, pois, à mercê da esmola de muitas famílias e comerciantes, que fazem a distribuição de gêneros no Chuveiro de Ouro, uma sociedade do referido lugar.”<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 480.

<sup>210</sup> Ver Capítulo 1.

<sup>211</sup> “Fábrica de Tecidos Carioca”, *A Rua*, 8 de fevereiro de 1915.

A proteção oferecida pelos negociantes locais aos operários se estabelecia dentro de uma lógica mais ampla de relações paternalistas. Embora a notícia deixasse claro que o clube carnavalesco e recreativo estava sendo utilizado como uma sede para distribuição dos tais gêneros alimentícios, o fato de que estes fossem fornecidos por conhecidos negociantes locais<sup>212</sup>, que inclusive poderiam ser sócios do clube, mostra a importância de que estes mantivessem estreitas relações com tais sujeitos, até mesmo aceitando eles em seus quadros sociais, e até elegê-los para suas diretorias. Dessa forma, os operários que compunham o Chuveiro de Ouro passavam a ter mais chances de acionar as suas redes de proteção - fazendo com que, em tempos de crise como a vivenciada em 1915, os pequenos proprietários locais se mobilizassem para a distribuição de produtos indispensáveis para os mesmos. O caso sugere assim que tais relações poderiam extrapolar os limites da sede social do clube, beneficiando seus sócios em outros momentos do seu cotidiano.

Ainda sim, tal composição variada do quadro social se refletia na forma como o Chuveiro de Ouro organizava e classificava os seus membros, segundo o estatuto reformado em 1906:

“Art.5º - O clube compõe-se de sócios, assim classificados: Fundadores, Instaladores, Incorporadores, Beneméritos e Benfeitores.  
 §único - Já poderão ser concedidos títulos de Beneméritos e Benfeitores, aos associados que tenham dispensado o Máximo concurso com valores, donativos, e relevantes serviços ao clube, e julgados pela assembleia geral.”<sup>213</sup>

O Chuveiro de Ouro concedia o título de benemérito e benfeitor aos sócios que realizassem ações em favor do clube, sendo até mesmo “valores e donativos”, que convertiam-se numa forma de financiamento. Entretanto, diferente de algumas associações formadas na região, alguns anos após a criação do Chuveiro de Ouro<sup>214</sup>, estes eram reconhecidos como sócios.

<sup>212</sup> Ao registrar as memórias de sua família a partir da trajetória do seu avô, que foi operário da fábrica Carioca, Cléia Schiavo observou que um tal Canalili era proprietário de um bar no Jardim Botânico. WEYRAUCH, Cléia Schiavo. Notas para a construção de uma crônica familiar na cidade do Rio de Janeiro. Revista Logos. Ano7, n. 13. 2 de setembro de 2000. Além disso, outro indivíduo com o mesmo sobrenome faleceu em 1902, merecendo a visita de Luiz Barbosa e uma nota publicada na Gazeta Operária. (“Notas fúnebres”, *Gazeta Operária*, 30 de novembro de 1902).

<sup>213</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 250.

<sup>214</sup> No estatuto aprovado em 1903 pela Repartição de Polícia, a Sociedade Carnavalesca Estrela da Gávea, afirmava que “São sócios honorários aqueles que não pertencendo à sociedade prestam lhe no entanto serviços dignos dessa distinção.” Mesmo recompensando o sujeito que oferecesse



Mas não era apenas a possibilidade de apoio e proteção que construía a lógica de incorporação de diferentes sujeitos no clube. Em 1913, a revista *O Malho* publicava a foto dos seus sócios, que na ocasião festejavam o Sábado de Aleluia.



Imagem 6- (*O Malho*, 5 de abril de 1913. Ano XII. n.551)

No Sábado de Aleluia de 1913, dia da semana santa que celebra o primeiro dia depois da crucificação e morte de Jesus, realizou-se diversos eventos na cidade. Na freguesia da Gávea houve uma “(...) procissão do Enterro, seguida de sermão de Lágrimas (...)” na igreja matriz local.<sup>215</sup> Junto às comemorações religiosas, um repórter do *Correio da Manhã* afirmou em 1913 que o Sábado de Aleluia, “(...) sempre foi no Rio uma ‘suite’ do carnaval. Abrem-se os clubes, os teatros e muitos salões familiares(...)”.<sup>216</sup> Não seria estranho assim que o Chuveiro de Ouro tivesse aberto seu salão para a festa durante as comemorações do dia santo.

É possível perceber na foto que a sede social do clube era arrumada, simples e apertada. Além disso, chama a atenção o fato de que alguns sócios usavam uma máscara negra junto as fantasias carnavalescas. Poderiam se aproveitar, durante a comemoração religiosa, do clima galhofeiro do carnaval

---

algum tipo de serviço relevante para a associação através de um título de reconhecimento e prestígio, o clube não aceitava os tais benfeitores como sócios. (*Arquivo Nacional*, GIF1 6c 102).

<sup>215</sup> “Semana Santa”, *Correio da Manhã*, 11 de abril de 1914.

<sup>216</sup> “Aleluia e Páscoa”, *Correio da Manhã*, 22 de março de 1913 .

como uma forma de tentar ironizar outros trabalhadores locais. Representando através de suas fantasias aquilo que julgavam não ser, construíam sentidos específicos do perfil social de seus próprios membros, afirmando-se assim em oposição ao que representavam. Empenhavam-se, dessa forma, em construir uma pretensa imagem que valorizasse o clube e seus componentes a partir de elementos que os distinguiam de seus congêneres, combatendo possíveis preconceitos que poderiam sofrer das autoridades policiais e até de certos articulistas da imprensa. Tal característica parecia ser uma preocupação central para os seus sócios, que buscaram de diferentes formas construir uma imagem refinada para si, e distinta de tantas outras associações da localidade.

Na crônica “Elogio do Cordão”, João do Rio afirmava que alguns grupos, entre eles o próprio Chuveiro de Ouro, tinham “a preocupação de maravilhar, com ouro, com prata, com diamantes, que infundem respeito e riqueza”. Sustentado em seu próprio nome a preocupação em demonstrar “respeito e riqueza”, o clube conseguia assim que um dos mais conhecidos cronistas contemporâneos apontasse o grupo como parte do “(...) núcleo irredutível da folia carioca(...)”,<sup>217</sup> ganhando reconhecimento e visibilidade na própria imprensa e também entre seus pares.

De fato, alguns indivíduos letrados reconheciam o esforço de distinção do clube, ainda que marcando sua posição social inferior em relação às sociedades que eram formadas por grades negociantes e capitalistas. Em uma festa realizada no dia 8 de outubro de 1900 em homenagem ao presidente de honra e inauguração do salão do Chuveiro de Ouro, um articulista do *Jornal do Brasil* não deixava de destacar o empenho dos membros do clube em arrumar o espaço para a festa com certa dose de ironia afirmando que “os suntuosos salões do grupo- *primando na ornamentação irrepreensível o mais fino gosto artístico*”(grifo meu).<sup>218</sup> Para o articulista o esforço do clube era louvável, reconhecendo o seu empenho em ornamentar o salão, ainda que para ele não chegasse ao nível de grupos carnavalescos formados pela gente elegante da cidade. Já para os sócios do Chuveiro de Ouro, a tentativa de engrandecerem o evento com tais ornamentações, lhes rendia uma nota bastante elogiosa, diferente de muitas outras associações que, por vezes, nem tinham a oportunidade de ter os seus eventos divulgados.

---

<sup>217</sup> “Elogio do Cordão”, *Revista Kosmos*, 7 de fevereiro de 1906.

<sup>218</sup> “Grupo Carnavalesco Chuveiro de Ouro”, *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1900.

Não era, porém, nenhum acaso o fato de que intensificassem a tentativa de forjar uma imagem refinada e autêntica para si quando reformavam seu estatuto em 1906, momento em que surgiam associações com modelo semelhante em profusão na capital federal. Como já foi dito, atestando a grande quantidade de associações que surgiam no mesmo ano, um cronista da *Gazeta de Notícias* publicou durante o carnaval uma série de matérias intituladas “A psicologia dos cordões”, que tinha justamente a finalidade de entender e caracterizar a força de tal fenômeno associativo entre a população pobre da capital federal – expresso de forma tão diversa daquela das elegantes sociedades carnavalescas formadas por indivíduos abastados.<sup>219</sup> Em meio a tantas associações, cuja as diferenças os cronistas carnavalescos se esforçavam em identificar e até mesmo atribuir significados e valores hierarquizados, os próprios sócios do Chuveiro de Ouro passavam a disputar esses significados ao se empenharem em construir para si uma imagem que valorizava sua associação e os distinguisse de tantas outras. Mostravam assim que umas das lógicas de associação de seus membros baseava-se na tentativa de estabelecer sua diferença em relação à outros espaços de lazer, e forjar códigos que identificasse a eles próprios, construindo laços identitários entre os membros do clube. Vejamos então como essa questão aparecia no estatuto reformado em 1906.

Segundo o documento, outra condição para admissão de sócios era que aqueles que quisessem integrar o clube deveriam contribuir com a mensalidade de três mil reis (3\$000) e uma joia de cinco mil reis (5\$000).<sup>220</sup> Tal contribuição era assim significativamente maior se comparado ao seu congênere Clube Carnavalesco Filhos do Chuveiro de Ouro, que registrava no seu estatuto em 1907 que o valor da mensalidade seria de mil reis (1\$000) e joia de três mil reis (3\$000). Essa diferença pode indicar que os sócios do Chuveiro de Ouro obtinham mais condições financeiras que os seus “Filhos”, podendo ser uma consequência da composição do clube com negociantes e possíveis operários mais qualificados das fábricas locais. De outro modo, em 1908, se compararmos ao ordenado de um tecelão, que recebia o salário de \$600 à 1\$000,<sup>221</sup> vemos que trabalhadores menos qualificados da fábrica não tinham de fato condições financeiras de arcar com a

---

<sup>219</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

<sup>220</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>221</sup> DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

mensalidade do clube. Se compararmos os valores que os membros do Chuveiro de Ouro deveriam pagar aos valores que os sócios das chamadas Grandes Sociedades, clubes formados por capitalistas, comerciantes e grandes negociantes teriam que realizar, que era em média de vinte mil reis de joia (20\$000) e cinco mil reis de mensalidade (5\$000), é possível perceber que esta contribuição era significativamente maior.<sup>222</sup> O fato de que o Chuveiro de Ouro cobrasse uma mensalidade e joia um pouco maior que alguns clubes locais, formados por trabalhadores, e significativamente menor que indivíduos endinheirados da cidade, sugere uma forma de seus sócios tentarem se diferenciar dos seus congêneres, que tinham no baixo valor das mensalidades uma marca social de seus sócios.

Constava também em seu estatuto reformado em 1906 e aprovado em 1907 que o clube deveria “iniciar nos dias determinados, de acordo com as ordens policiais, os ensaios, para que possa o clube desempenhar-se com a necessária correção durante o carnaval, ficando abolidas as Saídas como Cordão-Carnavalesco”. (grifo original).<sup>223</sup> Até então o clube chamava-se Cordão Carnavalesco Chuveiro de Ouro, passando a adotar o nome de Clube Carnavalesco Recreativo Chuveiro de Ouro. Ao abolirem a designação “cordão carnavalesco”, o Chuveiro de Ouro parecia tentar se definir a partir de um modelo distinto daqueles que passavam a ser alvo da crítica letrada naquele momento.<sup>224</sup> O fato de que registrassem isso no estatuto entregue à Repartição Central de Polícia, que concedia ou não as licenças anuais e carnavalescas de tais associações, sugere a tentativa de se desvencilhar de possíveis perseguições policiais, na medida em que tais associações poderiam começar a ter problemas em conseguir as próprias licenças. Por outro lado, em diálogo com tais perspectivas letradas, buscavam definir e resignificar sua imagem a partir de critérios que eram valorizados pelo seu suposto caráter ordeiro e autêntico, construindo assim códigos de distinção para a associação e seus componentes.

Era o que deixava entrever mais uma vez o seu próprio estatuto. Entre os direitos dos sócios do Chuveiro de Ouro constava no primeiro parágrafo do sétimo artigo que estes deveriam “tomar parte em todas as diversões sociais devendo

---

<sup>222</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. P.152.

<sup>223</sup> *Arquivo Nacional*, GiFI 6c 250.

<sup>224</sup> Ver CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, em especial o capítulo 2.

porém apresentarem-se decentemente trajados.”<sup>225</sup> A necessidade de afirmar isso mostra que nem sempre os seus componentes se apresentavam “decentemente trajados”, sugerindo que muitos destes poderiam ser bastante modestos. Pareciam, dessa forma, garantir às autoridades policiais que seriam cumpridores das prescrições sociais, e assim afirmar certa elevação do clube e seus sócios.

A tentativa do Chuveiro de Ouro de construir essas formas de distinção em relação às associações locais acompanhava o esforço de reivindicar para si uma marca nacional. Em 1907, ano em que era aprovado o estatuto que abolira a designação de “Cordão- carnavalesco”, os membros do clube cantaram as seguintes quadras:

“Amo esta terra querida  
Que foi onde eu nasci!  
Viva o Chuveiro de Ouro  
Com prazer e alegria!

*Coro*  
Amo a pátria brasileira,  
Com prazer e alegria!  
Amo esta querida terra  
Que foi onde eu nasci! (...)”<sup>226</sup>

Ao entoarem as quadras no carnaval daquele ano, os sócios do clube tratavam de reconhecer a sua nacionalidade brasileira. Afirmavam-se como brancos e brasileiros, no contraponto aos descendentes de escravos e imigrantes italianos com os quais dividiam o chão da fábrica.

Ao formarem o Chuveiro de Ouro, os seus componentes faziam do associativismo recreativo uma maneira de reunir alguns indivíduos mais próximos para divertir-se nos dias de folia carnavalesca e cotidianamente, em bailes, kermesses, saraus e muitos outros eventos. Para além disso, forjavam elementos e criavam uma imagem que os distinguiam de suas co- irmãs, fazendo de seu espaço de lazer uma forma de arrumar as diferenças existentes no próprio bairro, que abrigava grande diversidade de mão de obra. Desse modo, formavam-se sociedades com um modelo semelhante que tinham perfis bastante distintos.

<sup>225</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1- 6c -250.

<sup>226</sup> “G. C. R. Chuveiro de Ouro”, *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1907.

Dois anos após a fundação do Chuveiro de Ouro, portanto, em 1898, era criada a Sociedade Carnavalesca Recreativa Flor da Gávea. Em 1904, a sede da associação encontrava-se à Rua Marquês de S. Vicente, onde estava instalada a fábrica de tecidos S. Felix. O sócio do clube, chamado Ovídio Odorico do Amaral, informava em sua habilitação de casamento anos antes que residia à mesma rua.<sup>227</sup> No ano em que reformavam o estatuto, em 1906, a sede da sociedade encontrava-se já à Rua Dias Ferreira n. 5. Esta era um pouco mais distante da área que concentrava as indústrias e vilas operárias da região no Jardim Botânico. Se partimos da Rua Lopes Quintas, sede do Chuveiro de Ouro, há uma diferença de 3 km em média em relação à Rua Dias Ferreira. Um dos mais destacados sócios do clube naquele ano, de nome Juvenal José da Motta - que era compositor das quadras cantadas pelo grupo nas ruas da cidade - era morador à mesma rua, segundo sua habilitação de casamento registrada em cartório dois anos antes.<sup>228</sup> É possível observar, em primeiro lugar, que ambas às ruas apresentadas como sede da sociedade tinham uma distância significativa, de aproximadamente 2 km e, os seus componentes, estavam distribuídos nesse espaço, como é possível perceber identificando as residências desses sócios. Assim como o Chuveiro de Ouro, as redes de relações da Flor da Gávea parecia se construir a partir da proximidade de seus membros pela vizinhança. Porém, seus componentes não estavam concentrados apenas em uma rua, morando mais dispersos entre si e mais distantes das fábricas instaladas no bairro à Rua Jardim Botânico (Corcovado) e D. Castorina (Carioca), indicando assim que seus membros tinham menos condições de residir perto de seus locais de trabalho.

Entretanto, aquele espaço de convivência parecia importante na formação da associação. Os membros da sociedade tentavam explicitar na escolha de seu próprio nome a identificação com o bairro ao nomeá-la como “Flor da Gávea”, forjando uma identificação entre seus componentes a partir de um elemento mais amplo entre os moradores da região. O fato é que faziam isso para marcar o universo em que os seus sócios estavam inseridos, na medida em que eles próprios poderiam se ver como parte do desenvolvimento e ocupação do bairro.

---

<sup>227</sup> *Arquivo Nacional*, Ano 1899 n° 1.431 caixa 357 gal A 7° pretoria EQ (Ovidio Odorico do Amaral).

<sup>228</sup> *Arquivo Nacional*, Ano 1904 n° 2458 caixa 369 gal A 7° pretoria EQ (Juvenal José da Motta).

Uma pista para tentar compreender tal aspecto é tentando caracterizar a composição social da Flor da Gávea, possível de ser identificada nos próprios documentos encontrados na Repartição Central de Polícia. A Sociedade Carnavalesca Flor da Gávea era “(...) composta de operários (...)”, segundo o comissário encarregado de investigar a procedência dos mesmos.<sup>229</sup> Em contraste com o Chuveiro de Ouro, onde encontrava-se entre os quadros sociais do clube operários e negociantes, o Flor da Gávea mantinha apenas operários entre seus sócios. Pareciam, desse modo, se preocupar menos que o Chuveiro de Ouro em distinguir o clube e seus membros através da sua composição social. Não deixavam, nesse sentido, de manter entre os sócios um indivíduo que chegou a ser acusado de roubo, sendo até preso. Este era o próprio operário Ovídio Odorico do Amaral,<sup>230</sup> que chegou a ser presidente do clube.<sup>231</sup>

Não significava, porém, que a sociedade Flor da Gávea não utilizasse uma estratégia semelhante ao congênere para financiar a realização de suas atividades. No estatuto reformado em 1906, havia entre a classificação dos sócios: “Honorários- Os que não pertencendo a Sociedade prestem todavia o concurso de seus com conhecimentos científicos, artísticos, literários, ou que dispensem donativos avaliados em 500\$000 reis e que a diretoria os remunerara com o titulo asima (sic)”.<sup>232</sup> Desse modo, prestavam homenagens aqueles que realizassem diferentes serviços ao clube, até mesmo doando altos valores em dinheiro. Era o caso do pequeno comerciante Francisco Balbino dos Santos,<sup>233</sup> “que tem prestado relevantes serviços a sociedade desde sua fundação e por isso foi distinguido com o titulo de ‘presidente de momo’.”<sup>234</sup> Contudo, diferente do Chuveiro de Ouro, sem incorporá-los aos seus quadros sociais.

A mensalidade para admissão dos membros na associação, que constava no estatuto reformado em 1906, de apenas 2\$000 reis de mensalidade e 3\$000 reis

<sup>229</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 365.

<sup>230</sup> “Casos policiais”, *Cidade do Rio*, 25 de março de 1897.

<sup>231</sup> “Palcos e salões”, *Jornal do Brasil*, 17 de novembro de 1903.

<sup>232</sup> Como vimos, o Chuveiro de Ouro especificava no seu estatuto reformado em 1906 que o indivíduo que recebesse o título de benfeitor ou benemérito deveria ser associado ao clube: “§ único Já poderão ser concedidos títulos de Beneméritos e Benfeitores, aos associados que tenham dispensado o máximo concurso com valores, donativos, e relevantes serviços ao clube, e julgados pela assembleia geral.” *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 250.

<sup>233</sup> “Prefeitura do Distrito Federal”, *Gazeta de Notícias*, 14 de setembro de 1905. *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 250.

<sup>234</sup> “Bailes”, *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1908.

de joia, possibilitava assim que operários locais integrassem a associação.<sup>235</sup> Era, porém, um valor menor que o cobrado pelo Chuveiro de Ouro, sugerindo que muitos de seus sócios poderiam ser operários menos qualificados, e que dispunham de piores condições para arcar com o compromisso.

É possível perseguir outra pista no próprio estatuto para identificar a composição da sociedade. No segundo artigo do documento entregue à Repartição Central de Polícia em 1906, registravam que “a sociedade compõe-se de numero ilimitado de associados, podendo a ela pertencer todo o individuo maior de 18 anos de idade, que tenha ocupação honesta, de qualquer nacionalidade, e que a diretoria julgue digno de ser aceito.”<sup>236</sup> Diferente do Chuveiro de Ouro, que não fazia nenhum tipo de especificação sobre os indivíduos que poderiam ou não ser admitidos, os sócios da Flor da Gávea afirmavam explicitamente que a questão da nacionalidade não seria um empecilho para a associação ao clube.

Ao definirem que o critério de nacionalidade não seria um impedimento para a admissão de sócios, os membros da Flor da Gávea indicavam que este poderia ser um elemento de conflito entre a força de trabalho na região, formada por trabalhadores imigrantes europeus e trabalhadores nacionais, fosse negros, mestiços ou brancos. Por vezes, podendo até mesmo resultar num critério de exclusão na admissão dos componentes de um determinado clube.

Abriam-se assim formalmente a possibilidade de ingresso de diferentes sujeitos, que poderiam ser os próprios imigrantes que compunham a força de trabalho local. De fato, pareciam reunir entre seus componentes trabalhadores nacionais, como os próprios operários Juvenal José da Motta e Ovidio Odorico Amaral<sup>237</sup>, e imigrantes, como o sogro deste último, o português e charuteiro Antonio Narciso Borges - que chegou mesmo a fazer parte de sua diretoria em 1912.<sup>238</sup>

Embora o clube marcasse no seu estatuto a amplitude de admissão de sócios nos seus quadros sociais, não deixava de marcar elementos que poderiam fazer parte da experiência de alguns sócios, definindo sentidos específicos para o seu associativismo. Segundo o *Jornal do Brasil*, o clube, em seu desfile

<sup>235</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 213.

<sup>236</sup> *Arquivo Nacional*, GIF1 6c 213.

<sup>237</sup> *Arquivo Nacional*, Ano 1904 n° 2458 caixa 369 gal A 7° pretoria EQ (Juvenal José da Motta) e *Arquivo Nacional*, Ano 1899 n° 1.431 caixa 357 gal A 7° pretoria EQ (Ovidio Odorico do Amaral).

<sup>238</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 365.



carnavalesco no ano de 1906, “dançou uns passos complicados e interessantes e cantou esses versos, recebendo por isso muitas palmas”:

“Sinto muito minha gente  
Do que sucedeu no mês passado:  
A morte de Francisco Valente,  
Homem digno e considerado.

Quanto é triste se escutar  
Falar pela povoação;  
A morte de tantos homens  
defensores da nação.

Deus nos faça surgir  
Lindas noites de luar;  
Para a Flor da Gávea  
Nos três dias passear

Flor da Gávea, és tão formosa  
Tem realce teu amor;  
Eu sou o bardo que te adora  
Tem pena da minha dor!

Ouve o canto de minha alma  
Ouve a voz do meu pandeiro;  
Entre as flores mais formosas...  
Rainha do mundo inteiro!

Eu sou teu escravo  
Por ter amor!  
Me acho preso  
Nos galhos da linda flor!

Por ti padeço  
Passo tormento!  
De ti não esqueço  
Um só momento!

Eu te amo e não nego  
Por ti padeço, mulata!...  
Eu deixar de ti não posso  
O teu amor é quem me mata

Teu amor é um abrigo  
Onde guardo o meu segredo;  
Tua cor... é um perigo...  
Em contar-te tenho medo!(...)”<sup>239</sup>

---

<sup>239</sup> “Grupo Carnavalesco Flor da Gávea”, *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro de 1906.

Segundo a habilitação de casamento documentada em 1904 do criador das quadras cantadas nos desfiles do carnaval de 1906, o sr. Juvenal José da Motta era operário, nascido nesta capital, àquela altura com 24 anos e morador à Rua Dias Ferreira. Ele era casado com Albertina Avelina de Jesus, filha de uma escrava parda de propriedade de Felicidade Perpétua de Jesus, dona de terras na chácara do Vidigal. Portanto, a esposa de Motta já encontrava-se na região antes mesmo da instalação das fábricas têxteis. Albertina de Jesus era de cor parda e contava 26 anos, segundo seu registro de nascimento.<sup>240</sup>

O operário poeta começava os versos da canção lembrando a então recente tragédia que havia abalado a capital federal, ou seja, a explosão do navio Aquidaban na Baía de Guanabara em janeiro daquele ano. A letra destacava um nome em especial, Francisco Valente. Este era jornalista do *Jornal do Brasil* que também faleceu na ocasião, quando fazia uma matéria no navio. Atraía assim a atenção da própria folha, que acabou se dedicando a publicar os longos versos da canção, diferente de outros jornais que se limitavam a publicar apenas alguns trechos.

O verso posterior muda o tema, contrastando a tristeza da tragédia que havia abalado o país às tais “lindas noites de luar” e os encantos de uma mulher, a Flor da Gávea, caracterizada como uma “mulata”. A letra exalta as qualidades da “mulata”, sem tornar os elogios preconceituosos e sem ligar a sua cor a promiscuidade, como muitos teóricos raciais sustentavam à época,<sup>241</sup> mesmo que ainda seja destacada a sedução que a mulher provoca. O homem que parecia estar enfeitiçado por todos aqueles predicados era adjetivado como um “escravo”, mais uma vez, enfatizando o poder de sedução da “mulata”. A letra poderia estar relacionada a uma experiência próxima ao criador das quadras, o sr. Juvenal José da Motta, fazendo certa alusão a vivência de sua mulher. Mas se esta é apenas uma possibilidade, o fato era que a canção indica que seus sócios eram de um universo no qual os namoros com mulheres mestiças e os instrumentos de percussão, como o pandeiro citado na música, elementos fortemente ligados a cultura de descendentes negros, eram afirmados com certo orgulho pelo grupo.

---

<sup>240</sup> *Arquivo Nacional*, Ano 1904 n° 2458 caixa 369 gal A 7° pretoria EQ (Juvenal José da Motta).

<sup>241</sup> ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1989.

Interessa perceber como esse episódio fornece uma pista para entender o processo de formação das associações no bairro e os sentidos particulares para seus protagonistas. Ao cantar as quadras no carnaval de 1906 que elogiavam a tal “mulata”, os sócios da sociedade Flor da Gávea acabavam afirmando um lugar que se distanciava de associações, como o Chuveiro de Ouro. Este afirmava-se como sendo de nacionais e brancos, que buscavam se diferenciar de outros clubes locais através de sua pretensa elegância. Enquanto isso, a Flor da Gávea parecia aceitar mais amplamente os indivíduos que fariam parte da sociedade ou mesmo aqueles que frequentariam seus eventos, desde trabalhadores imigrantes, como o português Antonio Narciso Borges, até negros e pardos como Albertina de Jesus, esposa de Juvenal José da Motta. Os componentes da Flor da Gávea criavam a sociedade, dois anos depois do seu congênere com um perfil bastante distinto, fazendo dos laços associativos formados naquele espaço de lazer uma forma de organizar as próprias diferenças entre os operários locais.

Num bairro em que a ocupação se deu a partir do crescimento urbano impulsionado pela instalação das grandes fábricas de tecidos, e cuja força de trabalho contava com expressiva quantidade feminina,<sup>242</sup> não parece novidade o fato de que mulheres como Albertina de Jesus e outras operárias, esposas, filhas, irmãs, mães de operários, fossem protagonistas em associações dançantes. A própria Sociedade C. R. Flor da Gávea mantinha anexo ao seu grupo o Grêmio das Benfeitoras. Embora não tenha sido possível identificar exatamente quando este foi criado, sabemos que em 1908 o grupo já estava em funcionamento e era composto exclusivamente por mulheres.<sup>243</sup> Naquele ano a Flor da Gávea prometia realizar dois bailes em que as sócias tiveram papel destacado: “O Grêmio das Benfeitoras anexo à mesma, composto de infatigáveis batalhadoras, concorrendo para que os pomposos bailes tenham todos os encantos.”<sup>244</sup> No carnaval daquele ano as sócias participaram ativamente dos preparativos das festas do clube, sugerindo a relevância do seu trabalho na organização das suas atividades. A presença das mulheres mostrava-se então especialmente importante na medida em que exerciam diversas funções nos preparativos dos eventos realizados por essa associação.

---

<sup>242</sup> MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>243</sup> “Palcos e Salões”, *Jornal do Brasil*, 18 de janeiro de 1908.

<sup>244</sup> “Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 27 de fevereiro de 1908.

De fato, esse modelo de organização parecia não ser uma exclusividade da Flor da Gávea no bairro. Cinco anos após o surgimento dessa sociedade, houve a formação de diversas outras associações, dentre as quais o Clube Carnavalesco Flor das Morenas. Localizado desde 1903, quando foi criado, na Rua D. Laura no Jardim Botânico<sup>245</sup>, mantinha também um grupo feminino chamado Grêmio das Violetas. No ano em que foi formada a associação, o grupo já encontrava-se em atividade. Naquele ano, o Grêmio das Violetas organizou um “sarau dançante”, segundo o repórter do *Jornal do Brasil*, “que esteve imensamente concorrido”. As sócias do clube ofereceram uma ceia aos convidados e o evento ainda seguiu com muitas danças. O articulista do jornal destacou ainda a presença da diretoria do grêmio que era composta exclusivamente por mulheres.<sup>246</sup> Sendo assim, aquele era um espaço em que algumas mulheres do clube puderam articular sua sociabilidade baseado no critério de gênero.

Tanto o Flor das Morenas quanto a Flor da Gávea destinavam um espaço de organização para grupos femininos, mostrando como esse modelo não era exatamente exclusividade de uma determinada associação. O fato de que os jornais tivessem noticiado suas atividades, que inclusive possibilitaram que fossem identificadas em tais registros, sugere a relevância desses grupos para suas respectivas sociedades, constituindo-se mesmo numa particularidade das mesmas. Porém, era claramente distinto das Grandes Sociedades, formadas por indivíduos abastados da cidade, que afirmavam aquele espaço associativo como sendo de um universo masculino.<sup>247</sup>

Se essa característica aproximava ambas às associações, ao menos no que se refere a possibilidade de organização feminina, é exatamente na maneira distinta que tratavam certas mulheres em suas canções que encontramos uma pista para tentar compreender o sentido da multiplicidade de associações no bairro e como o Flor das Morenas fizeram parte desse processo.

<sup>245</sup> “Bailes”, *Jornal do Brasil*, 22 de fevereiro de 1908.

<sup>246</sup> “Grêmio das violetas”, *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1903.

“Diretoria: presidente, Candida de Oliveira; vice presidente, Francisca de Lima; 1 secretária Ernestina Santos; 2 secretária, Antonia da Conceição; tesoureira Angelina Mendes; procuradora margarida Ferreira; fiscal Maria Lima da Conceição”.<sup>246</sup> Mais do que participar ativamente da organização das atividades da sociedade que era filiada, ao criarem um quadro administrativo, as sócias do Grêmio das Violetas tentavam seguir os mesmos padrões da diretoria formada exclusivamente por homens do Flor das Morenas, forjando assim uma forma de representação coletiva do grupo. )“Grêmio das violetas”, *Jornal do Brasil*, 7 de julho de 1903).

<sup>247</sup> CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

Em 1906, a *Revista da Semana* publicava a foto do grupo no ato do seu desfile.



**Rio de Janeiro** — Grupo Carnavalesco Flor das Morenas, na terça-feira de Carnaval

Imagem 7- (*Revista da Semana*, 19 de março de 1905)

Vestidos com as tradicionais fantasias de índios, os sócios do clube preparavam-se para o desfile na terça-feira de carnaval de 1905. Embora não fossem todos “morenos” como poderia sugerir o nome do clube, a foto indica que aquele era um espaço onde se reuniam pessoas de diferentes origens que se misturavam nos dias de festa e atividades cotidianas da associação.

O fato, porém, é que os tais indivíduos “morenos”, se destacavam na associação, como é possível notar na foto do seu presidente, em 1906, publicada também na *Revista da Semana*:

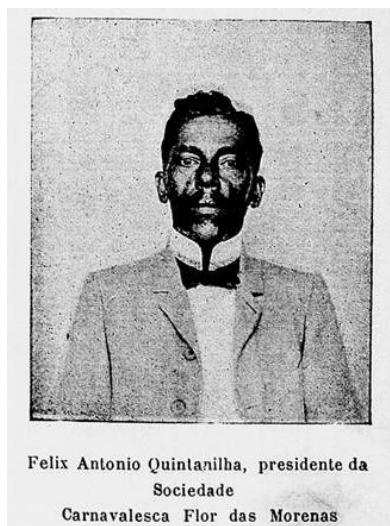


Imagem 8- (*Revista da Semana*, 4 de março de 1906)

Ao exercer o cargo de presidente da sociedade Flor das Morenas naquele ano, Felix Quintanilha apontava para a importância que indivíduos mestiços como ele poderiam ter na associação e até mesmo predominância naquele espaço de lazer. Provavelmente, por esse motivo tentavam fazer do seu associativismo carnavalesco uma forma de afirmar laços de identificação entre seus membros, através da construção de sentidos positivos atribuídos a própria mestiçagem.

Ainda em 1906, esse “desengonçado pessoal que na dança não tem rival, cantou excelentes copias, acompanhadas de um esplêndido triunfo de pandeiros”. Referindo-se as extravagantes e estranhas danças desenvolvidas por seus sócios, a nota do jornal publicava ainda as quadras cantadas na ocasião:

“Tantos corações trabalhadores  
Que batem sem parar  
Mas nas [...] pancadas  
Todas tem de me abraçar.

Viva a paz e união  
O que faz a igualdade  
Viva a bela moreninha  
Esses [arcos] da modernidade.”<sup>248</sup>

A letra tem início ressaltando a imagem do trabalhador, e segue insinuando que nos dias de Momo os tais “trabalhadores” ganhavam espaço e visibilidade

<sup>248</sup> “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 26 de fevereiro de 1906.

entre outros indivíduos, na medida em que “todos tem de me abraçar”, passando a se constituir num momento de “igualdade”. Era assim afirmando-se como trabalhadores naquele contexto, que os sócios do clube reivindicavam um lugar de “igualdade” frente a outros grupos sociais. Destacava-se na canção também as tais “moreninhas” vinculando sua imagem à “modernidade”. Os sócios do Flor das Morenas buscavam significar a marca social do clube, que era constituído por trabalhadores de diferentes origens e, especialmente, os tais indivíduos morenos, atribuindo um sentido positivo a partir da ideia de “modernidade”. Era então associando a “moreninha” e o próprio clube aos valores de progresso, ordem e civilização através da ideia de “modernidade” que, ao mesmo tempo, combatiam os preconceitos que poderiam atingir a associação e muitos de seus membros.

Se o Flor das Morenas preferiu afirmar a cor e as qualidades da “moreninha” na canção entoado no carnaval de 1906, não seria assim nenhum acaso o fato de que no mesmo ano a sociedade Flor da Gávea atribuisse outros sentidos às tais “mulatas” em sua letra. Sendo assim, em diálogo com um debate mais amplo, ambos atribuíam sentidos muitos diversos sobre uma mulher mestiça nas suas canções. Tais grupos pareciam dizer mais sobre si mesmos e sobre aquilo que não eram ou não queriam ser. Se ambos pareciam construir significados positivos para uma mulher mestiça em suas canções, não deixavam de marcar assim as suas particularidades, que resultava na formação de laços associativos distintos. Através de suas práticas dançantes e musicais, construíam, desse modo, formas de identificação entre seus sócios, e disputavam os significados atribuídos a eles próprios.

Mais significativo é destacar que, ainda em 1906, o Chuveiro de Ouro aboliu a designação “Cordão- carnavalesco”, optando por adotar uma estratégia distinta de combater os possíveis preconceitos de que poderiam sofrer os mesmos, ao tentar se diferenciar de seus congêneres locais, a duras penas. Faziam isso, apenas dois anos antes do clube se envolver no conflito com o Flor da primavera, quando a *Gazeta de Notícias* publicou a nota que afirmava serem “notáveis as façanhas policiais em que se tem envolvido os recomendáveis membros dessas duas sociedades carnavalescas”, como vimos no início do capítulo.<sup>249</sup> Embora os sócios desses clubes buscassem em certa medida corresponder as expectativas

---

<sup>249</sup> “Ocorrências”, *Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904.

daqueles que tentavam regulamentar, controlar e até mesmo estigmatizar seus comportamentos e costumes, esse procedimento não resultava na anulação de concepções e apropriações próprias daquele espaço, que se expressava na organização da diversidade do operariado local.

Desse modo, ao reunirem em cada sociedade sujeitos com perfis sociais distintos, os moradores do Jardim Botânico faziam da “febre dançante” uma forma de organizar as semelhanças e diferenças entre os mesmos. Se aos olhos do repórter policial eram todos bárbaros e desordeiros, na experiência dos moradores do Jardim Botânico tais elementos serviam para diferenciar parcelas muito específicas da população local, reconhecendo e reforçando a diferenciação entre eles. Sendo assim, os diversos sentidos que informavam a construção de suas redes de relações expressavam em tais clubes suas divergências e desacordos, podendo tomar formas mais violentas através dos conflitos entre os mesmos. Mas também construíam, através deles, um código comum de sociabilidade e identificação baseado em suas experiências compartilhadas.

### **2.3 Embates, códigos sociais e negociação**

Para além de suas diferenças e disputas, um elemento ajudava a aproximar as experiências vividas pelos membros de pequenas associações dançantes como o Chuveiro de Ouro, Flor da Gávea e o Flor das Morenas: em maior ou menor grau, estavam todas submetidas a uma mesma experiência de controle e estigmatização de suas atividades e costumes através da atuação tanto de setores da sociedade civil, como a imprensa, quanto governamentais, através do controle policial.

O próprio Chuveiro de Ouro foi alvo de um ataque do articulista da *Gazeta de Notícias* quando ocorreu o conflito com o Flor da Primavera em novembro de 1904. Vale lembrar, afirmava o tal jornalista: “São notáveis as façanhas policiais em que se tem envolvido os recomendáveis membros dessas duas sociedades carnavalescas.”<sup>250</sup> Os estigmas que poderiam decorrer dessas situações, tinham consequências práticas e nada agradáveis para os membros dessas associações dançantes. Estas poderiam passar a ter dificuldades em obter as licenças para funcionamento anual e desfiles carnavalescos, assim como o apoio financeiro de comerciantes.

---

<sup>250</sup> “Ocorrências”, *Gazeta de Notícias*, 14 de novembro de 1904.



Alguns dias antes do enfrentamento entre o Chuveiro de Ouro e o Flor da Primavera, o *Jornal do Brasil* noticiava que:

“Procurou-nos o sr. Zacharias Marques, presidente do Grêmio Recreativo Carnavalesco Flor da Primavera, afim de reclamar contra a resolução da polícia, ordenando o fechamento do mesmo Grêmio, a pretexto de que se tem dado desordens nas Laranjeiras”.<sup>251</sup>

O próprio Flor da Primavera foi alvo das práticas de controle policiais diante das supostas confusões que se envolveu antes mesmo do conflito com o Chuveiro de Ouro, tendo a licença cassada. Provavelmente, a *Gazeta de Notícias* se referia a esse fato ao sugerir as recorrentes desordens e conflitos quando noticiou o enfrentamento do clube com o Chuveiro de Ouro no mesmo ano. Interessa notar que em situações que se viam ameaçados, esses mesmos indivíduos poderiam buscar tentar desfazer a imagem de suas associações como encrenqueiras e violentas. Era o que fazia o próprio Flor da Primavera ao recorrer ao *Jornal do Brasil* para protestar contra a medida tomada pela polícia de cassar sua licença.

As investidas de associações dançantes e carnavalescas do mesmo tipo, que reverenciavam diversos jornais da capital federal, não parecia assim uma simples forma de bajulação ou resultado de uma manipulação, como sustentavam alguns contemporâneos.<sup>252</sup> Fosse passando em frente as sedes das redações ou convidando e homenageando os articulistas de diferentes folhas em suas próprias sedes ou entoando cantos com os seus nomes, os sócios de diversos clubes conseguiam ganhar visibilidade e prestígio. Mas também poderiam conseguir bons aliados em momentos difíceis como a perda de sua licença, mostrando assim que tinham a possibilidade de mobilizar importantes redes de proteção, que não eram apenas localmente constituídas.<sup>253</sup>

<sup>251</sup> “Queixas do povo”, *Jornal do Brasil*, 23 de outubro de 1904.

<sup>252</sup> “Da crise avassaladora, que atravessa presentemente o operariado, pouco ou nada dizem. (...) Sim, quando os seus jornais aparecem, nos seus programas prometem mil maravilhas, dizem-se do povo e pelo povo; mas quando estão feitos... o povo que se aguenta, que não seja infantil.” (“Abaixo o carnaval”, *A Voz do Trabalhador*, 15 de fevereiro de 1914. )

<sup>253</sup> A sociedade Flor da Gávea, por exemplo, cantava os seguintes versos no carnaval de 1906: “O Senhor Luiz Barbosa é homem de opinião\ Faz cumprir nosso dever, Com tão amável redação [da Gazeta]”. Ao saudarem a redação da folha, os sócios do clube, indicavam que a articulação dos clubes, e destes com a imprensa, se dava também através de certas figuras, como o próprio Luiz

Não seria nenhuma novidade que, alguns meses depois do Flor da Primavera protestar em nota publicada ao *Jornal do Brasil* por ter sua licença cassada, o Chuveiro de Ouro se valesse da mesma estratégia para tentar contestar e reverter a situação adversa que se encontrava. Era o que fazia então o Chuveiro de Ouro diante da exposição que sofreu no dia 17 de novembro de 1904, quando o clube mandou publicar no *Jornal do Brasil* uma nota contestando a veracidade da notícia que a *Gazeta de Notícias* havia publicado sobre o conflito com o Flor da Primavera.

Embora não negasse aquele conflito, a diretoria do Chuveiro de Ouro contestava a afirmação de que eles fossem recorrentes.

“A diretoria da Sociedade Chuveiro de Ouro declara ser sem fundamento o artigo publicado nas colunas da Gazeta de Notícias, de 14 do corrente com a epífrase Chuveiro de Ouro Flor da Primavera. Diz o artigo que são notáveis as façanhas promovidas pelo Chuveiro de Ouro, desafiamos essa redação a publicar essas façanhas que nos desconhecemos. A diretoria do Chuveiro de Ouro procura por todos os meios ao seu alcance angariar simpatia de todas as suas co-irmãs como manda a lei social. Fica portanto aqui lavrado para os devidos efeitos legais. 15 – 11- 1904”<sup>254</sup>

A nota emitida pelo clube tinha um caminho de argumentação que se sustentava em dois eixos: contestava a veracidade da notícia, desafiando a redação a provar com fatos o dito. E, na contramão dessa imagem negativa, reafirmavam o empenho em fazer cumprir a “lei social”, mantendo assim a ordem de suas atividades e a harmonia com seus congêneres. Ao tentar se defender dos estereótipos negativos lançados sobre seu clube, os sócios do Chuveiro de Ouro mostravam que conseguiam perceber e combater a marca de negatividade lançada sobre eles, de modo a legitimar sua associação.

O Chuveiro de Ouro e o Flor da Primavera chegaram mesmo a se empenhar em desfazer a imagem de brigões no momento em que se desentenderam. Em janeiro de 1905, dois meses depois do conflito, a diretoria do Chuveiro de Ouro foi convidada a almoçar com a diretoria do Flor da Primavera na sua sede social. Em março do mesmo ano, o *Jornal do Brasil* noticiou um novo encontro entre as diretorias de ambos os clubes:

---

Barbosa, cumprindo um papel importante de comunicação entre ambos. “Carnaval”, *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1917.

<sup>254</sup> “Protesto”, *Jornal do Brasil*, 17 de novembro de 1904.

“A valorosa rapaziada deste grêmio...fez no carnaval um sucessão! Na terça feira do carnaval, em almoço intimo com as diretorias de algumas co irmãs, dentre elas as Sociedades C. Flor da Carioca e Chuveiro de Ouro, entre amistosas saudações, foram pelos Srs. Jorge Mariano, Jose Firmino Borges e Luiz Barbosa, enaltecidos os méritos dos heroicos foliões, que muito cooperaram para o brilhantismo do carnaval de 1905.”<sup>255</sup>

Sob os enfáticos elogios ao Flor da Primavera, e a sua cordialidade e amabilidade para com as co-irmãs, o articulista marcava as “amistosas saudações” com o Chuveiro de Ouro, apenas alguns meses após o conflito entre os mesmos clubes. Destaca-se mais uma vez o sr. Luiz Barbosa, escriturário da sessão de panos da fábrica Carioca e que mantinha relação com diversos clubes do bairro, que na ocasião desempenhou um papel importante no diálogo entre eles. Interessante notar que, se o jornalista da *Gazeta de Notícias* não poupou as associações envolvidas na confusão sugerindo que eram causadoras de desordens frequentes, o repórter carnavalesco do *Jornal do Brasil*, por outro lado, se mostrava um importante aliado, noticiando os encontros entre as suas diretorias.

Contudo, interessa destacar que este caso é um indício de que os próprios sócios dos clubes envolvidos no conflito buscavam mostrar uma pretensa civilidade de suas associações, assim como articulistas da imprensa e autoridades policiais esperavam que eles procedessem. Na prática, correspondiam aquelas expectativas negando a afirmação de que seriam causadores de confusões constantes com seus congêneres através da manutenção da “lei social”, como o próprio Chuveiro de Ouro tinha argumentado na nota que contestava a matéria da *Gazeta de Notícias*.

É possível observar então que ambas as associações esforçaram-se conjuntamente em demonstrar sua cordialidade colocando em xeque aquela imagem frente à interesses comuns, que no caso era afirmar o caráter ordeiro de seus sócios e respectivas associações, e assim evitar perseguições policiais e estigmatizações sociais.

Tal procedimento, que consistia na visita de uma associação na sede da outra, era, porém, bastante difundido entre diversas sociedades dançantes e carnavalescas. O contato institucional entre essas associações também se mostrava

---

<sup>255</sup> “Carnaval”, *Jornal do Brasil*, 11 de março de 1905.

importante no convívio social dos trabalhadores locais. O próprio Chuveiro de Ouro, junto ao congênere local Flor da Gávea, prestigiou o “ato solene de inauguração do pavilhão social” da Sociedade Carnavalesca Prazer do Leme no pré-carnaval de 1907. Na ocasião, “formaram externamente, circulando o pavilhão, as comissões das referidas sociedades”, realizando uma prática que reforçava a ideia de que identificavam-se como co-irmãs. E ainda, o sr. Luiz Barbosa, declamou a poesia “Paz e União em homenagem às co-irmãs”.<sup>256</sup> O sr. Luiz Barbosa, presidente de honra do Prazer do Leme e o mesmo indivíduo que mantinha estreita relação com os clubes do Jardim Botânico, afirmava assim que aquelas associações compartilhavam o mesmo ideal que tinha como base a “Paz e União” das mesmas.

A interação entre os trabalhadores da região tinha como uma via privilegiada os encontros promovidos pelos clubes recreativos, sugerindo uma possível afinidade entre os mesmos já que poderiam reconhecer em outras associações laços identitários que afirmavam como seus. Por outro lado, essa frequência entre seus componentes também poderia mostrar uma tentativa de buscar reconhecimento e visibilidade entre seus pares, revelando que não era apenas a lógica da semelhança que articulava tais redes de relações, e sim da diferença. A prática dessas visitas entre as associações era assim um código social compartilhado por esses sujeitos, que buscava incutir normas que viabilizavam a convivência de suas diferenças e semelhanças. Não era assim nenhum acaso o fato de que o Chuveiro de Ouro e o Flor da Primavera tentassem se desvencilhar dos estigmas sociais e perseguições policiais através de uma prática que fazia sentido na sua própria experiência com seus pares. Ao tentarem se defender desse modo, faziam com que outros sujeitos reconhecessem a prática como uma forma legítima de articulação entre os mesmos.

Nos próprios estatutos de diferentes clubes é possível identificar o mesmo movimento de se desvencilhar de uma possível imagem pejorativa, tentando demonstrar que seus sócios eram ordeiros e morais.<sup>257</sup> Quanto a manutenção da

<sup>256</sup> “S. C. Prazer do Leme”, *Jornal do Brasil*, 28 de janeiro de 1907.

<sup>257</sup> No estatuto entregue a Repartição Central de Polícia, em 1906, a sociedade Flor da Gávea, por exemplo, dizia que: “Art. 66º Os presentes estatutos foram aprovados em Assembleia Geral, terão força de lei para a Sociedade Carnavalesca Recreativa Flor da Gávea, e so poderão ser reformados e alterados, por uma Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, e revogam qualquer disposição em contrário”. (grifo meu) Marcava a importância do documento como diretriz dos procedimentos da associação, apontando para a credibilidade dos regulamentos

ordem no Chuveiro de Ouro havia o seguinte artigo: “Submeter-se aos artigos escarados no presente estatuto e bem assim as demais leis e regulamentos internos aprovados pela assembléia geral.” Entre os “elementos básicos do clube” a diretoria reafirmava, mais uma vez, o compromisso de promover “O escarado nos presentes estatutos, sem transgredir os bons princípios da Ordem e Moralidade, que ficarão resguardados pela responsabilidade assumida pela diretoria.”<sup>258</sup>

No capítulo VII constava entre as “Penas sociais” destinadas aos sócios que desrespeitassem as regras enunciadas no estatuto, os seguintes artigos: “Os que promoverem a ruína ou o descrédito do clube, implantando a discórdia”. E também, “Os que não se portarem de modo convenientemente, quer nos ensaios, reuniões familiares ou em passeios que o clube realizar, sendo advertido, e na reincidência, desligado do clube.”<sup>259</sup> Buscando garantir que não houvesse situações extremas como aquela, constava entre os critérios de admissão dos sócios: “Ser morigerado ter meios de subsistência e não haver incorrido em ou pronunciado condenação por crime infamante”.<sup>260</sup>

Diferente dos estatutos de outras sociedades localizadas no Jardim Botânico encontrados nos Documentos de Polícia guardados no *Arquivo Nacional*, o Chuveiro de Ouro especificava ainda a existência do cargo e função dos fiscais de salão. Entre suas atribuições constava,

“§1º Zelar pela moralidade do clube, não permitindo que os sócios infringam as disposições dos estatutos, e regulamentos internos que for adaptados; §2º Sindicar do comportamento e moralidade dos sócios propostos, e em face do seu parecer, se for favorável o presidente aceitará a proposta no caso de ser contrario a admissão do proposto o presidente nomeará então, uma comissão de três sócios quites para resolver.”<sup>261</sup>

É notável a tentativa dos membros de diferentes associações de criar uma imagem de si mesmos marcando a ideia de que eram cumpridores das prescrições

---

enunciados no estatuto. Entre os deveres dos sócios constava ainda no “4º parágrafo: Conformarem-se com o anunciado nesses estatutos e no regulamento interno”.<sup>257</sup> Desse modo, buscavam afirmar para as autoridades policiais que iriam cumprir os compromissos firmados com a municipalidade. Mesmo que isso significasse tomar atitudes radicais, como indicava o documento ao especificar as atribuições da Assembléia Geral. Cabia a ela, “eliminar, suspender e expulsar, quando incorram em faltas os associados, mesmo graduados”. (*Arquivo Nacional*, GIF 6c 213)

<sup>258</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>259</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>260</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>261</sup> *Arquivo Nacional*, GIF- 6c -250.

legais e sociais, zelando pela “moralidade” e “ordem” em seus eventos cotidianos. Se em 1904, os membros do Chuveiro de Ouro e Flor da Primavera julgaram conveniente e até mesmo necessário desfazer a imagem de brigões que a *Gazeta de Notícias* se empenhou em construir, o seu estatuto e de muitas outras co-irmãs faziam o mesmo dentro dos limites legais que deveriam se submeter, mostrando que essa era uma preocupação cotidiana dos seus sócios. Isso sugere que trabalhadores de baixa renda que compunham tais associações pareciam ser potenciais desordeiros aos olhos das autoridades políticas e policiais. E a necessidade de que afirmassem isso indica que nem sempre procediam com a moralidade e ordem que esperavam os mesmos, caso do próprio enfrentamento entre o Chuveiro de Ouro e Flor da Primavera em 1904.

De fato, essas preocupações descritas claramente nos estatutos estavam relacionadas às exigências policiais que proibiam a venda de ingressos, assim como a entrada de elementos tidos como desordeiros. Sujeitando-se as prescrições legais e delimitando suas atividades formalmente através dos estatutos em acordo com as mesmas, tinham o objetivo de conseguir a licença para funcionamento anual e festejos carnavalescos já que os documentos eram entregues a Repartição Central de Polícia. Ainda que os seus membros pudessem entender que eram tão ordeiros e morais quanto a gente endinheirada da cidade, a ênfase na moralidade e no caráter ordeiro de seus sócios, bem como das atividades em seus estatutos, buscava estabelecer a imagem de um perfil social que as autoridades policiais, parte da imprensa e intelectualidade defendiam e difundiam.<sup>262</sup>

Em outro sentido, ao corresponderem às exigências legais e sociais, diversas associações mostravam certo consenso e habilidade coletiva em dialogar com os discursos e práticas de controle lançados sobre eles. Como parte da interação e comunicação entre diferentes sujeitos, que compartilhavam referências sociais num mesmo contexto, os componentes dessas associações formadas por trabalhadores de baixa renda construíam sentidos próprios ao seu associativismo a partir da experiência com seus pares, e esses conflitos e formas de negociação resultavam exatamente dessas situações.

Decorre disso, uma experiência compartilhada desse fenômeno associativo que forjava códigos sociais reconhecidos por esses sujeitos através de suas

---

<sup>262</sup> REIOLI, Elaina. A honra dos outros: padrões de moralidade em um crime de amor nos Pingas Carnavalescos (1920-1921). PUC-Rio: Monografia, 2012. (Monografia)

práticas carnavalescas e cotidianas. Quando submetidos a um mesmo discurso de controle e estigmatização de seus costumes e práticas, os sócios do Chuveiro de Ouro e Flor da Primavera buscaram negociar suas divergências através dos códigos sociais compartilhados por ambos, como a manutenção da “lei social”. Frente a interesses comuns e almejando atingir fins particulares, os membros da diretoria dos clubes atuaram conjuntamente forjando assim uma espécie de aliança.

A lógica de negociação dos grupos nessa situação era, entretanto, da diferença, e não da semelhança ou solidariedade. Vale lembrar, o Chuveiro de Ouro era um clube que mantinha sua sede à rua Lopes Quintas no Jardim Botânico, onde encontrava-se uma vila operária e era também composto por trabalhadores das fábricas Carioca e Corcovado. Já o Flor da Primavera tinha sua sede social em Laranjeiras e era formado por operárias da fábrica de tecidos Aliança, fixada no mesmo bairro. Longe de mostrar barbarismo, o conflito expressava outros níveis de rivalidade entre os trabalhadores de diferentes fábricas e regiões, mas também que essa rivalidade se expressava a partir do código compartilhado que fazia com que se pensassem como co-irmãs apesar de suas diferenças.

O conflito entre o Chuveiro de Ouro e o Flor da Primavera permite assim perceber como através do associativismo dançante os seus sócios construíam redes de solidariedade e de diferença entre os operários locais. Essa tensão entre identificação e diferença, fez dos clubes um meio de articular as identidades dos moradores da região, que estava em franca expansão, atraindo novos trabalhadores fabris ao bairro operário. Resta analisar os desdobramentos da construção dessa solidariedade horizontal entre os sócios de clubes locais no próximo capítulo, buscando entender como em situações que reconheciam esses valores e costumes como parte de sua experiência coletiva e quando sentiam a necessidade de se levantarem em defesa deles, esses mesmos códigos sociais eram acionados na sua mobilização coletiva.

### Capítulo 3- Dos salões aos funerais

O jornal *O Paiz* noticiou no dia 6 de janeiro de 1917 um violento conflito que ocorreu na fábrica de tecidos Carioca, localizada no Jardim Botânico, evidenciando algumas das tensões que marcavam a experiência dos moradores do bairro. Ao tratar do caso, o repórter do *Jornal do Brasil* tentou explicar o estopim do conflito - afirmando que a “oportunidade” da revolta dos operários ocorreu quando,

“(…) três operários de nome Pedro Cavalleiro, Eduardo Darwin e Manoel Lopes, querendo acompanhar o enterro de um companheiro falecido na véspera foram no mestre geral para sair, descontando-lhes do salário o tempo que permanecessem ausentes do serviço. A licença foi-lhes negada, com a brutalidade de sempre e daí a pouco era mandado um aviso aos operários de que não mais seriam concedidas licenças para sair durante a hora de trabalho, sob pretexto algum.”<sup>263</sup>

Segundo a mesma matéria, as medidas tomadas pela diretoria da fábrica Carioca provocaram a “indignação geral” de homens, mulheres e crianças, que “abandonaram o trabalho (...)”. Os operários da Companhia “correram para o pátio da fábrica num vozerio assustador.” Enquanto isso,

“Um outro grupo numeroso, invadindo a sessão de teares, deparou com o mestre Dixom Myller, de nacionalidade inglesa, a quem agrediu com socos e pedradas, vingando-se da antiga e geral antipatia. Nesse ínterim, um outro grupo, aos gritos de lincha, procuravam castigar o mestre geral Eduardo Rester. O que foi impedido por alguns operários mais calmos.”<sup>264</sup>

O resultado do enfrentamento entre os operários do estabelecimento fabril e os mestres culminou na paralisação dos trabalhos da referida fábrica que, segundo *O Paiz*, mobilizou “aproximadamente três mil operários”.<sup>265</sup>

Devido à confusão que se instaurou, a diretoria resolveu então suspender três operários e demitir outros cinco, responsabilizados pela agressão. Daquele momento em diante, todos os operários das duas fábricas da Companhia de Fiação e Tecidos Carioca paralisariam suas atividades, reivindicando tanto a revogação das medidas que atingiam diretamente seus companheiros suspensos e demitidos

<sup>263</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>264</sup> “Greve na fábrica de tecidos Carioca”, *O Paiz*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>265</sup> “Greve na fábrica de tecidos Carioca”, *O Paiz*, 6 de janeiro de 1917.



quanto a demissão do mestre geral Eduardo Rester.<sup>266</sup> Embora tenha sido noticiado que havia de cem a cento e cinquenta homens e até mulheres envolvidos no conflito, a Companhia demitia aqueles que julgava “os cabeças do movimento”, nas palavras de um dos diretores.<sup>267</sup>

Ao optar por punir apenas alguns sujeitos tidos como líderes, e não o conjunto de trabalhadores, os diretores da fábrica mostravam mais uma vez acreditar ter sido o movimento fruto da simples manipulação de elementos tidos como desordeiros, que sublevaram por conta própria o conjunto dos operários. Se era atribuída a culpa da força do movimento à alguns indivíduos, justificando a sua demissão, restava aos demais operários, na visão de seus patrões, atribuir-lhes ignorância e barbárie como forma de compreender sua mobilização. Em entrevista a *Gazeta de Notícias*, o diretor Alfred Oliver deixava claro que, aos seus olhos, os acontecimentos expressavam apenas a indisciplina dos operários, caracterizando uma ação sem explicação:

“Eu estou disposto a recomeçar o trabalho, uma vez que os três operários culpados de indisciplina apresentarem as devidas desculpas ao contra mestre (...) Se os operários comparecerem dispostos a trabalhar, sujeitando-se à disciplina, muito bem; se não será declarado o ‘lock-out’, isto é, será fechada até que os operários se submetam”.<sup>268</sup>

Ao se referir ao conflito, o diretor Lorival Souto apresentava uma percepção semelhante, afirmando que os operários “fizeram-no simplesmente por maldade, por espírito de insubordinação”. Quanto ao mestre geral, para ele, “é um homem muito bom, cujo único defeito é ser trabalhador. E é esse defeito que os operários não lhe perdoam”.<sup>269</sup> Mais enfático era o diretor Faro, que ao ser perguntado sobre o motivo da greve respondeu: “Estupidez desses operários indolentes que não querem trabalhar e que não sabem o que é civilização”. Quando perguntado sobre o mestre geral, afirmou que “os mestres são muitos bons. Os operários que não prestam para nada”.<sup>270</sup> Configura-se, desse modo, uma virulência do movimento grevista que a própria direção da fábrica parecia não

<sup>266</sup> O sobrenome do mestre Eduardo varia de acordo com o jornal. Será utilizada a versão quando se referir a fonte.

<sup>267</sup> “Operariado”, *A Época*, 7 de janeiro de 1917.

<sup>268</sup> “A greve na companhia Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 8 de janeiro de 1917.

<sup>269</sup> “A greve dos operários da Carioca”, *A Noite*, 9 de janeiro de 1917.

<sup>270</sup> “Operariado”, *A Época*, 7 de janeiro de 1917.

compreender ao taxar os seus empregados como indisciplinados e bárbaros. Evidenciava-se assim o limite do discurso paternalista desses patrões já que seus empregados expressavam um caminho de afirmação de lógicas próprias de reivindicação.

Em contrapartida, a possibilidade de reação daqueles tecelões aparecia como uma novidade difícil de explicar até mesmo para os próprios militantes do movimento operário, que não reconheciam aquela situação como fruto de sua atuação. Ao destacar a força do movimento grevista, um militante da folha *A Razão* mostrava-se surpreso com o fato de que os operários estivessem firmes em greve durante nove dias, “e tudo isso conseguido sem um entendimento prévio, sem uma associação de classe, sem uma direção preestabelecida”.<sup>271</sup> Seu testemunho sobre o movimento, cuja lógica e força os próprios militantes do movimento operário não conseguiam compreender, sugere a necessidade de olharmos para ele de forma mais cuidadosa, buscando tentar entender que fenômenos poderiam explicar a organização daquele movimento. Coloca-se, desse modo, o problema de entender a lógica de mobilização dos operários da fábrica Carioca na greve de janeiro de 1917.

Diferente dos diretores do estabelecimento têxtil que não viam sentido na radicalização daquele episódio, os demais jornais da capital federal faziam exatamente o inverso, atribuindo ao mestre geral Eduardo a causa principal dos acontecimentos. Era o que fazia o repórter do jornal *O Paiz*, que apontava o mestre geral como o motivo das desavenças na fábrica Carioca.

“Grande animosidade havia, de há muito, na Fábrica de Tecidos Carioca, entre os operários todos dos dois sexos, e o mestre geral Eduardo Rester, que não cessava de lhes fazer picardias, impondo-lhes exigências absurdas, intrigando-os com a diretoria da fábrica, inventando diariamente ordens novas, severas e inexequíveis, só para maior desprestigiados operários, homens e mulheres ali ocupados.”<sup>272</sup>

O jornal exemplificava a má conduta do mestre geral da sessão de tinturaria contando ainda que uma das últimas providências tomada por ele “foi a que manda trancar as privadas, a pretexto de que apenas iam ali roubando horas de trabalho” - o que afetava principalmente as mulheres, que se envergonhavam de

<sup>271</sup> “A greve na Carioca”, *A Razão*, 13 jan. 1917.

<sup>272</sup> “Greve na fábrica de tecidos Carioca”, *O Paiz*, 6 de janeiro de 1917.

usá-lo. Do ponto de vista do mestre geral, a proibição poderia se converter numa estratégia de ditar o ritmo de trabalho. Para o redator da notícia, no entanto, era a prova cabal de um arbítrio que teria levado os operários a greve.

Posição semelhante era defendida pelo redator do *Jornal do Brasil* responsável por noticiar o ocorrido.

“Não há muito tempo o Jornal do Brasil teve ocasião de noticiar um começo de movimento paredista por parte dos operários da Fábrica de Tecidos Carioca, no Jardim Botânico, movimento esse ocasionado pelo modo impertinente e grosseiro, brutal às vezes por que o mestre geral, Eduardo Restes, tratava seus subordinados.”<sup>273</sup>

Referindo-se ainda ao caso da utilização do sanitário, que caracterizava o procedimento do mestre como “impertinente e grosseiro”, acrescentava que o tempo demorado para satisfazer essa necessidade era contabilizado e descontado do salário daqueles operários. De modo semelhante, *O Imparcial* atribuía à relação conflituosa entre os tecelões e o mestre geral a causa da paralisação na ocasião. Afirmava que “em lugar de melhorar o seu procedimento, o mestre Eduardo piorava dia a dia, dando lugar ao descontentamento progressivo dos operários.”<sup>274</sup> Mesmo o jornal *A Razão* não diferia dessa posição. Sem reconhecer na sua atuação a organização do movimento, o articulista do jornal anarquista enfatizava que a diretoria poderia ter impedido o ocorrido “se há muito já tivesse substituído o mestre geral Eduardo Prestes, cuja a moral, conduta e atos menos dignos o tem tornado incompatível com os operários, mas, a diretoria nunca quis atender as justas reclamações desses obreiros do trabalho...”<sup>275</sup> Nessas leituras, a parede era explicada como uma reação legítima a essas práticas arbitrárias de exploração, desencadeando uma revolta capaz de dar forma ao movimento.

Ainda que apoiasse a causa dos operários, a grande imprensa não deixaria de notar o caráter explosivo daquele enfrentamento gerado pelo mestre-geral. Aos olhos de muitos dos que noticiaram a greve, a qualquer momento poderiam ocorrer cenas de violência - como sugeria o redator do *Jornal do Brasil*, ao comentar que “pacientemente, os operários iam suportando tudo, mas uma cólera sendo lavrada entre todos e um movimento de revolta estava prestes a explodir,

<sup>273</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>274</sup> “Notas policiais”, *O Imparcial*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>275</sup> “A greve na Carioca”, *A Razão*, 6 de janeiro de 1917.

aguardando a primeira oportunidade”<sup>276</sup>. Frente ao arbítrio do mestre geral e ao caráter explosivo dessa situação, viam assim se revelar a ameaça de uma revolta mais ampla, explicitada na ocasião por um dos redatores da *Revista da Semana*:

“Ao mesmo tempo em que um dos cinemas da Avenida exibia um *film* americano, de tendências socialistas, intitulado *O Dinheiro*, que nos Estados- Unidos fora proibido em algumas cidades industriais e centros fabris, estourava a rebelião e a greve na Fábrica de Tecidos Carioca, na Gávea, originadas na severidade prepotente do mestre geral. Nada faltou ao movimento de reação operária para lhe dar semelhanças com o drama cinematográfico americano.

As recém-nascidas empresas nacionais de *films* perderam uma oportunidade excepcional de cinematografar ao vivo uma rebelião operária. (...)”<sup>277</sup>.

Embora destacasse o papel do mestre geral sobre o descontentamento dos operários da fábrica Carioca, a radicalização do movimento que tanto impressionou o jornalista era caracterizado como uma “rebelião operária”. Para o articulista da revista, a força da greve entre os operários tecelões era entendida assim como campo propício para o florescimento, entre o operariado da capital federal, das ideias socialistas que já assombravam a Europa e os Estados Unidos.

Se para essas folhas, a tragédia estava anunciada diante da exploração instaurada na fábrica, podendo alimentar até mesmo o florescimento de ideias socialistas, como sugeriu o articulista da *Revista da Semana*, o fato é que o enfrentamento entre operários e mestres, assim como a própria deflagração da greve, se deu num contexto bastante específico, que era noticiado por tais folhas apenas como um pano de fundo do movimento. Através de um olhar atento sobre os próprios testemunhos da imprensa é possível então seguir um caminho de investigação.

A *Gazeta de Notícias* dava uma explicação mais direta sobre os acontecimentos noticiando que:

“Segunda- feira faleceu o empregado da fábrica, Joaquim Morales, que contava grandes simpatias entre os seus companheiros. Estes quiseram acompanhar-lhe o enterro, e com a banda de música de uma sociedade mantida pelos operários. Obtida a licença do mestre geral Prestes, foram os colegas de Morales cumprir o último dever de amizade e, como voltassem tarde do cemitério, não tornaram a fábrica, o que contrariou o

<sup>276</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>277</sup> “A reprodução ao vivo de um *film*”, *Revista da Semana*, 13 de janeiro de 1917.

mestre geral, que ficou descontente com a falta de pessoal. Dias depois tendo falecido uma menina, filha de um operário da tinturaria de panos, os empregados pediram permissão para acompanhar o enterro. A licença foi dada condicionalmente e às 4 horas o mestre geral resolveu revogar a ordem anterior, por ter faltado pessoal e lhe parecer inconveniente dispensar o que estava presente.”<sup>278</sup>

Em primeiro lugar, é possível observar que o estopim do acontecimento era exatamente a proibição de alguns operários comparecerem ao enterro de um companheiro. O jornal noticiou ainda que alguns dias antes, os operários da fábrica Carioca foram dispensados para comparecer a cerimônia funeral do companheiro Joaquim Moralles, tesoureiro do Clube Musical Recreativo Carioca, segundo um diretor da fábrica.<sup>279</sup> Os trabalhadores do estabelecimento fabril realizaram um ritual em que a banda musical do clube havia acompanhado a celebração, mostrando como os rituais fúnebres realizados naquele espaço de lazer integravam-se às práticas musicais. Em segundo lugar, para os operários que realizaram o enterro, aquele era um evento que compreendia uma duração ritual incompatível com as exigências do mestre geral, que havia exigido o retorno dos operários após a cerimônia, qual a presença da banda de música poderia ter um papel importante, estendendo as celebrações de morte. Apontavam, desse modo, para a importância do associativismo recreativo no processo de organização dos operários da fábrica Carioca, que se mobilizavam para realizar rituais fúnebres específicos.

Chama a atenção a presença de práticas funerárias em espaços que tinham por objetivo principal promover a diversão dançante, recreativa e carnavalesca entre os seus sócios. Coloca-se assim a necessidade de entender como a greve ganha força a partir do episódio que desencadeou o movimento paredista, e qual a relação que se estabelecia com o associativismo dançante nas décadas anteriores. Para problematizar a inserção de tais práticas nesses espaços destinados ao lazer cabe, em primeiro lugar, a partir dos próprios estatutos disponibilizados pelos clubes para a Repartição Central de Polícia, buscar identificar que atividades eram priorizadas nesses espaços de lazer.

### 3.1 A dança dos mortos

<sup>278</sup> “A greve na companhia Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 7 de janeiro de 1917.

<sup>279</sup> “A greve na companhia Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1917.

As associações dançantes e carnavalescas marcavam nos seus estatutos as atividades voltadas para dança e música como os objetivos principais dos clubes. Era caso da sociedade Flor da Gávea que registrava no seu estatuto, aprovado em 1906, a finalidade de promover “festas na época do carnaval, de acordo com as resoluções da assembléia geral”. E ainda, “reuniões diárias para a leitura, diversões familiares, passeatas e tudo quanto recreios uteis.”<sup>280</sup> No mesmo ano, o Clube Carnavalesco Flor dos Amantes da Gávea, enviou seu pedido de licença e estatuto a polícia anunciando que a sociedade carnavalesca tinha por fim realizar “festas nas épocas do carnaval”. O estatuto ainda afirmava que os preparativos para a festa ao Deus Momo deveriam começar dois meses antes, quando a diretoria convocaria a Assembléia Geral para tratar do festejo, demonstrando a importância da realização do carnaval para os mesmos. Contudo, essa não era a única atividade do clube, pois pretendiam promover “reuniões diárias para leituras”, “conversações”, “bailes e passeios” e ainda outras atividades que julgassem uteis.<sup>281</sup> De forma muito semelhante, os clubes do Jardim Botânico apresentavam um padrão que, em sua maioria, se voltava para atividades dançantes no carnaval e cotidianas.<sup>282</sup>

No ano seguinte, o veterano clube Chuveiro de Ouro reformava os seus estatutos para transformá-lo em recreativo, incluindo como parte das atividades a serem realizadas:

“Proporcionar aos seus associados diversões familiares e recreativas, e o que for julgado condigno ao desenvolvimento social.

(...)

Iniciar nos dias determinados, de acordo com as ordens policiais, os ensaios, para que possa o clube desempenhar-se com a necessária correção durante o carnaval, ficando abolidas as Saídas como Cordão-Carnavalesco.”(grifo original)<sup>283</sup>

Os foliões do Chuveiro de Ouro afirmavam assim as práticas carnavalescas como principal atividade em seu estatuto. Este previa também iniciar os

<sup>280</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 213.

<sup>281</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 171.

<sup>282</sup> Ver também: *Arquivo Nacional*, GIF 6c 63, GIF 6c 170; idem; *Arquivo Nacional*, GIF 6c 68.

<sup>282</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>283</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

preparativos das passeatas e diversões para a festa ao Deus Momo, internamente ou externamente, três meses antes. No âmbito carnavalesco, cabia a diretoria “envidar todos os esforços, para que nas passeatas, do carnaval, o préstito seja brilhantemente fantasiado, indicando para esse fim, as medidas urgentes e necessárias, afim de que cada associado concorra também com os seus esforços no mesmo sentido”, e ainda, caso fosse possível, esta empreenderia esforços para engrandecer o préstito com carros alegóricos. Mais uma vez, não era apenas o carnaval alvo da preocupação do clube, pois entre as diversões sociais, a diretoria deveria realizar mensalmente um “Ensaio com Damas”, aos domingos “Ensaio de Passos”, o que acabava por garantir a perpetuação de maneiras particulares de se dançar e cantar, e ainda se comprometia a realizar recorrentes bailes.<sup>284</sup>

Não era apenas atividades de caráter dançantes e carnavalescas, no entanto, realizadas por essas associações. Era o que sugeria, 1906, um estranho artigo que aparecia no estatuto da Sociedade Carnavalesca Recreativa Flor da Gávea, em suas “Disposições Gerais”:

“A diretoria (quando permitir) mandará celebrar uma missa no dia 2 de novembro de cada ano, pelo eterno descanso dos associados falecidos, podendo representar no templo em que tiver lugar e, (...) mandará hastear a bandeira em funeral, bem como no caso de falecimento dos associados.”<sup>285</sup>

Aparentemente estranha em se tratando de uma sociedade voltada para as atividades dançantes e carnavalescas, o artigo estipulado pelos sócios do Flor da Gávea se repetia em outras associações do gênero. Era o caso do Clube Carnavalesco Flor dos Amantes da Gávea, que no mesmo ano havia pedido sua primeira licença de funcionamento ao Chefe de Polícia, apresentando a ele seus estatutos. Em seu artigo 56º, este especificava que a “diretoria mandará rezar quando puder uma missa no dia 2 de novembro de cada ano” e “mandará hastear a bandeira em funeral bem como no caso de falecimentos de sócios.”<sup>286</sup> Embora não fosse uma regra entre associações do mesmo tipo, como no caso do Chuveiro de Ouro que não especificava tal atividade em seus estatutos, segundo tais documentos, o dia de finados aparecia para os operários que compunham estes

<sup>284</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

<sup>285</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 213.

<sup>286</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 171.

clubes como um evento de alguma importância, sendo celebrada uma missa nesse dia quando possível. Chama a atenção a presença de artigos ligados a homenagens funerais, de caráter religioso, em estatutos de sociedades voltadas principalmente para a realização de atividades dançantes e carnavalescas.

As celebrações religiosas voltadas para o tema da morte e a sua relação com manifestações musicais não era porém uma novidade entre os trabalhadores nacionais. Ao investigar um episódio conhecido como cemiterada que ocorreu na Bahia em 1836, João José Reis notou a importância da música para os rituais funerais tanto para a tradição católica como para a africana, embora tivessem sentidos e práticas variadas. O historiador demonstra como a população baiana integrava nos seus rituais funerais à música, fazendo dessas celebrações verdadeiras festas e comemorações da vida, chamadas por Reis de “festas fúnebres”. Tais formas rituais concretizadas nas procissões para enterrar um falecido ou na realização de missas, por exemplo, estavam relacionadas as concepções religiosas sobre a morte, que eram entendidas como uma espécie de passagem para o morto. Porém, era especialmente importante para aqueles que permaneciam nesse mundo, já que a morte representava a ruptura com o cotidiano, dando lugar a um mundo caótico e desordenado. A festa fúnebre junto às manifestações musicais que a compunham pareciam restituir o que se perdia nesse momento, segundo Reis.<sup>287</sup>

Era especialmente importante para a população pobre e negra na Bahia as celebrações de morte devido a possibilidade de se ter um enterro digno, salvar sua alma e assim conquistar um bom lugar no outro mundo. Tais rituais eram recebidos com certo receio por algumas autoridades políticas e policiais, entendidas como uma ameaça a ordem já que promovia ajuntamento de pessoas e o estardalhaço com suas manifestações musicais, de tambores e outros instrumentos de percussão. Desse modo, o historiador notou que muitos africanos no Brasil mantiveram maneiras de morrer ao utilizarem instrumentos musicais próprios, mas também incorporaram práticas e concepções católicas em tais manifestações. O sentido simbólico dessas concepções religiosas forjava visões de mundo em que se unia ritmo e reza num universo comum de atuação ritual para

---

<sup>287</sup> REIS, João José. *A morte é uma Festa*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.p.60.



descendentes africanos e católicos europeus, ainda que com peculiaridades para cada um desses sujeitos.<sup>288</sup>

Embora expressassem valores e realizassem práticas distintas, as associações dançantes e carnavalescas formadas por operários do Jardim Botânico no final do século XIX pareciam aproximar as esferas festiva e fúnebre na forma como demonstravam a solidariedade para com os sócios dos espaços de lazer que faziam parte seus membros. Realizando então homenagens aos seus companheiros de folia falecidos incorporadas às suas associações dançantes e carnavalescas inventavam um meio de expressar solidariedade para com os componentes de seu grupo, de forma bastante particular.<sup>289</sup>

A forte presença de rituais de caráter fúnebre em alguns estatutos das associações dançantes e carnavalescas não era apenas uma herança da sociedade imperial. Como vimos, constava em alguns estatutos a realização de missas e homenagens no dia de finados, portanto, celebrações católicas. Este não era um mero acaso. Chamava a atenção a quantidade de pessoas que se declaravam católicos na freguesia da Gávea, segundo o censo de 1890, quando já estavam instaladas as fábricas Carioca e Corcovado, portanto, habitando o bairro significativa quantidade de operários. Das 4.696 pessoas que residiam na freguesia da Gávea, 4.616 se declaravam católicos romanos, enquanto nenhuma se declarava católico ortodoxo.<sup>290</sup>

Não é de se estranhar que o bairro tivesse o seu cotidiano marcado por eventos religiosos católicos, mostrando como seus moradores se aproximavam de tais práticas. No dia 27 de dezembro de 1896, a freguesia da Gávea comemorava o dia da padroeira da localidade, onde “Tocará em frente a igreja a excelente banda de música do Clube Musical Recreativo Carioca (..)”<sup>291</sup>

<sup>288</sup> REIS, João José. *A morte é uma Festa*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.p.60.

<sup>289</sup> A cemiterada foi um evento no qual grande parte da população baiana se revoltou contra a medida municipal cujos mortos não poderiam mais ser enterrados na igreja como de costume, sendo criado um cemitério público que seria administrado por uma companhia privada. Segundo Reis, as medidas que desencadearam a cemiterada ameaçavam assim noções tradicionais e mentalidade funerária da população baiana. Motivo pelo qual o movimento não se restringiu as irmandades, se alastrando por diferentes indivíduos sociais, dentre eles homens e mulheres, aristocratas e despossuídos, brancos e negros, libertos e até escravos. Contudo, cada um desses indivíduos teve suas próprias motivações e aspirações. (REIS, João José. *A morte é uma Festa*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.)

<sup>290</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

<sup>291</sup> “Gávea”, *Gazeta de Notícias*, 27 de dezembro de 1896.

Em outra festa promovida pela igreja Matriz N. S. da Gávea em homenagem ao Sagrado Coração de Jesus alguns anos depois, o articulista do *Correio da Manhã* afirmava que a participação da banda de música do Clube M. R. Carioca era recorrente em tais eventos.

“Às 4 horas da tarde sairá em procissão a bela imagem do Sagrado Coração de Jesus, que percorrerá a rua Jardim Botânico até a capela de S. José, sendo presidida pela banda de música da fábrica Carioca que tão gentilmente se tem prestado a acompanhar o Apostolado em suas manifestações de amor ao Sagrado Coração de Jesus.”<sup>292</sup>

De fato, a banda de música do Clube Carioca participava de eventos religiosos do bairro, indicando que muitos dos operários da companhia poderiam ser atraídos para o evento.

Dentre as práticas católicas realizadas no bairro destacavam-se aquelas relacionadas ao próprio tema da morte. Em 1902, o *Jornal do Brasil* sugeria a importância dos eventos fúnebres para grande parte da população da cidade noticiando que,

“A concorrência a esses lugares santos [os cemitérios] tem sido enorme. Todas as companhias de bondes aumentaram o número de seus carros, que trafegam constantemente apinhados de pessoas que vão orar pelos mortos queridos e depositar flores sobre suas sepulturas”<sup>293</sup>.

Ainda que não fosse algo específico do Jardim Botânico, como é possível observar através do *Jornal do Brasil*, essa questão era objeto de interesse dos trabalhadores que ali habitavam. O *Jornal do Brasil* noticiava também no mesmo ano que “foi imponente a romaria organizada no domingo pelos operários das fábricas Carioca e São Felix” naquele ano.<sup>294</sup> As homenagens aos companheiros falecidos realizadas pelos trabalhadores locais destacavam-se na folha mostrando como esse evento tinha especial relevância para eles.

Não é assim difícil encontrar anúncios nos jornais contemporâneos sobre eventos voltados para a alma dos mortos. Era o caso, por exemplo, do *Jornal do Brasil* que publicou na seção “Avisos religiosos” um anúncio convocando os

<sup>292</sup> “Gávea”, *Correio da Manhã*, 14 de junho de 1902.

<sup>293</sup> “Mortos”, *Jornal do Brasil*, 3 de novembro de 1902.

<sup>294</sup> “O operariado”, *Jornal do Brasil*, 5 de novembro de 1902.

moradores do bairro para a missa “pelas almas dos falecidos nesta freguesia”, em véspera do dia de finados.<sup>295</sup> Era especialmente marcante as celebrações de finados para grande parte dos moradores do Jardim Botânico, assim como mostravam-se importantes em alguns estatutos de clubes recreativos formados por operários locais.

Entretanto, o fato de que muitos desses operários frequentassem os eventos católicos e praticassem tais ritos não significa que esta era a única expressão religiosa no bairro e tão pouco excluía a possibilidade de realizar outras em paralelo. Cleia Schiavo registrou em uma crônica sobre as memórias do seu avô, de nome Schiavo Luiz Natálio, quando este trabalhou como operário na fábrica de tecidos Carioca durante a primeira década do século XX, “que a população envolvida com as coisas do sobrenatural” encontrava pelas bandas da Lopes Quintas “o apoio de uma mãe-de-santo.” Uma das filhas do italiano Schiavo Luiz Natálio com a mestiça Idalina Mendes, que era também operária da fábrica Carioca, chegou a atuar como mãe de santo no largo do Pedregulho, quando a família já havia se mudado da Gávea.<sup>296</sup>

As celebrações fúnebres realizadas nas associações de lazer formadas por operários locais não deixavam assim de expressar valores culturais, hierarquias sociais e concepções religiosas distintas, como parte da experiência mais ampla dos membros no bairro. Mas também expressavam um sentido simbólico na valorização da morte a partir dessas diferentes concepções nas suas associações de lazer, que estava relacionado a força dos laços religiosos na construção das experiências e identidades na localidade.

### 3.2 De olho nos vivos

Diante da força dos laços religiosos na sociabilidade entre os operários da localidade e, especialmente, da importância que a morte tinha para os mesmos, não parece tão surpreendente a sua preocupação cotidiana com relação aos rituais funerários, expressa de maneira aberta em suas associações de lazer. No dia 30 de novembro de 1902, a *Gazeta Operária* noticiava na coluna “Notas fúnebres” um evento que evidenciava de forma clara a relação estabelecida entre tais rituais

<sup>295</sup> “Avisos religiosos”, *Jornal do Brasil*, 1 de novembro de 1905.

<sup>296</sup> WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Notas para a construção de uma crônica familiar na cidade do Rio de Janeiro*. Revista Logos. Ano7, n. 13. 2 de setembro de 2000. P.69

funerais e seus espaços de lazer. O Sr. Luiz Barbosa, escriturário da sessão de panos da fábrica Carioca, que no início do século XX atuava como militante socialista e junto aos diversos clubes dançantes da região, havia comparecido ao enterro do afilhado de Fortunato Faria Machado, maquinista da fábrica São Felix – ao qual também compareceram Alfredo Barbosa e o jovem operário Juvenal da Mota, ambos integrantes do clube Flor da Gávea e operários da mesma fábrica.<sup>297</sup> O próprio Fortunato Faria Machado era membro do Flor da Gávea, compondo o quadro administrativo e exercendo o cargo de 1º secretário em 1906, sendo que em 1907 já obtinha o título de secretário de honra da mesma sociedade.<sup>298</sup> Nesse evento, apenas mulheres haviam carregado o caixão da criança, dentre elas, a esposa de Alfredo Barbosa, a operária da fábrica S. Felix Laudelina Barbosa. Embora fossem membros do conhecido grupo dançante Flor da Gávea, o caixão foi coberto com a bandeira de um tal grupo carnavalesco chamado Felix da Gávea, provavelmente, formado por tecelões da fábrica que Fortunato Faria e os companheiros que estiveram no enterro trabalhavam, a fábrica S. Felix. Através do evento fúnebre, a identificação com o clube em questão aparece como algo marcante - tanto para identificar as redes de relação do morto, que mobilizou companheiros deste grupo e de outros grupos de lazer da localidade, quanto para garantir o apoio necessário a família.

O ímpeto associativo voltado para o carnaval e para a dança se desenvolvia, desse modo, em paralelo a uma atenção cuidadosa em relação aos atos fúnebres. Não era um acaso, por isso, que constasse em muitos de seus estatutos a obrigação de hastear a bandeira sempre que um associado viesse a falecer. Segundo as determinações de seus estatutos, tratava-se de uma preocupação constante no seu dia a dia, que parece explicável frente às péssimas condições de vida e trabalho dos operários, que potencializa a possibilidade de acidentes nas fábricas ou o contágio de doenças. Em 1903, um operário que trabalhava em uma das fábricas situada na Gávea havia mandado uma carta anônima ao jornal *Brasil Operário* dizendo que

“(...) ainda a poucos uma daquelas laçadeiras vazou a vista de uma daquelas pobres vítimas do trabalho, quanto a cabeças quebradas, sangue pela boca motivada pelo toque violento dado nos peitos, nem se deve falar, porque são quase que diárias.”<sup>299</sup>

<sup>297</sup> “Notas fúnebres”, *Gazeta Operária*, 30 de novembro de 1902.

<sup>298</sup> “Carnaval de 1906”, *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1906.

<sup>299</sup> “Fábrica de tecidos Corcovado: injustiças”, *Brasil Operário*, 16 de julho de 1903.

São inúmeros os casos noticiados na imprensa de acidentes que decorriam das péssimas condições de trabalho em tais estabelecimentos fabris noticiados em diferentes jornais da capital federal e reclamadas pelos próprios trabalhadores.

A morte passava assim a se constituir num drama central da vida do trabalhador. Em artigos fixados nos seus estatutos e práticas, como as realizadas nas associações dançantes, evidencia-se a preocupação dos operários que compunham esses clubes da região do Jardim Botânico para com os sócios falecidos e suas famílias – que passavam a ter em tais associações um apoio importante para um dos momentos de maior dificuldade na vida de trabalhadores de baixa renda.

Muito diferente daquelas associações era o tratamento dado a essa questão pelo Clube dos Travessos. Este havia sido criado no dia 22 de março de 1915, mantinha sua sede na freguesia da Gávea, e era ainda composto de “sócios do sexo masculino”. Constava entre um dos seus objetivos no estatuto “proteger modicamente os sócios, quando sem recursos achar-se gravemente enfermos, inválidos ou em avançada velhice.” Além disso, outro artigo especificava que “fica o clube autorizado a fazer empréstimo entre os sócios (...)” Mostrava-se, particularmente, marcante a propostas de diferentes atividades voltadas para a assistência dos seus membros, como a empréstimo e proteção dos sócios enfermos, inválidos e idosos”.<sup>300</sup> Em contraste com o Flor da Gávea e o Flor dos Amantes da Gávea, que só mantinham nos seus estatutos práticas simbólicas de solidariedade para com os sócios, o Clube dos Travessos realizava atividades de caráter mutualista para seus membros relacionadas às questões de saúde e morte.

Viscardi e Jesus observaram que um dos motivos da intensidade da assistência em cada associação dependia dos recursos disponíveis e poder aquisitivo de seus membros.<sup>301</sup> Esta é uma pista para tentarmos entender porque esse é o único estatuto encontrado de clubes dançantes e carnavalescos localizados no Jardim Botânico que registrava tão enfaticamente a dedicação à assistência de seus sócios no momento da morte de seus companheiros de lazer e familiares.

Um primeiro indício é a contribuição que deveria ser feita para compor os quadros sociais do clube. Constava entre os critérios de admissão dos mesmos que

---

<sup>300</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 563.

<sup>301</sup> FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. “Mutualismo, Esquerdas e cidadania”. In: *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

aqueles que quisessem ingressar na associação deveriam pagar 20\$000. Destes, 10\$000 de joia, 5\$000 de diploma e 5\$000 de mensalidade. Em contraste, aqueles que desejassem fazer parte do Grêmio Carnavalesco Mistério do Amor localizado à rua Dias Ferreira na freguesia da Gávea, em 1918, pagariam 3\$000 de joia e 2\$000 mensalidade.<sup>302</sup> Se compararmos esse valor com as contribuições que os componentes da Sociedade Carnavalesca Rainha das Flores, com sede também à rua Dias Ferreira, em 1919, realizariam para integrar o clube (1\$000 de mensalidade e 2\$000 de joia),<sup>303</sup> é possível perceber uma discrepância de valor ainda maior em relação ao Clube dos Travessos. Embora o estatuto aprovado em 1917 desse clube afirmasse que o número de sócios era ilimitado, o alto valor da mensalidade e joia que deveriam pagar limitava a entrada de certos indivíduos no clube. Acontece que esse é um indício de que seus sócios não compartilhavam do perfil social dos sujeitos que participavam das associações formadas por trabalhadores locais, como o Mistério do Amor e Rainha das Flores.

Não era somente o valor da joia e mensalidade cobrada para ingressar no Clube dos Travessos que mostra como sua associação tinha um perfil distinto daquelas formadas por trabalhadores locais. Segundo a *Gazeta de Notícias*, o clube formado por “distintos rapazes” pretendia concorrer com “os três grandes clubes” no carnaval de 1915.<sup>304</sup> Referindo-se ao Tenentes do Diabo, Democráticos e Fenianos, formados por indivíduos abastados economicamente e socialmente da cidade, o articulista do jornal buscava evidenciar o prestígio daquele clube entre seus pares, distinguindo-os das associações compostas por trabalhadores de baixa renda, como os sócios que integravam o Mistério do Amor e Rainha das Flores, por exemplo.

O fato de que os sócios do Clube dos Travessos tivessem um perfil muito distinto dos trabalhadores da localidade, reunindo homens de condição financeira e status social elevado, contribuía para que o tratamento dado a questão da morte fosse bastante distinto daqueles sujeitos. Tais preocupações com os rituais fúnebres não se expressam nos estatutos das associações formadas por trabalhadores de forma objetiva, por meio de ações mutualistas, como o auxílio para enterros ou a proteção às famílias desamparadas. Era por intermédio de uma

---

<sup>302</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 693.

<sup>303</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 693.

<sup>304</sup> “Bailes diversos”, *Gazeta de Notícias*, 4 de abril de 1915.

lógica propriamente religiosa, explícita no comparecimento a esses rituais, que tal preocupação se configurava de forma mais clara. O simbolismo expresso em tais gestos é um indício de que uma dimensão possível de construção de solidariedade constituída por esses operários tinha fundamento nas suas tradições e costumes. Nesse sentido, a suposição de que a atenção para com o tema da morte nesses espaços de lazer se relacionava, em especial, aos problemas ligados às condições materiais dos trabalhadores, como sugerem Viscardi e Jesus,<sup>305</sup> não basta para explicar a centralidade do tema para esses trabalhadores do Jardim Botânico.

Talvez a emergência de uma expressão simbólica de solidariedade entre os membros dessas associações dançantes e carnavalescas lhes parecesse mais viável pela impossibilidade de manter financeiramente práticas de auxílio mútuo, comprometendo-se formalmente em seus estatutos. Contudo, os artigos presentes nesses documentos não excluía a possibilidade de que realizassem práticas mutuais mesmo nos momentos difíceis de morte de um familiar ou companheiro de lazer.

Entretanto, a própria realização dessas ações simbólicas na hora da morte ligava-se a lógica mutualista na medida em que estabeleciam redes de auxílio a partir das solidariedades gestadas nas próprias associações dançantes. O fato é que a questão da morte tornava-se significativamente importante na experiência coletiva dos trabalhadores do bairro, fazendo de seus espaços de lazer uma forma de garantir apoio quando surgiam dificuldades – em especial na morte, acionando sua rede de solidariedade na expressão dos que compareciam ao enterro e prestavam homenagens.

### 3.3 O Dia de Finados e os trabalhadores locais

O jornal *Gazeta Operária*, fundado em 1902 e destinado à propaganda socialista, buscava se aproximar do cotidiano dos operários e inserir temas de seu interesse, publicando assim uma matéria sobre os preparativos de um grande evento no dia 2 de novembro:

“Os incansáveis companheiros da fábrica Carioca, a quem exclusivamente se deu toda a propaganda que se tem feito no Jardim

<sup>305</sup> FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. “Mutualismo, Esquerdas e cidadania”. In: *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Botânico para que no próximo dia 2 de novembro se realize a romaria ao túmulo do saudoso operário Mariano Corrêa e outros, no cemitério de São João Batista, não têm poupado esforços para que esse ato de justa homenagem prestada aos companheiros mortos tenha a imponência necessária.”<sup>306</sup>

A nota do jornal operário comunicava que os trabalhadores do Jardim Botânico fariam um grande evento que aconteceria no próximo mês, e ainda convocava os operários das três maiores fábricas ali existentes, buscando abranger parte significativa da força de trabalho local. O evento consistia numa romaria feita para homenagear o operário Mariano Corrêa e outros companheiros mortos, no dia 2 de novembro - portanto, dia de finados. As fontes disponíveis não especificam quem era o operário homenageado, o que dificulta uma avaliação mais precisa sobre a motivação desses indivíduos em empreender a celebração que levava o nome dele. É possível supor que a situação em que faleceu o operário influenciou na mobilização de parte significativa da força de trabalho do bairro.

O fato, porém, é que notas como essa, ocuparam as páginas do jornal durante parte do mês de setembro e todo o mês de outubro, buscando mobilizar os trabalhadores locais. Quando realizado o evento, um articulista da *Gazeta Operária* estimou em 4 mil pessoas presentes, ressaltando a significativa quantidade de operários que compareceram a romaria para celebrar o dia de finados naquele ano e o interesse que despertou entre os mesmos.

Estes haviam saído da localidade 13 hora em quatro bondes reservados especialmente para levá-los ao cemitério S. João Batista. O programa contava com quatro pontos: “1º- ponto inicial da reunião dos companheiros operários, imprensa, associação etc. à Rua da Escola, residência da família do pranteado companheiro Mariano Correa.”; “2º- Partindo ½ dia para o cemitério S. João Batista sendo visitado o túmulo de Mariano Corrêa, e depositado no mesmo, pelo companheiro Augusto Sande Ferreira, uma grinalda, sendo por essa ocasião concedida a palavra às pessoas que desejarem fazer uso dela”; “3º- Visita ao túmulo dos companheiros Marcos Miguel Augusto, Manoel José de Faria, Gabriel da Silva, José [Odorio] da Cunha, Lucas Menas, João dos Santos, José Anselmo,

---

<sup>306</sup> “Romaria Mariano Correia”, *Gazeta Operária*, 26 de outubro de 1902.



Affonso Leal Marins e do operário Júlio Jacob”; “4º- Conclusão, pangérico dos companheiros falecidos pelos Srs. Deputado Heredio de Sá e Amadeu Silva.”<sup>307</sup>

Estiveram presentes o deputado Heredio de Sá, e também o diretor da *Gazeta Operária*, sr. Mariano Garcia.<sup>308</sup> O evento contou com o discurso de outro nome bastante conhecido, o famoso advogado Evaristo de Moraes.<sup>309</sup> Com atuação jurídica e política destacada desde o início da década de 1890, ele orientava as agremiações em procedimentos legais e prestava assistência jurídica. Contudo, foi a partir de 1903 que sua atividade junto aos trabalhadores em sindicatos ficou mais intensa, ganhando maior visibilidade. Passou ampliar sua atuação, participando de negociações com os patrões, assembleias, assistência aos grevistas presos, e ainda escrevia uma coluna no jornal *Correia da Manhã*.<sup>310</sup> A presença de tão ilustres convidados marcava a amplitude do evento que reunia grande quantidade de operários, e mostrava ainda a estreita ligação de alguns trabalhadores do bairro com destacados militantes socialistas no começo do século XX.

Com diversas etapas bem definidas, a romaria reunia diferentes sujeitos e grupos, como os operários locais, imprensa, autoridades policiais e militantes socialistas, transformando o evento numa oportunidade de comunicação entre os mesmos a partir da visibilidade e atenção dada ao evento em homenagem aos seus companheiros falecidos. Pelo menos em tese, seria “concedida a palavra às pessoas que desejarem fazer uso dela”, até mesmo qualquer trabalhador ali presente, indicando a tentativa de fazer daquele evento um espaço em que o mais humilde operário se sentisse parte e representado.

Não era, porém, despropositada essa iniciativa, já que a própria comissão organizadora do evento buscava reivindicar a prática como uma tradição operária, ou seja, que interessava diferentes trabalhadores.

“Nos, operários, que uma força nos impele: a do Dever e do Direito, nós que desprendemos afoitos os nossos voos pelo mundo nebuloso dos ideais, na romaria de hoje e pela ideia que nos congraça, patenteamos o valor e grandeza das nossas tradições.

<sup>307</sup> “Jardim Botânico”, *Gazeta Operária*, 1902.

<sup>308</sup> “O operariado”, *Jornal do Brasil*, 1902.

<sup>309</sup> “O operariado”, *Jornal do Brasil*, 1902.

<sup>310</sup> MENDANÇA, Joseli Nunes. “Evaristo de Moraes: militância política na história da vida” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão.(org.) *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

[...] Este culto que redemos, suscita duas perguntas: que alcance tem perante a mentalidade moderna e que títulos exige para sacrificar aqueles que recebem as nossas aclamações?

A homenagem a esses pranteados companheiros, tem como todas as iniciativas d'esta natureza, a mesma significação-moral e científica.

Moral, porque é nas tradições altivas do passado que nós operários, bebemos a energia para a luta e a fé que nos garante a vitória, científica porque essa homenagem, traz como que como uma auréola formada pela luz verdade suprema: a lei da evolução.

[...] A romaria que se verifica d'aqui a poucas horas, deve encher de justo desvanecimento e satisfação indizível aos companheiros verdadeiramente inspirados nas ideias e sentimentos deste século.

[...] Porque são o reconhecimento colhido na eloquência dos fatos, que não mente, na lógica da historia que não engana.

Descansai, pois companheiros, que continuaremos na gloriosa causada, da conquista dos nossos diretos. Descansai em paz, que essa Humanidade, diante de nossos exemplos de valor fortalecidos pela Razão, guiada pelo homem moderno, ha de erguer o edifício social ao nível do ideal.

[...] Curvemos a cabeça ante a luz irradiante que nos vem dos túmulos de todos os nossos irmãos de sacrificios!”<sup>311</sup>

O fragmento mostra-se importante para acompanhar a relação que se estabelecia entre os operários presentes no evento e os ritos funerários. A comissão buscava justificar a realização da romaria identificando a relevância que as suas práticas tinham para grande parte dos operários locais, associando às ideias de ciência e moral. Como observou Schmidt, tais ideias constituíam a base de atuação dos partidários do socialismo no período. Segundo o autor, no contexto do começo do século XX, o socialismo era entendido pelos adeptos da ideologia como parte de um processo de evolução, em que a regeneração moral da sociedade cumpriria um papel gradual do desenvolvimento socialista.<sup>312</sup> De fato, alguns membros da comissão estavam envolvidos com esse universo. Era o caso de Luiz Barbosa, operário da fábrica Carioca, e o companheiro João Bluck, que atuavam no Centro das Classes Operárias, como destaquei no primeiro capítulo.

Ao empreenderem o esforço de legitimar a realização da romaria, os membros da comissão construía uma narrativa que se aproximava da argumentação da doutrina socialista, contudo, inovava ao reconhecer as tradições como meio de obter as vitórias dos trabalhadores. O envolvimento com o movimento operário fazia com que os integrantes da comissão vissem no

<sup>311</sup> “Romaria Mariano Correa”, *Gazeta Operária*, 28 de outubro de 1902.

<sup>312</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República”. In: *Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

socialismo um projeto para o futuro; entretanto, se suas tradições remetiam ao passado, era através destas que eles enxergavam uma estratégia de luta para o presente. Entendiam que o culto era uma forma de afirmar a luta entre os operários, não apenas pela lembrança de seus companheiros, mas principalmente pela prática ritual de homenagem aos mortos.

Para os organizadores da romaria, a realização do evento baseava-se em costumes compartilhados pelo operariado local, que constituiria uma forma de articular os trabalhadores para a luta social. Era por dentro dessa lógica que viam na romaria um meio de propagandear o socialismo e criar a consciência entre os companheiros. Tentavam assim atingir os trabalhadores locais com suas ideias e práticas políticas através daquilo que reconheciam como uma tradição operária. A força dos rituais funerais para os trabalhadores do bairro se ligava a inserção do ideário socialista ali, que defendia suas ideais de evolução a partir da valorização da tradição religiosa, e que acabava aproximando os militantes socialistas de fiéis católicos e outras religiões, como às afro-brasileiras.

O próprio jornalista da *Gazeta Operária* publicou suas impressões sobre o evento evidenciando a força do evento: “É indiscutível o que observamos em todas as fisionomias, que consternados contemplavam o túmulo de seus irmãos de sacrifícios.”<sup>313</sup> Ao enfatizar a solidariedade entre os operários ligando aos sacrifícios compartilhados por eles, o periódico destinado a propaganda socialista deixava entrever um aspecto de grande importância para os próprios operários. Organizavam um evento fúnebre mobilizando trabalhadores de toda a região, que tinha na expressão de uma lógica propriamente religiosa a sua força e numa forma de organização específica a formula do sucesso.

Uma pista para tentar compreender esse grande interesse de parte significativa da mão de obra local que compareceu ao evento, são os próprios grupos que se fizeram representar. A *Gazeta Operária* e o *Jornal do Brasil* noticiavam que havia comparecido a romaria as “comissões do Clube Diamantinos da Gávea, dos grupos Clube Chuveiro de Ouro, Flor da Gávea e famílias diversas de operários.”<sup>314</sup>

Ao marcarem presença no evento fúnebre, os clubes dançantes atraíam seus sócios em procissão para a romaria. Para a maioria dos trabalhadores

---

<sup>313</sup> “Romaria Mariano Correa”, *Gazeta Operária*, 9 de novembro de 1902.

<sup>314</sup> “Romaria Mariano Correa”, *Gazeta Operária*, 9 de novembro de 1902.

presentes no evento, dos quais muitos poderiam compor tais associações de lazer, este era uma oportunidade de exercer suas práticas culturais, ganhando até visibilidade e reconhecimento de outros setores, como a grande imprensa e o próprio movimento operário.

Não é de se estranhar que a maioria dos organizadores da romaria mantivessem estreitas relações com clubes e outras associações recreativas do bairro. Era o caso de Odorico Luiz Siqueira de Lima, sócio do Chuveiro de Ouro que participava da diretoria do clube em 1901<sup>315</sup> e exercia o cargo de presidente em 1915.<sup>316</sup> Entre os organizadores do evento constava também o relator do clube Flor da Gávea de nome Alfredo Silva, além de Joaquim José Rodrigues associado ao Flor da Carioca, Honório de Figueiredo que era sócio e amador da Sociedade Recreativa Pessoal da Fábrica Corcovado, e primeiro secretário em 1901 do Diamantinos da Gávea.<sup>317</sup> Havia ainda Alfredo Barbosa, que em 1900 foi tesoureiro do Flor da Gávea<sup>318</sup>, 1902 era secretário do mesmo clube<sup>319</sup> e sócio benemérito do clube Flor da Carioca.<sup>320</sup> Em uma comissão composta por 11 operários do bairro, 7 eram ligados a alguma associação dançante e recreativa. Ressalte-se a presença maciça de integrantes dos clubes locais, o que poderia motivar muitos de seus sócios a comparecer ao evento.

O próprio militante Luiz Barbosa, que compunha a comissão da romaria, mantinha vínculo com diferentes clubes. Por exemplo, exercia a função de orador oficial do Clube M. R. Carioca<sup>321</sup>, era também sócio benemérito do Flor da Gávea e Flor da Carioca alguns anos depois.<sup>322</sup> O Sr. Luiz Barbosa é um caso exemplar no bairro da Gávea, atuando no sentido de articular a ideologia política do qual era adepto às práticas sociais dos operários no bairro. Mas também podemos destacar outro reconhecido militante socialista, o sr. João Blunck, que em 1901 compunha

<sup>315</sup> “Grupo Carnavalesco Chuveiro de Ouro”, *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1900.

<sup>316</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 597.

<sup>317</sup> “Clube Carnavalesco Diamantinos da Gávea” *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1901.

<sup>318</sup> “Os grupos”, *Jornal do Brasil*, 28 de fevereiro 1900.

<sup>319</sup> “Festas operárias”, *Gazeta Operária*, 16 de novembro de 1902.

<sup>320</sup> “Grupo Carnavalesco Flor da Gávea”, *Jornal do Brasil*, 24 de fevereiro 1906.

<sup>321</sup> “Festas Operárias”, *Gazeta Operária*, 28 de setembro de 1902

<sup>322</sup> “S. C. Flor da Carioca”, *Jornal do Brasil*, 11 de fevereiro de 1907. Erika Arantes identificou a existência de diversos foliões militantes entre os trabalhadores da Zona Portuária durante o mesmo período. A autora argumentou que tanto as associações recreativas como as sindicais marcaram a experiência de articulação e organização daqueles sujeitos, construindo sua identidade como trabalhadores.<sup>322</sup> Passar pra nota, mostrando eu não era peculiaridade da Gávea.

a diretoria do Chuveiro de Ouro.<sup>323</sup> O associativismo recreativo não se deu, portanto, à margem do associativismo sindical.<sup>324</sup> A peculiaridade do bairro, porém, era o tipo de posição militante que alguns indivíduos tomariam, e o modo pelo qual isso se relacionava a experiência desses trabalhadores.

Mas não era apenas em relação às atividades voltadas para a morte que esse posicionamento se mostrava relevante já que a realização das atividades políticas no bairro também contavam com a atuação desses indivíduos. Em fevereiro de 1907, houve uma reunião na Sociedade Carnavalesca Recreativa Flor da Gávea, sob a convocação e presidência de Luiz Barbosa, para deliberar sobre a “organização das chapas operárias para candidatos a intendentess municipais”. O sr. Luiz Barbosa, escriturário da sessão de panos da fábrica Carioca, organizava o evento desempenhando um papel importante na articulação política do bairro. Como vimos, em 1902 era um destacado militante do Centro das Classes Operárias e durante as duas primeiras décadas do século XX mantinha relações com diferentes grupos recreativos e carnavalescos da localidade. Não seria nenhum acaso então o fato de que a reunião fosse realizada na sede de um clube como esse. Mais significativo era a presença de representantes de associações de lazer formadas por trabalhadores locais no evento. Além do “(...) grande número de operários”, estiveram presentes “elementos dirigentes das sociedades Flor da Gávea, Chuveiro de Ouro, Flor da Carioca e outros.” Interessa perceber em outro sentido que, embora não fosse uma das atividades privilegiadas no estatuto e no cotidiano dessas associações, a prática estritamente política também estava entre as preocupações de alguns dos seus sócios, como os próprios membros das diretorias de clubes de lazer presentes no evento realizado em 1907. A associação recreativa convertia-se assim em um espaço de articulações mais amplas entre os sócios do clube e outros moradores da localidade, fossem recreativas ou políticas. Do mesmo modo, a ligação de destacados operários, como Luiz Barbosa, com tais clubes sugere a sua importância na articulação de tais redes de relações para a

---

<sup>323</sup> “Grupo Carnavalesco Chuveiro de Ouro”, *Jornal do Brasil*, 8 de outubro de 1900.

<sup>324</sup> Erika Arantes identificou a existência de diversos foliões militantes entre os trabalhadores da Zona Portuária durante o mesmo período. A autora argumentou que tanto as associações recreativas como as sindicais marcaram a experiência de articulação e organização daqueles sujeitos, construindo sua identidade como trabalhadores. Arantes observou que essa relação se estabelecia através do sindicato de resistência, composto por maioria de trabalhadores negros, bastante distinto de como se dava no Jardim Botânico. (ARANTES, Érika Bastos. O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. Niterói: UFF, Tese (Doutorado), 2010).

realização de eventos políticos que contavam com a presença de sócios dos mesmos.

Desse modo, era na condição de representante legítimo dos interesses dos trabalhadores do bairro, que homens como Luiz Barbosa organizavam a romaria, na qual chegou a fazer um discurso diante dos túmulos visitados. Era, portanto, através da luta operária mas também no cotidiano recreativo que tais sujeitos conquistavam esse lugar.

A sociabilidade decorrente das relações cotidianas nos clubes demonstra que, por mais que tivessem no lazer seu foco, estes sujeitos se associavam com objetivos que faziam do seu divertimento uma forma de criar laços de solidariedade e identidade mais amplos. A prática fúnebre, prevista no estatuto dos clubes dançantes de associações localizadas no Jardim Botânico ou mesmo experienciada por aqueles que preferiram não registrar essa prática em seu estatuto, como o próprio Chuveiro de Ouro<sup>325</sup>, se afirmava entre os operários como uma possibilidade de expressar suas visões de mundo, e nesse sentido, construía e afirmavam valores e costumes compartilhados. E os clubes dançantes tinham um papel fundamental nesse processo de organização entre os operários do bairro. Mesmo que o sentido atribuído a tais manifestações pudesse ser diferente para os trabalhadores, levando em consideração que sua composição era bastante diversificada. Em certas situações, as associações recreativas convertiam-se em espaços de negociação de suas diferenças, possibilitando que diferentes sujeitos se juntassem no momento que julgavam oportuno, como a própria romaria.

Os clubes dançantes e carnavalescos do Jardim Botânico convertiam-se em espaços que a religiosidade e os rituais fúnebres ganhavam especial força entre aqueles operários, revelando assim um caminho de construção de solidariedade entre os trabalhadores locais bastante peculiar. Forjou-se a possibilidade de manifestação dessa solidariedade por meio das redes de sociabilidade criada nesses espaços de lazer, que pareciam não se restringir aos limites das sedes sociais de seus clubes. E a importância que aqueles socialistas davam a tradição e aos trabalhadores mortos, reverenciados como mártires da luta operária, reforçava a força dos rituais voltados para as questões de morte naquele mundo social, que

---

<sup>325</sup> *Arquivo Nacional*, GIF 6c 250.

convergência com interesses mais amplos dos trabalhadores locais – ajudando a explicar a presença dos clubes dançantes na ocasião.

A morte era assim um tema sensível a experiência de construção de solidariedade entre os membros dessas associações de lazer da Gávea, – seja por motivos práticos ligados à sobrevivência, por razões simbólicas relacionadas à religiosidade, ou por razões políticas expressas na força que o socialismo ganhava ali através da atuação de lideranças da comunidade, como Luiz Barbosa.

### 3.4 De volta à greve

Como vimos de início, o caráter violento da paralisação dos operários da fábrica de tecidos Carioca ligava-se exatamente à proibição de que comparecessem ao enterro da filha de um companheiro, despertando entre os mesmos uma sólida rede de solidariedade. Assim notava um articulista do *Jornal do Brasil* ao noticiar que “houve grande descontentamento por parte dos operários e a fábrica em peso foi solidária com os companheiros prejudicados”.<sup>326</sup> O jornal *A Razão* também enfatizou esse aspecto publicando que os operários prestaram “toda sua solidariedade, retirando-se todos do recinto da fábrica.”<sup>327</sup> O problema refere-se, assim, ao modo pelo qual puderam eles se articular, numa rede de solidariedade tão forte e eficaz através do seu associativismo dançante e carnavalesco. Vejamos então como se desenrolaram os acontecimentos durante a greve dos empregados da Companhia Carioca.

Ouvido pela *Gazeta de Notícias*, o diretor da fábrica chamado Alfredo Oliver, enfatizou que a produção na fábrica Carioca estava atrasada, porque segunda-feira havia sido feriado. Além disso, no dia seguinte os operários obtiveram a licença para acompanhar o enterro do tesoureiro do Clube Musical, com a condição de voltarem ao trabalho após a cerimônia, o que não aconteceu, pois a maioria dos operários não cumpriu essa medida. Na quinta-feira a filha de um operário da sessão de tinturaria havia falecido, sendo solicitado mais uma vez a licença dos operários para acompanhar o enterro. O mestre geral não concedeu licença a todos, segundo o diretor, permitindo apenas que dois operários de cada sessão acompanhassem a cerimônia.<sup>328</sup>

<sup>326</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>327</sup> “A greve na Carioca”, *A Razão*, 6 de janeiro de 1917.

<sup>328</sup> “A greve na companhia Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 9 de janeiro de 1917.

O testemunho do diretor do estabelecimento indica que a própria possibilidade de realização desses rituais fúnebres era uma questão cotidiana a ser negociada entre a diretoria e os operários, o que acabava constituindo uma dinâmica bastante conflituosa. Naquela ocasião, porém, o diretor da companhia julgou que, diante do atraso que se encontrava a produção, cabia impor um ritmo mais forte de trabalho, o que levou a proibir a participação dos operários naquele evento fúnebre. Em contrapartida, para esses operários, este era um motivo suficientemente forte para que paralisassem o seu trabalho quando contrariada sua vontade. A dinâmica de conflito de interesses que se estabeleceu alimentou a própria articulação de sua solidariedade por meio das experiências de morte compartilhadas entre os operários, direcionando assim de forma particular sua mobilização política e daquele enfrentamento.

Seus critérios de mobilização se deram, desse modo, por meio de uma lógica que levou os operários da fábrica Carioca a reivindicarem o direito de realizar suas práticas culturais. Era, portanto, a própria realização daquele ritual que estava no centro da indignação dos operários. As crenças e valores que se expressavam na questão fúnebre, indicavam como a prática desse *costume comum* tinha força associativa entre os operários, capaz mesmo de mobilizá-los em solidariedade conjunta.

É possível perceber que esse elemento de solidariedade estava presente entre os operários de diferentes formas, revelando estratégias de expressão coletiva diversificadas e complementares.

Os operários acusados de agredirem o mestre geral Dixson prestaram depoimento na 21ª delegacia de polícia. Euclides Rosa afirmou não saber o motivo de sua demissão. Apresentava duas testemunhas de que não havia participado da agressão ao mestre geral, fornecendo seus nomes: Antonio Lopes e o caixeiro da cooperativa, de nome Manuel. Esclarecia ainda sua relação com os mestres:

“Não tem queixa nenhuma do mestre Dixson. Não lhe consta que os seus colegas de sessão, com exceção apenas da dos teares, que dizer ser ele indelicado para com os operários. Quanto ao mestre geral Preste, não sabe dar informação boas ou más, por não trabalhar com ele; e somente agora que ouviu más referências a seu respeito.”<sup>329</sup>

<sup>329</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1917.



Euclides Rosa não se comprometia e nem comprometia seus companheiros ao afirmar que não tinha queixas aos mestres. Além disso, o operário buscou justificar a ação dos demais que teriam agredido Myller em legítima defesa: “Vendo o mestre Dixson encaminhar-se para o quarto, com receio que lhe fosse buscar uma arma, os operários impediram-no. Dixson fugiu, descendo as escadas, perseguido por cerca de 100 a 150 operários que contra ele atiraram pedras, maçarocas, etc.” Por fim, Rosa afirmou “categoricamente não ter tomado parte não só nesse movimento como em outras que ali tem havido”.

O segundo depoente chamava-se Manuel Bernardo da Silva, “que narrou do mesmo modo o fato”. Destacou que tem “queixas do mestre Dixson, as quais datam de pouco, por fazer ‘falsidades’ aos companheiros e espancar as crianças”. As tais “falsidades” consistiam em punir com suspensão os menores que deixavam o serviço incompleto. Ainda quanto a relação entre os operários e os mestres,

“disse mais, que todos tem queixas do mestre Dixson. Quanto ao mestre geral Prestes nenhuma queixa tem, mais sabe que o mesmo não se dá com os seus colegas, ignorando porém o motivo”. No seu depoimento, “confessou ter tomado parte da última greve, porque o mestre da sua sessão dirigiu-se a ele chamando- o de ‘negro- moleque’...”<sup>330</sup>

O fato do mestre de sua sessão chamá-lo de “negro- moleque”, mostrou-se um motivo legítimo para aderir ao movimento paredista que ele se referia, indicando como a questão étnica estava presente entre operários de diferentes origens e os mestres, que eram de nacionalidade inglesa. Essa situação específica construía a racialização dessas relações, indicando outra dimensão do conflito.

Por fim, o operário Francisco Moreno,

“Ignora o motivo pelo qual foi dispensado, não tomou parte neste, nem outro qualquer movimento havido na fábrica. Não sabe a que atribuir o haver sido seu nome apontado como tendo sido um dos agressores, porque não tomou parte no movimento, como já afirmou, e porque é estimado por todos os seus colegas”.<sup>331</sup>

Esclarecia ainda que “do mestre Dixson não tem motivos de queixa. Somente depois da tal questão é que o declarante ouviu de alguns operários da

<sup>330</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1917.

<sup>331</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 12 de janeiro de 1917.

fiação, cujos nomes não se recorda, queixaram-se de Dixson, não sabendo explicar o motivo”.

De modo bastante semelhante, os três operários forneciam elementos de investigação muito gerais, não comprometendo nenhum de seus companheiros, e assim, impossibilitavam que algum operário fosse acusado. Desta forma, a solidariedade entre os operários se expressava em diferentes momentos durante a greve, porém, não de forma homogênea entre eles em todas as situações, tão pouco como um consenso entre os mesmos.

Ao completar nove dias em greve, a comissão de operários que representava os demais, acabou por resolver pelo retorno ao trabalho. Essa resolução desencadeou “uma nota interessante” no jornal *A Razão*:

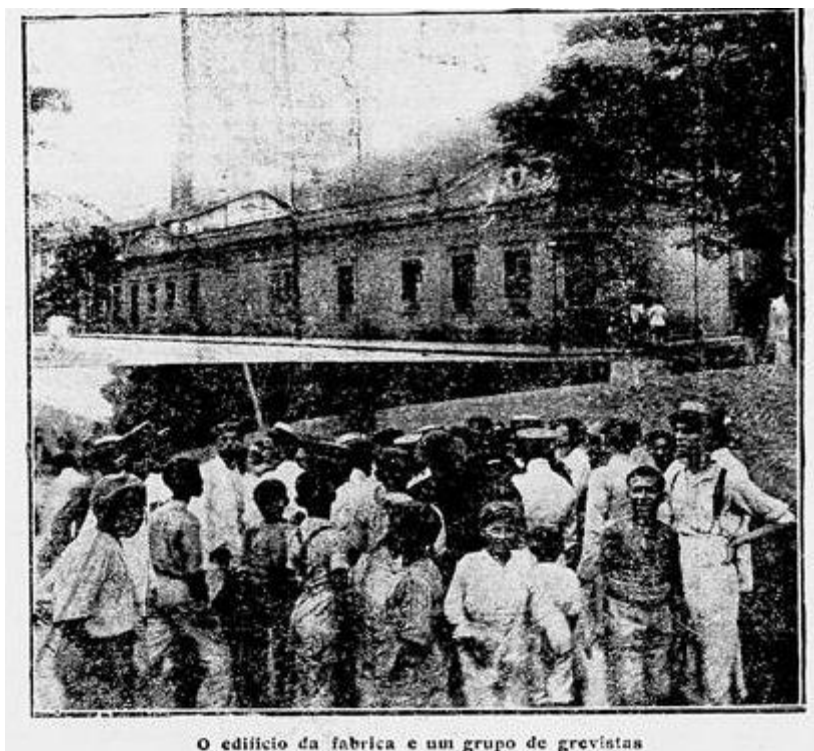
“(…) a alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto partindo da parte feminina das operárias da fábrica. Dir-se-ia que a mulher operária e as crianças estavam mais interessadas na continuação da greve, do que a população masculina da fábrica. E é por isso que os comícios de ontem tiveram mais interesse que os anteriores e o acordo deve fracassar.”<sup>332</sup>

O fato de que mulheres e crianças tenham se levantado em favor da continuação da greve, pode ter como um de seus fundamentos as suas próprias condições de trabalho que, os jornais apontavam, sendo estas ainda piores. Porém, essa não era a única questão presente nesse evento, pois a questão de gênero destacada pelo jornal aparecia entre as operárias da fábrica Carioca de modo bastante peculiar, assim como entre as crianças. O repórter do jornal apontava o possível fracasso do acordo firmado entre a diretoria e a comissão porque fábricas de tecidos, como a própria companhia Carioca, eram compostas em sua maioria por mulheres e crianças<sup>333</sup>, e o fato de que não quisessem voltar ao trabalho seria um impedimento para que se normalizasse a produção da Companhia.

De fato, a foto publicada pela *Gazeta de Notícias* na ocasião da greve dos operários da fábrica Carioca mostrava que, entre os grevistas, as crianças pareciam bastante numerosas.

<sup>332</sup> “A greve na Carioca”, *A Razão*, 9 de janeiro de 1917.

<sup>333</sup> MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.



O edifício da fábrica e um grupo de grevistas

Imagem 9- (“Os operários da fábrica de tecidos Carioca em greve”, *Gazeta de Notícias*, 6 de janeiro de 1917)

Na mesma matéria que noticiava que as crianças e mulheres não quiseram acatar a decisão da comissão encarregada de negociar com os diretores da fábrica, o articulista notou que esse fato chegou a refletir na atividade política do bairro, em que “os comícios de ontem tiveram mais interesse que os anteriores”, sugerindo assim a participação dessas mulheres e crianças nesse evento. Tal grupo expressava sua solidariedade para com os companheiros demitidos da fábrica, mas também entre eles próprios, o que mostra como o processo de articulação de solidariedade de classe entre eles se deu de forma conflituosa.

Entretanto, as previsões do jornal operário de que “o acordo deve fracassar” não se confirmaram, afinal no dia seguinte, o próprio jornal notificava que os operários, menores e as operárias retornaram ao trabalho.

Contudo, para alguns militantes anarquistas a greve havia sido encerrada prematuramente:

“Diremos agora dos operários que não agiram como deveriam ter agido. É necessário que o operário brasileiro se convença da indispensabilidade de arregimentação em associações de resistência por classes filiadas a

grandes federações, nos moldes da organização operária do velho mundo.<sup>334</sup>

O militante atribuía o término da paralisação, entendida como um fracasso, ao fato de que nenhuma associação tida como propriamente de classe houvesse organizado a parede. É possível perceber então que tipo de concepção de organização de classe o próprio militante expressava, cobrando uma postura mais direta dos trabalhadores. Os operários deveriam se organizar “em associações de resistência por classes filiadas a grandes federações”, como seus companheiros faziam no “velho mundo”. A tentativa de reproduzir a organização operária do “velho mundo” excluía outras formas de associativismo, como os próprios clubes dançantes que se mostravam especialmente importantes para os próprios operários quando articulavam seus rituais fúnebres à solidariedade construída naqueles espaços de lazer.

Segundo o jornal *O Imparcial*,

“O resultado dessa conferência, se não foi de todo favorável às pretensões dos grevistas, nem por isso deixou de revelar a maior tolerância por parte da diretoria da fábrica, que, depois de discutir os motivos que levaram seus subordinados a greve, resolveu retirar a autoridade que dera ao mestre geral, relaxar a suspensão dos três operários e deixando para resolver, posteriormente, sobre a reintegração dos operários demitidos.”<sup>335</sup>

Como é possível perceber através da nota, os empregados da fábrica Carioca não haviam conseguido que todas suas reivindicações fossem contempladas plenamente. Porém, conseguiam que algumas reclamações fossem atendidas, dentre elas, “retirar a autoridade que dera ao mestre geral”. Embora o mestre geral que motivou a confusão não tenha sido demitido<sup>336</sup>, os operários da fábrica conseguiam assim que aquela medida que proibiu alguns companheiros de comparecerem ao enterro fosse revista, ainda que o articulista atribuísse apenas à “tolerância” dos diretores da Companhia essa conquista parcial.

<sup>334</sup> “A greve na Carioca”, *A Razão*, 14 de janeiro de 1917.

<sup>335</sup> “A greve na Fábrica de Tecidos Carioca”, *O Imparcial*, 13 de janeiro de 1917.

<sup>336</sup> No ano seguinte a essa greve houve outro conflito entre os operários da fábrica Carioca e o mestre Eduardo Prestes. “O mestre Eduardo Prestes, da seção referida, apareceu para acalmar os ânimos e logo se viu cercado por mais de cinquenta operários, que aos gritos -“mata! Lincha! Lincha!”, o esmurraram desapiadosamente.” “O mestre Eduardo, que ficou bastante contundido, foi medicado na farmácia da fábrica e removido para a sua residência.” (“A eterna questão entre operários e mestres”, *Jornal do Brasil*, 17 de maio de 1918.)

As associações dançantes e carnavalescas tiveram um papel fundamental nesse processo de organização e mobilização entre os operários da localidade durante a paralisação grevista em janeiro de 1917. As redes de sociabilidade criadas naqueles clubes e sociedades, mesmo que restritas, foram capazes de se articular entre si, e também à experiência coletiva de caráter religioso diante da morte. Criavam assim costumes compartilhados entre os trabalhadores locais ao realizarem seus rituais funerários, fazendo com que houvesse a possibilidade desses indivíduos reconhecerem como parte de sua experiência e assim se mobilizar coletivamente.

Através desse episódio, os operários da fábrica Carioca mostravam, por dentro de sua cultura, a lógica de articulação de suas redes de identidade e solidariedade de classe – que os levava a se distanciar da expectativa dos militantes que compreendiam a organização e mobilização daqueles trabalhadores de modo eficaz apenas como fruto de formas de associativismo tidas como propriamente de classe, como os sindicatos. Ao privilegiar como objeto de pesquisa essa forma de atuação empreendida pela militância do movimento operário, alguns historiadores<sup>337</sup> mostraram uma compreensão do processo que considerava esse aspecto como aquele que de fato promovia a formação da classe trabalhadora. Ao contrário dessa perspectiva que via qualquer greve como desdobramento da disseminação da orientação anarquista no movimento operário, o caso dos operários da Carioca mostrava que aquela forma de mobilização se valeu também de outras formas de articulação de solidariedade e identidade - na medida em que foi através das redes tecidas nesses outros espaços que os trabalhadores viram a possibilidade e a necessidade de se mobilizar em defesa de seus costumes, articulando coletivamente elementos de sua experiência cotidiana.

---

<sup>337</sup> Ver: MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000; ADDOR, Carlos. “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República” In: *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

## Epílogo

Se o ano de 1917 começou marcado pela força da paralisação de janeiro entre os operários da Fábrica de Tecidos Carioca, não seria só por aquela greve que o ano se mostraria marcante para os trabalhadores do Jardim Botânico e da cidade. Por mais que tenha se chegado então a um acordo que levou a retomada do trabalho, o término da parede dos empregados da Companhia Carioca em janeiro de 1917 não representou o fim das tensões entre operários e patrões nas fábricas têxteis ali estabelecidas. Pelo contrário, era nos meses seguintes a essa primeira paralisação que estas tensões se mostrariam de forma mais clara e intensa.

Quatro meses após a greve na Carioca, outro episódio semelhante ocorreu na Fábrica de Tecidos Corcovado, com uma dimensão já mais ampla do que aquela de janeiro: em meio aos boatos de que os salários seriam diminuídos, ocorreu uma “discussão violenta” entre alguns operários e o mestre da sessão de tecelagem. Alguns operários foram demitidos, começando no início de maio outra greve entre os empregados desse estabelecimento.<sup>338</sup> Durante o tempo em que os operários da Corcovado estiverem em greve, os tecelões das fábricas Carioca e S. Felix decidiram apoiar os grevistas, o que foi caracterizado por um articulista da *Gazeta de Notícias* como “(...) uma manifestação de solidariedade de classe.”<sup>339</sup> Desse modo, a greve iniciada pelos operários da fábrica Corcovado acabou se desdobrando num movimento que arrebatou grande parte dos trabalhadores do Jardim Botânico. Havendo boatos até mesmo de que outras fábricas da cidade, como a companhia de tecidos Andarahy, iriam aderir ao movimento.<sup>340</sup>

Um repórter da *Gazeta de Notícias* constatava o apoio de outros trabalhadores aos empregados da fábrica Corcovado, observando a força das atividades políticas na localidade. Afirmava, nesse sentido, que os operários em greve realizaram “meetings”, com “numerosa concorrência, não só dos operários da própria fábrica, como também de outros estabelecimentos fabris situados naquela mesma localidade.”<sup>341</sup>

<sup>338</sup> “A Fábrica de Tecidos Corcovado paralisa propositalmente o serviço”, *Gazeta de Notícias*, 6 de maio de 1917.

<sup>339</sup> “A greve dos tecelões”, *Gazeta de Notícias*, 13 de maio de 1917.

<sup>340</sup> “A paralisação dos serviços na Corcovado”, *Gazeta de Notícias*, 10 de maio de 1917.

<sup>341</sup> “A greve alastra-se entre os tecelões”, *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1917.

Numa dessas ocasiões de reunião dos trabalhadores do bairro houve um “grave” conflito com a polícia, saindo “várias pessoas feridas”. Além disso, alguns trabalhadores foram presos: o brasileiro Manoel Ferreira Coelho, da fábrica Carioca, residente à Rua D. Castorina, onde encontrava-se a própria companhia em que trabalhava; Waldemar Bordone, brasileiro, empregado da mesma fábrica e residente à rua Lopes Quintas; o empregado em padaria André Lima Santiago, espanhol, residente à rua 20 de Novembro, em Ipanema; Francisco Vianna, brasileiro, operário da fábrica Corcovado, e residente à rua Jardim Botânico; Seraphim Alves Vêo, empregado da mesma fábrica, residente à rua Avenida Angélica; Manuel José dos Santos, português, também era operário da fábrica Corcovado e residente à Jardim Botânico, onde encontrava-se instalada a companhia; Antonio Marcolino de Andrade, operário da Carioca, residente à rua Estrada de D. Castorina; Alvaro de Paulo Rocha, da fábrica Carioca, residente na Chácara do Fonseca; Herminio Alves da Costa, brasileiro, da fábrica Carioca, residente à rua da Floresta e Germano Escribel, da fábrica Carioca, residente à rua Lopes Quintas.<sup>342</sup>

É possível notar uma grande diversidade de trabalhadores que compareciam aos “meetings” no bairro e que expressavam a sua solidariedade para com os operários da fábrica Corcovado, que haviam iniciado o movimento. Sendo assim, havia trabalhadores de diversas fábricas de tecidos locais e até mesmo de outras categorias, estrangeiros e brasileiros, brancos e negros, moradores em diferentes locais do bairro e de localidades vizinhas. No seu cotidiano, esses trabalhadores faziam dessas caracterizações publicados na imprensa elementos de diferenciação em relação aos outros trabalhadores do bairro através de sua organização nas associações recreativas. Entretanto, durante o movimento grevista, esses mesmos sujeitos foram capazes de negociar essas diferenças frente à interesses compartilhados, operação que era forjada no seu próprio cotidiano.

Alguns dias depois do conflito entre grevistas e a polícia que resultou nessas prisões, a paralisação terminaria. Segundo o repórter da *Gazeta de Notícias*, o fim da parede se deu porque os diretores da fábrica Corcovado desmentiram o boato de que os salários seriam diminuídos. Este fato enfraqueceu

---

<sup>342</sup> “A greve alastra-se entre os tecelões”, *Gazeta de Notícias*, 12 de maio de 1917 e “Consequências de uma greve”, *O Paiz*, 13 de maio de 1917.

o movimento entre os trabalhadores do bairro, já que a paralisação deveu-se a uma manifestação de solidariedade entre os mesmos.<sup>343</sup>

As tensões entre os tecelões do bairro e seus patrões se mostrariam fortes novamente em junho do mesmo ano, quando os operários da Carioca protagonizaram uma nova paralisação que agitaria o bairro. Dessa vez o estopim da greve foi o fato de que alguns operários da companhia não concordaram com o preço de uma nova marca de pano, sendo então demitidos por “abandono de serviço”.<sup>344</sup> Ainda assim, não é difícil perceber a ligação entre esse movimento e os enfrentamentos anteriores no bairro: como destacava o articulista do *Jornal do Brasil*, alguns operários em greve ouvidos pela folha informavam que era também causa da paralisação o mestre geral que havia se desentendido com alguns operários em janeiro, de nome Eduardo Prestes.<sup>345</sup> Dessa vez, no entanto, a mobilização e solidariedade entre os operários se mostraria ainda mais forte. Segundo o articulista do *Jornal do Brasil*, em meio a greve de junho compareceram ao trabalho apenas 50 dos “mil cento e tantos operários”.<sup>346</sup> Pouco tempo depois, houve a paralisação completa das sessões da fábrica, com cerca de 1.200 operários em greve.<sup>347</sup> Um dos motivos de tal repercussão e força entre o operariado da companhia se deu porque cerca de 50 trabalhadores foram demitidos, segundo uma comissão de operários da fábrica Carioca, que chegou a solicitar a intervenção do presidente da República à favor dos operários prejudicados por meio de uma carta publicada no *Jornal do Brasil*.<sup>348</sup> Após aproximadamente 15 dias em greve, os tecelões da fábrica Carioca decidiram voltar ao trabalho, porém, sem ter suas reivindicações atendidas, especialmente, a que se referia a readmissão de seus companheiros.<sup>349</sup>

As diversas paralisações realizadas naquele momento expressavam uma tensão crescente, alimentada pelas redes de solidariedade dos trabalhadores do bairro, caracterizando-se numa mobilização que se mostrava cada vez mais ampla. Nesse cenário, tais manifestações de solidariedade se disseminavam entre os operários do bairro nos primeiros meses de 1917. Não por acaso, pouco tempo

<sup>343</sup> “Abortou a greve dos tecelões”, *Gazeta de Notícias*, 15 de maio de 1917.

<sup>344</sup> “Na Fábrica de Tecidos Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 26 e 27 de junho de 1917.

<sup>345</sup> “Na Fábrica de Tecidos Carioca”, *Gazeta de Notícias*, 26 e 27 de junho de 1917.

<sup>346</sup> “Tecelões em greve”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 1917.

<sup>347</sup> “Fábrica de Tecidos Carioca”, *Jornal do Brasil*, 10 de julho de 1917.

<sup>348</sup> “Resultado da greve dos tecelões”, *Jornal do Brasil*, 8 de julho de 1917.

<sup>349</sup> “Resultado da greve dos tecelões”, *Jornal do Brasil*, 8 de julho de 1917.



depois, aqueles mesmos sujeitos participariam ativamente do movimento grevista protagonizado por diversas categorias no Rio de Janeiro.

Alguns dias após o encerramento da parede iniciada com os operários da fábrica Carioca ainda no mês de junho, começariam os rumores sobre uma possível greve geral no Distrito Federal.<sup>350</sup> Tais especulações baseavam-se na constatação de diversos setores da imprensa, autoridades policiais e públicas, da força que o movimento grevista em São Paulo, que teve início ainda nos primeiros dias do mês de julho com a paralisação dos operários da fábrica Cotonifício Crespi, tomava entre o operariado paulista. Mas, principalmente, da ameaça que isto representava para a capital federal já que a greve em São Paulo “alastra-se cada vez mais”, segundo um articulista.<sup>351</sup> Este fato se deu porque o operário José Martinez foi baleado e morto num enfrentamento entre grevistas e a polícia, gerando uma grande comoção entre os trabalhadores paulistas. Tal acontecimento se constituiu num marco da amplitude que o movimento tomaria nos dias posteriores, caracterizando-se como uma situação “alarmante”, segundo um repórter.<sup>352</sup> A repercussão dos acontecimentos em São Paulo foi imediata no Distrito Federal, gerando um clima de instabilidade e insegurança. Isso acontecia porque constatava-se que na capital paulista o movimento era dirigido por militantes de tendência anarquista, e especulava-se que essa situação levaria os militantes do Rio de Janeiro a se empenharem na propaganda de suas ideias, aproveitando para iniciar um movimento na cidade.<sup>353</sup>

Não era assim despropositada a apreensão daqueles que temiam a explosão do movimento no Rio de Janeiro. Em meio aos rumores de uma possível greve geral na cidade, algumas categorias, como marceneiros, sapateiros, canteiros e trabalhadores em padarias já encontravam-se paralisadas.<sup>354</sup> E, a essa altura, alguns militantes da Federação Operária passavam a se mobilizar, buscando convencer os trabalhadores de diversas categorias que aquele era um momento propício para um movimento generalizado entre os cariocas. Era o que constatava um articulista da *Gazeta de Notícias* ao publicar a seguinte matéria no dia 15 de julho:

<sup>350</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias* 15 de julho de 1917.

<sup>351</sup> “A greve em São Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 10 de julho de 1917.

<sup>352</sup> “A greve em São Paulo”, *Gazeta de Notícias*, 10 de julho de 1917.

<sup>353</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias*, 15 de julho de 1917.

<sup>354</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias* 15 de julho de 1917.

“Nas imediações da Federação, nos estabelecimentos próximos, que se conservavam abertos até tarde da noite, formavam-se diversos grupos de operários, que se entretinham a fazer a apreciação dos fatos que ora convulsionam a capital de São Paulo, cuja a notícia repercutiu nessa capital, onde os eternos exploradores da boa fé do nosso operariado começaram a agitar-se, no intuito de reproduzir aqui as ameaças da Paulicéia.”<sup>355</sup>

Tais militantes mobilizavam-se nesse momento tentando direcionar o movimento entre os trabalhadores cariocas, a exemplo do que acontecia em São Paulo. Não era assim de se estranhar que conhecidos militantes tivessem seus nomes divulgados e que os mesmos fossem acusados de incitar o operariado à greve geral. Era o caso de Bento Alonso, Paschal Gravina, Pedro Mattera, Maximiniano Macedo, que chegaram a responder um inquérito policial.<sup>356</sup>

Tais indivíduos não eram, porém, desconhecidos no próprio bairro do Jardim Botânico. Alguns meses antes de estourar a greve geral em julho de 1917, ou seja, durante a paralisação dos operários da fábrica Corcovado em maio do mesmo ano, alguns membros da Federação Operária discursaram num comício realizado na localidade. Para o articulista da *Gazeta de Notícias*, “(...) aproveitando, assim, a paralisação dos serviços na Fábrica de Tecidos Corcovado, para insinuar a greve geral”.<sup>357</sup> Em meio as especulações sobre uma possível movimento grevista na cidade, ainda em maio daquele ano, os militantes Pedro Mattera, Paschal Gravina, Bento Alonso, Maximiniano Macedo faziam propaganda de suas ideias no bairro. Por um lado, a presença de alguns militantes nos eventos políticos da localidade pode indicar a relação desses indivíduos com trabalhadores ali estabelecidos, e que suas ideias e práticas estavam em contato com aqueles operários. Podendo até mesmo contribuir para que os operários do bairro tenham aderido a greve geral em julho daquele ano. Por outro lado, ao empenharem-se em fazer sua propaganda durante a paralisação dos trabalhadores locais, os militantes da F. O. buscavam se valer de um momento em que os operários do bairro se mobilizavam para defender seus companheiros demitidos e

<sup>355</sup> “Os operários do Rio serão arrastados a greve?”, *Gazeta de Notícias* 15 de julho de 1917.

<sup>356</sup> Supremo Tribunal Federal- BV. número 5.313 ano 1917 série Habeas Corpus HBO. (Pedro Matera). Ver também jornal que noticiava a participação dos militantes no movimento. “A passos largos para a greve geral”, *Gazeta de Notícias*, 23 de julho de 1917.

<sup>357</sup> “A paralisação dos serviços na Corcovado”, *Gazeta de Notícias*, 10 de maio de 1917.

expressavam sua solidariedade para com os mesmos a partir de sua própria iniciativa.

Fosse nos enfrentamentos cotidianos dos operários locais ou nos embates mais amplos realizados pelo operariado da cidade, tais militantes encontravam solo fértil para propaganda de suas ideias e práticas que assentava suas bases na experiência desses trabalhadores. E as associações recreativas contribuía para a construção de uma dimensão importante desse processo ao formarem laços de solidariedade entre os os mesmos, que no momento de embate com seus patrões dava suporte à essa articulação. Era assim combinado suas próprias tradições às propostas sindicais, que aqueles tecelões ligavam-se aos grandes embates operários, como a própria greve geral. Desse modo, é preciso atentar para as experiências que constituíam outras dimensões da construção de sua solidariedade e identidade de classe quando se tenta entender a mobilização dos trabalhadores no Rio de Janeiro.<sup>358</sup>

As ideias e práticas militantes poderiam se mostrar importantes na luta em defesa dos interesses desses trabalhadores, como na própria greve geral em que apoiavam os grevistas de diferentes maneiras, por exemplo, cedendo sua sede para reuniões ou quando faziam couro com os trabalhadores em defesa de reivindicações que eram especialmente importantes para aqueles que se mobilizaram na ocasião.<sup>359</sup>

Entretanto, o diálogo entre militantes e grande parte dos trabalhadores da cidade poderia acontecer de forma conflituosa, por vezes, até mesmo esbarrando nas concepções e crenças próprias desses trabalhadores. Foi o que aconteceu durante a greve geral, quando “um negro bem trajado”, discursava para a “multidão de operários” em um comício à frente do Teatro Municipal. Nesse momento, passou na avenida uma procissão de Nossa Senhora do Carmo, podendo-se ver “brasileiros notáveis como o Dr. Vieira Souto, o Ministro Coelho e o Conselheiro João Alfredo”. Segundo o articulista, “alguns operários tiraram os chapéus, respeitosamente”, o que gerou a reação de protesto dos militantes presentes contra o gesto desses trabalhadores. O “negro bem trajado” que discursava chegou a reclamar: “Não tireis o chapéu porque passa uma Sociedade

---

<sup>358</sup> Ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas(1912-1922)”, op.cit..

<sup>359</sup> “A cidade em sobressalto”, *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1917.

Carnavalesca! Enquanto nos aqui tratamos da vida, esses senhores vão ai tratando da morte!”. O fato deu início a um princípio de confusão, que teve seu fim com a intervenção de alguns policiais e diversos operários retiraram-se do comício.<sup>360</sup> Se a procissão religiosa, composta por reconhecidos políticos e indivíduos abastados, acabou gerando a indignação dos militantes ali presentes, chegando até mesmo a comparar a uma sociedade carnavalesca, o que aos seus olhos expressava a subserviência e passividade dos operários, por outro lado, muitos destes sujeitos mostravam que a religiosidade era um elemento importante do seu cotidiano, distanciando-se assim da perspectiva militante.

Ainda que enfrentando dificuldades de propagando entre boa parte do operariado carioca, a tentativa de tais líderes de direcionar o movimento grevista no Rio de Janeiro levou as autoridades policiais e públicas a afirmarem que a greve geral era fruto da atuação de “(...) muitos de nossos operários, estimulados, senão guiados, por anarquistas, em regra estrangeiros.”<sup>361</sup>. Atribuía assim aos militantes do movimento operário associados em organizações de classe, o protagonismo da paralisação dos trabalhadores da cidade em julho de 1917, que teriam manipulado os mesmos a se mobilizarem na ocasião.

Se para alguns contemporâneos a greve geral no Rio de Janeiro era assim simples decorrência do contexto em que os trabalhadores paulistas protagonizavam um grande movimento grevista incitado por militantes anarquistas, acabando por ecoar na capital federal ao estimular os militantes anarquistas da cidade, o caso dos operários do Jardim Botânico mostra motivações e lógicas locais que explicam em parte a força do movimento entre aqueles sujeitos.

Desde o dia 15 de julho alguns trabalhadores de diversas categorias já estavam paralisados no Rio de Janeiro. Já os tecelões reuniam-se para discutir a sua adesão no dia 21 de julho.<sup>362</sup> Ainda nos primeiros dias da greve estavam paralisados cerca de 20.000 trabalhadores, número que chegaria a 100.000 poucos dias depois<sup>363</sup>, com a adesão do expressivo número de tecelões. Não era assim

<sup>360</sup> “A passos largos para a greve geral”, *Gazeta de Notícias*, 23 de julho de 1917.

<sup>361</sup> *Arquivo Nacional*, IJ6 658. Em meio aos documentos da Repartição Central de Polícia encontravam-se investigações policiais sobre militantes que teriam incitado a greve em julho de 1917, realizada pelo Corpo de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal.

<sup>362</sup> “A caminho da greve geral”, *Gazeta de Notícias*, 21 de julho de 1917 e “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1917.

<sup>363</sup> “Movimento paredista”, *Jornal do Brasil*, 21 de julho de 1917.

nenhum acaso o título da matéria publicada na *Gazeta de Notícias*, que afirmava “A caminho da greve geral”. Esta noticiava uma reunião que aconteceria à convite da Federação Operária. Quatro dias depois, após outra reunião no mesmo local, os tecelões aderiram definitivamente ao movimento.<sup>364</sup>

Com a adesão da categoria do ramo têxtil, o jornal *O Paiz* afirmou que “nessas muitas fábricas esparsas por toda a cidade, de um e de outro extremo” cerca de 38 mil tecelões estavam paralisados.<sup>365</sup> Dentre eles, estavam os operários das fábricas existentes no Jardim Botânico, que também protagonizavam a mobilização. O articulista do jornal *A Razão* atestava este fato ao noticiar que, após a adesão dos operários da fábrica Corcovado, os empregados da fábrica Carioca e S. Felix também aderiram ao movimento por “espírito de solidariedade”.<sup>366</sup> Mais uma vez, as redes de solidariedade estabelecidas pelos operários no bairro eram mobilizadas em um movimento grevista.

Durante a paralisação, os tecelões do Jardim Botânico atuaram em conjunto elaborando uma mensagem que seria entregue aos diretores das fábricas instaladas no bairro. Embora constasse medidas cuja categoria também reivindicava, como a jornada de 8 horas de trabalho, aqueles operários não deixavam de marcar as suas próprias demandas, que poderiam ser objeto de desejo de tecelões de outras companhias. Dentre elas, “pedir à higiene municipal para mandar reformar o sistema atual de esgotos da fábrica Carioca, abrir janelas nas fábricas, para renovação do ar, extinção de chuveiros nas salas dos teares e outras medidas higiênicas.”<sup>367</sup> Cobravam assim de seus patrões melhorias nas suas condições de trabalho que consistiam em demandas coletivas circunscritas a experiência do seu espaço de convivência.

Quando o movimento de trabalhadores da cidade já estava declinando, e várias categorias já retornavam ao trabalho após mais de quinze dias de paralisação, os operários do bairro continuavam firmes, segundo um articulista do jornal *A Época*. Este explicava a força do movimento entre os operários do Jardim Botânico afirmando que “a par, porém de toda essa pressão da polícia,

<sup>364</sup> “A cidade em sobressalto”, *Gazeta de Notícias*, 25 de julho de 1917.

<sup>365</sup> “A greve”, *O Paiz*, 28 de julho de 1917.

<sup>366</sup> “Cresce o movimento grevista”, *A Razão*, 28 de julho de 1917 e “Movimento paredista e novas adesões”, *Jornal do Brasil*, 28 de julho de 1917.

<sup>367</sup> “O movimento grevista no Rio”, *A Época*, 28 de junho de 1917.

verifica-se facilmente a solidariedade. A coesão de esforços e a comunhão de ideias que reinam entre aqueles honestos homens do trabalho.”<sup>368</sup>

A experiência de articulação grevista dos trabalhadores cariocas expressava-se de modo próprio pelos operários daquele bairro como um fator que ajuda a explicar o terreno fértil encontrado por militantes do movimento operário em julho. Sob escopo mais amplo, os operários do Jardim Botânico continuavam as lutas por direitos estabelecidas e travadas no dia a dia com seus patrões, que mostravam-se cada vez mais latentes.

Por mais que estivessem baseadas em uma lógica que não era a do enfrentamento, as experiências associativas dos trabalhadores do bairro se mostravam assim também importantes para a compreensão das mobilizações de julho. Se, de fato, aquele era um contexto propício a articulação de um movimento mais amplo entre o operariado da cidade, este era alimentado também por laços de solidariedade que já vinham se articulando cotidianamente nos anos anteriores - fosse no chão da fábrica, nas pequenas paralisações locais por causas específicas, como aquelas ocorridas no Jardim Botânico, ou nos espaços cotidianos de lazer nos quais os trabalhadores do bairro tratavam de aproveitar a própria vida.

---

<sup>368</sup> “Os tecelões paralisaram inteiramente o trabalho”, *A Razão*, 31 de julho de 1917.

## Referências Bibliográficas

### 1 – Impressas

#### **A – Periódicos:**

*A Razão*, 1917

*A Rua*, 1917

*O Imparcial*, 1917

*A Voz do Trabalhador*, 1908, 1909, 1913, 1914

*A Noite*, 1917

*Revista da Semana*, 1905, 1906, 1917

*A Época*, 1917

*Revista Kosmos*, 1906

*Cidade do Rio*, 1897

*Brasil Operário*, 1903

*A Nação*, 1903

*Diário do Comércio*, 1889

*Diário de Notícias*, 1893

*A Guerra Social*, 1911

*Revista Careta*, 1912

*Revista O Malho*, 1913

*Correio da Manhã*, 1902, 1906, 1909, 1910, 1913, 1914

*Gazeta de Notícias*, 1880-1917

*Gazeta Operária*, 1902, 1903

*Jornal do Brasil*, 1880-1917

*O Paiz*, 1900, 1902, 1903, 1917, 1920

**B – Livros de memória:**

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957. 5 v.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Notas para a construção de uma crônica familiar na cidade do Rio de Janeiro*. Revista Logos. Ano7, n. 13. 2 de setembro de 2000.

**2 – Manuscritos (Arquivo Nacional)****A- Documentos de Polícia (Arquivo Nacional):**

GIFI- 6c -365, 480, 250, 102, 63, 68, 50, 466, 213, 171, 170, 10, 135, 200, 210, 199, 168, 367.

IJ6- 563, 658, 597, 595, 693, 597, 691, 655, 649, 693, 556.

**B- Registros Cíveis e judiciais:**

Ano 1903, número 1902, caixa 362, gal A (Joviniano de Paula Bohemia).

Ano 1899 n° 1.431 caixa 357 gal A 7° pretoria EQ (Ovidio Odorico do Amaral).

Ano 1904 n° 2458 caixa 369 gal A 7° pretoria EQ (Juvenal José da Motta).

Supremo Tribunal Federal- BV. número 5.313 ano 1917 série Habeas Corpus HBO. (Pedro Matera).

**C- Junta Comercial:**

*Arquivo Nacional*, Junta Comercial. Companhia de Fiação e Tecidos Carioca.

Ano 1886, livro 25, reg. 557, gal. 3

**3- Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro****Coleção América Fabril:**

Companhia América Fabril- Registro de atas da diretoria e comissão fiscal.

Companhia América Fabril- Registro de atas da Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia de Fiação e Tecelagem Carioca.



#### **4- Biblioteca Nacional**

##### ***Manuscritos:***

Manuscritos. Carioca F. C. 4 de novembro de 1917.

Juízo dos feitos da fazenda municipal. Ano 1895 n. 70 caixa 2292 gal. A

Relatório anual da Companhia de Fiação e Tecelagem Corcovado. Impressos, 1914.

Companhia de Fiação e Tecidos Carioca. Escritura de mandato relativa a debenturas. Rio de Janeiro, 1894.

#### **5- Censo**

Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890 (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1895.

Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal): Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

#### **6- Legislação**

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1882 , Página 97 Vol. 1 pt II (Publicação Original).

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1874 , Página 1212 Vol. 2 pt. I (Publicação Original).

## Bibliografia

ABREU, Martha. *Império do Divino*. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.

ABREU, Martha e VIANA E Larissa. “Festas religiosas, cultura e política no império do Brasil” In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo.(org.). *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ABREU, Martha. *O Império do divino: Festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina. “Música popular, folclore e nação no Brasil, 1890-1920” In: CARVALHO, J. M. (org.), *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 123-151.

ABREU, Martha. “Sobre Mulatas Orgulhosas e Crioulos Atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 16.

ABREU, Martha. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Dissertação de Mestrado. UFF, 1989.

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006.

ADDOR, Carlos. “Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da re República” In: *História do Anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ARANTES, Érika Bastos. *O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. Niterói: UFF, Tese (Doutorado), 2010.

BARBOSA, Marialva. “A imprensa na Belle- Époque tropical” In: *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira Republica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BATALHA, Claudio. “Cultura Associativa no Rio de Janeiro da Primeira república” In: *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. São Paulo: Brasiliense, 1986.  
MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

CHALHOUB, Sidney. “Cortiços” In: Cidade Febril. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney . Visões da Liberdade- Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980 16. *Cadernos AEL*, v.14, n.26, 2009.

COSTA, Cássio. *Gávea: História dos subúrbios*. Rio de Janeiro: Departamento de História e Documentação Estado da Guanabara, 1950.

CUNHA, Maria Clementina Pereira, “Mandiobas, pés espalhados e o ameno carnaval dos resedás” In: *Ecos da Folia*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

CHUNHA, Maria Clementina Pereira. “Acontece que sou baiano: identidades em Santana, Rio de Janeiro, no início do século XX”, In: *Trabalhadores na cidade*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro na Virada do Século*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

DINIZ, André. *O Rio Musical de Anacleto de Medeiros*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

REIOLI, Elaina. A honra dos outros: padrões de moralidade em um crime de amor nos Pingas Carnavalescos (1920-1921). PUC-Rio: Monografia, 2012. (Monografia)

FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. “Mutualismo, Esquerdas e cidadania” In: *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz (org.). *Faces do Trabalho: escravizados e livres*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem patrão*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. “Lyra da Lapa: acorde imperfeito menor” In: *Libertários e Militantes: Arte, Memória e Cultura Anarquista*. Revista Remate de Males. V. 5. 1985.

LARA, Silvia Hunold. “Escravidão, cidadania, e história do trabalho no Brasil” In: *Projeto História*, n. 16. Fevereiro de 1998, p. 25-38.

LEVI, Giovanni. “Sobre a Micro-história” In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. (org.) BURKE, Peter. São Paulo: Editora UNESP, 1992. REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social” In: *Jogos de Escalas*. (org.) REVEL, Jacques. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LOBO, Eulalia M. L. *O movimento operário e a questão habitacional*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ, 1989.

LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e Livres*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2008.

MARAM, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MENDANÇA, Joseli Nunes. “Evaristo de Moraes: militância política na história da vida” In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão.(org.) *A Formação das Tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MIYASAKA, Cristiane. *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

NEGRO, Antonio Luigi. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social*. vol. 18, n.1 São paulo, junho de 2006.

NEGRO, Antonio Luigui. “Paternalismo, Populismo e História Social” IN: Cad. AEL, v.11, n.20/21, 2004.

O’DONNEL, Julia. *A Invenção de Copacabana*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2013.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “The Flower of the Union: Leisure, Race, and Social Identity in “Bangu, Rio de Janeiro (1904–1933)”, *Journal of Social History*\_(Fall 2012) 46 (1): 154-169.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “*Sobre confetes, chuteiras e cadáveres: massificação cultural no Rio de Janeiro de Lima Barreto*” In *Projeto História*. Nº 14. Ed. PUC – SP: São Paulo, 1997.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “A Flor da União: Festa e Identidade nos Clubes Carnavalescos do Rio de Janeiro (1889-1922)”In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura*. n.14, Rio de Janeiro: 2006.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “O Prazer das Morenas: bailes ritmos e identidades no Rio de Janeiro da Primeira República” In: Andrea Marzano e Vitor Mello, *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*, Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou. Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas(1912-1922)”. In: *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. (Org.) Maria Clementina Pereira da Cunha. São Paulo: editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PESTANA, Marco Marques. *Da Zona Sul ao Subúrbio: o mapa da festa. Por uma reconstrução holística do cotidiano dos trabalhadores cariocas, 1900-1920*. Revista Mundos do Trabalho, 2010. v. 2 n.4.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. *Retalhos de memórias: trabalho e identidade nas falas de operários têxteis no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada no programa de Pós –Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar- Brasil 1890-1930*. Paz e terra, 1985.

REIS, João José. “Presença Negra: conflitos e encontros”. In: *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

REIS, João José. “Irmandades” In: *A morte é uma Festa*. São Paulo: Companhia das letras, 1991.p.60.

STEIN, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHMIDT, Benito Bisso. “Os partidos socialistas na nascente República” In: *Formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOARES. Mariza. *Devotos da Cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: Trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República (1889-1930)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. “Rough Music” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras 1998.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1 vol. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WERD, Elizabeth Von; BASTOS, Ana Rodrigues. *O Fio da Meada: estratégia de expansão de uma indústria têxtil*. Rio de Janeiro : Fundação Casa de Rui Barbosa, Confederação Nacional da Indústria, 1986.